



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO
ÚMIDO



JOÃO SÉRGIO NEVES DA SILVA

MARÉ DE RESISTÊNCIA: a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins.

Belém/PA
2022

JOÃO SÉRGIO NEVES DA SILVA

MARÉ DE RESISTÊNCIA: a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa E. Acevedo Marin.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos populacionais

Belém-Pará
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586m Silva, João Sérgio Neves da Silva.
MARE DE RESISTÊNCIA: a luta do movimento social
ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo
Tocantins. / João Sérgio Neves da Silva Silva. — 2022.
135 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin Marin
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2022.

1. Populações tradicionais; movimento social;
agronegócio; ribeirinho.. I. Título.

CDD 300.723

JOÃO SÉRGIO NEVES DA SILVA

MARÉ DE RESISTÊNCIA: a luta do movimento social ribeirinho diante da implantação portuária do agronegócio no Baixo Tocantins.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioambiental.

Defesa: Belém (PA), ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Rosa E. Acevedo Marin
Orientadora, NAEA/UFPA

Professora Dr^a Nírvea Ravena NAEA/UFPA
Examinadora Interna

Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
Examinador Interno

Prof. Dr. Girolamo D. Treccani
Instituto de Ciências Jurídicas (CIDHA/PPGD/ICJ/UFPA)
Examinador Externo

*A João de Jesus Marques da Silva
In memoriam*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa só foi possível devido a um conjunto imensurável de fatores, mas primeiramente, acredito que tudo tem um propósito. Deus, além de me confiar este nobre trabalho sobre os acontecimentos que são narrados, analisados com a minuciosa leitura deste processo, que envolve construção do complexo portuário da Cargill Agrícola S.A., implica dizer que, ele se torna relevante não apenas como o cumprimento de uma obrigação acadêmica, mas de transformá-lo em importante instrumento de denúncia social e política.

Os atores sociais que estão à frente do movimento social, as comunidades tradicionais da Ilha Capim e Xingu, que me permitiram, através de seus relatos, assumir o compromisso social de incorporar a luta deles, impulsionando meu esforço de pesquisa e produção, de tudo que estava ao meu alcance, para embasar o máximo possível esta dissertação.

Ao Núcleo de Estudos Amazônicos NAEA – PPGDSTU, centro de excelência em pesquisa e produção de conhecimento crítico sobre a Amazônia, que oportunizou esta formação acadêmica, que me orgulha generosamente, em contribuir desta forma para a defesa das comunidades ribeirinhas, do Capim e Xingu. Na pessoa da professora Dr.^a Rosa Acevedo Marín, pela disposição e apreço ao meu esforço, em contribuir para aperfeiçoar minhas potencialidades e acreditar no avanço deste trabalho.

Às lideranças das organizações sociais de apoio ao Movimento social local, Antônia Botelho, (Caritas), Rogério Cardoso, (Moriva)-Movimento dos Ribeirinhos de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba, Romildes Teles, (CPT)-Comissão Pastoral da Terra, João Gomes, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Elias Kempner, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA) me forneceram importantes contribuições para a conclusão desta dissertação. Os amigos das localidades adjacentes, morador do rio Caripetuba, Marcos Cardoso, e o morador da ilha Capim, Laison Azevedo, foram de grande apoio a esta pesquisa, em função de fornecerem documentos e imagens para legitimar minha escrita.

A minha esposa Vânia Araújo, que foi amiga, parceira, conselheira, me apoiou e incentivou a realizar este trabalho acadêmico, proporcionando, hoje, uma significativa realização profissional e pessoal em minha carreira. Aos meus pais João de Jesus Marques da Silva (*in memoriam*), pescador de alto mar, que sempre me incentivou nos estudos, juntamente com minha mãe, Corinta das Neves da Silva, que não mediam esforços para minha formação escolar.

Muita gratidão!

Viver aqui é a minha paixão, não tenho intenção de sair daqui. Vem gente de todo lugar aqui, dos EUA, da Noruega, falar destas empresas do que fazem essas empresas no seu lugar, por isso temos que defender o nosso.

(M.S.F, pescador, assentado do PAE Santo Afonso, 23/08/21).

RESUMO

As comunidades tradicionais ribeirinhas na região das ilhas de Abaetetuba experimentam, com intensidade crescente, os efeitos da construção e operação do complexo portuário da Cargill Agrícola S.A. Os modos de vida, a sobrevivência desses grupos, estão comprometidos e ameaçados pela intensa navegação de barcaças na bacia hidrográfica do Capim. Os novos movimentos sociais estão agora não apenas mobilizados e organizados, na defesa de seu território, mas também em confronto com seus adversários e engajados na luta pelos direitos comuns. Neste estudo busca-se refletir de que forma os movimentos sociais ribeirinhos são capazes de produzir estratégias de ação política, em confronto com o poder econômico da empresa. A articulação das forças, somadas com Instituições de apoio – Cáritas, CPT, STTRA, FASE, MORIVA, MP e Defensoria Pública do Estado – oferecem uma potente forma de resistência organizada aos efeitos danosos dos interesses econômicos da empresa Cargill Agrícola S.A. As informações foram coletadas por meio de levantamento documental e dados da pesquisa de campo, através de métodos qualitativos, com entrevistas às lideranças do movimento social local, no total de (08), e de lideranças das Instituições de apoio, no total de seis (06). Por meio do estudo descritivo das estratégias de ação e dos mecanismos de institucionalização do movimento social ribeirinho no Baixo Tocantins revelou-se que a empresa busca invisibilizar seus direitos territoriais enquanto comunidades tradicionais, e inicia o processo de expropriação, realiza a cooptação das lideranças, estabelece conexões políticas e institucionais com os entes municipais, estaduais e federais, para a concretização da construção do complexo portuário TUP Abaetetuba.

Palavras-chave: Populações tradicionais; movimento social; agronegócio; ribeirinho.

ABSTRACT

Traditional riverside communities in the region of the Abaetetuba islands will be affected by the construction and operation of the port complex of Cargill Agrícola S.A. Ways of life and survival are compromised and threatened by the intense navigation of barges in the Capim watershed. The new social movements are now not only mobilized and organized, in defense of their claims, but also in confrontation with their adversaries, and in the struggle for common rights. This study seeks to assess that riverine social movements are capable of producing political action strategies, in confrontation with the economic power of the company. The articulation of forces that, together with supporting institutions – Cáritas, CPT, STR, FASE, MORIVA, MP, Public Defender's Office of the State – offer a powerful form of organized resistance to the harmful effects of the economic interests of the company Cargill Agrícola SA. The information was collected through a documentary survey and field research data, through qualitative methods, with interviews with the leaders of the local social movement, in total (08) and the leaders of the support institutions of six (06). Through a descriptive study of the action strategies and institutionalization mechanisms of the riverside social movement in Baixo Tocantins, it was revealed that the company makes their rights invisible as traditional populations in the territory, initiates a process of expropriation of populations, co-opts leaders, establishes its political and institutional connections with municipal, state and federal entities, for the construction of the TUP Abaetetuba port complex initiates the expropriation process, co-opts leaders, establishes political and institutional connections with municipal, state and federal entities, in order to complete the construction of the TUP Abaetetuba port complex.

Keywords: Traditional populations; social movement; agribusiness; riverside

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Embarque dos grãos em navios por meio do sistema de carregamento para exportação.....	17
Figura 2 – Ilhas do município de Abaetetuba.....	30
Figura 3 – Comunidade Quilombola Nsa. Bom Remédio.....	31
Figura 4 – Sede do PAE Santo Antônio Ilha Capim.	42
Figura 5 – Mapa da Ilha do Capim, Abaetetuba-PA.	46
Figura 6 – Mapa da ilha Xingu.....	47
Figura 7 – Terreno de Ribeirinho, área do PAE Santo Afonso, cerca instalada pela Cargill Agrícola S.A.	50
Figura 8 – Reunião para construção do Protocolo de Consulta PAE Santo Antônio II.	56
Figura 9 – Praia da Ilha Capim, com intenso processo de erosão.	60
Figura 10 – Botos entram na Baía do Capim em busca de peixes.	61
Figura 11 – Estreito do Capim, ausência de barcaças e presença de pescadores locais nas suas embarcações.....	62
Figura 12 – Estreito do Capim com a operação de barcaças com grãos da Cargill, ausência de pescadores locais.....	63
Figura 13 – Pescadores locais da Ilha Capim.	64
Figura 14 – Pescador na Baía do Capim e assentado do PAE Santo Antônio.	65
Figura 15 – Coleta de açaí na Ilha Capim.	66
Figura 16 – Casa à beira da praia Ilha Capim.....	67
Figura 17 – Manifestação contra a presença das barcaças na Baía do Capim.....	68
Figura 18 – Porto provisório da Cargill Agrícola S.A., território do PAE Santo Afonso, Ilha Xingu.	70
Figura 19 – Manifestação contra a audiência pública convocada pela Cargill Agrícola, no Rio Caripetuba.	76
Figura 20 – Trabalho de carpinteiros navais da Ilha Capim, PAE Santo Antônio.....	80
Figura 21 – Mapa de ampliação do perímetro urbano de Abaetetuba.	83
Figura 22 – Ribeirinhos do Rio Caripetuba manifestam contra tentativa de oitiva da Cargill.	91
Figura 23 – Quadro que identifica as tarefas coletivas da Resex Capim.	94
Figura 24 – Reunião movimento social local PAE Santo Antônio, ilha do Capim.....	100
Figura 25 – Praia do Areia, PAE Santo Afonso, mobilização contra o TUP da Cargill, ato simbólico do movimento social local.	102
Figura 26 – Posto de Unidade Básica de Saúde da Ilha Capim.....	105
Figura 27 – Escola de Ensino Fundamental da Ilha Capim.....	106
Figura 28 – Procissão de Santo Antônio padroeiro da Ilha Capim.	108
Figura 29 – Rio Guajará de Beja, local de manifestação contra a degradação ambiental.....	111

Figura 30 – Praia do Areia PAE Santo Afonso, faixa do movimento social local.....	112
Figura 31 – Manifestação contra a instalação de dispositivo de flutuação para atracação de barcas com grãos, Baía do Capim.	113
Figura 32 – Divulgação do Programa de Rádio para explicar o TUP Abaetetuba.....	116
Figura 33 – Identifica a falácia do discurso “desenvolvimentista da Cargill Agrícola S.A.”.	117

LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
AMIA	Associação dos Moradores das ilhas de Abaetetuba
ANTAQ	Agência Nacional de Transporte Aquaviário
APT	Associação Popular Transformadora
ARQUIA	Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba
CDP	Companhia Docas do Pará
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEINFRA	Gerência de Infraestrutura de Transporte e Obras Cíveis
GRPU	Gerência Regional de Patrimônio da União
HP	<i>Horse Power</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LAQUANAM	Laboratório de Química Analítica
MORIVA	Movimento dos Ribeirinhos de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NAEA	Núcleo de Estudos Amazônicos
NDDH	Núcleo de Defesa de Direitos Humanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista

PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRONERA	Programa Nacional de Educação Reforma Agrária
PU	Plano de Utilização
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
STR	Sindicato dos trabalhadores Rurais
STTRA	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba
TEQ	Território Estadual Quilombola
TUP	Terminal de Uso Privado
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ABAETETUBA	33
2.1	A institucionalização do Movimento Social Ribeirinho	37
2.2	A implantação dos grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura portuária no Baixo Tocantins	43
3	A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DAS ILHAS DE ABAETETUBA	49
3.1	Os efeitos socioambientais da construção do TUP na região das ilhas, em Abaetetuba	58
3.2	O surgimento de conflitos socioterritoriais e ações do movimento social ribeirinho	67
4	PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SOCIAL LOCAL E SEUS DESAFIOS	74
4.1	Processos de desterritorialização dos ribeirinhos na região das ilhas de Abaetetuba	87
4.2	As novas dinâmicas e estratégias de resistência do movimento social ribeirinho: ações de mobilização, organização e estrutura	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

Na Amazônia confere-se uma diversidade de práticas, costumes e narrativas que fazem parte das experiências de vida de pescadores, extrativistas, camponeses, ainda de indígenas e quilombolas que resultam de formas de interação com a natureza no labor, na contemplação e na afetividade. Estes agentes criam expressões linguísticas, como banzeiro, remanso, preamar, maré lançante, originados de conhecimento específico do seu mundo e cotidiano, que representam seu imaginário e sensibilidades.

A partir de sua linguagem, exprimem a interpretação dos fenômenos naturais, a exemplo do que chamam de maré. que são a subida e descida cíclica do nível do mar ou de um rio. O quanto a maré sobe e desce é chamado de amplitude de maré (diferença entre a maré baixa e a maré alta) Santos (2022), quando o movimento das águas inunda as margens dos rios, furos, igarapés e igapós e nada impede sua ação, sua grande força e magnitude. Desta forma a ação do movimento social local, vai alternando sua amplitude de ação, em determinados momentos de intensificação em outros de resiliência.

Início esta dissertação arriscando elaborar uma expressão linguística para comparar a ação do movimento social local ribeirinho diante da implantação do Terminal de Uso Privado (TUP) em Abaetetuba, com a maré, com marés de resistência social.

Recentemente, a região que engloba as ilhas do Capim e do Xingu, ambas em Abaetetuba-PA no Baixo Tocantins, por apresentar condições físicas e geográficas favoráveis foi escolhida para a construção de um porto graneleiro do tipo TUP, empreendimento da multinacional Cargill Agrícola S.A. No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), descrevem-se as características do empreendimento:

[...] este Terminal pretende, em sua capacidade máxima, receber nove milhões de toneladas de cargas de grãos por ano (milho, soja e outros) transportadas exclusivamente por meio aquático, vindas de diversos estados do país que chegarão no rio Pará (baía do Arrozal) por barcaças (tipo de balsa) e de lá seguirão por meio de navios, pelo oceano para serem exportadas para outros países (AMBIENTARE, 2018, p. 4).

O projeto pretende construir o maior porto fluvial graneleiro, em capacidade de movimentação no Arco Norte¹. Na região, Abaetetuba passará a receber as barcaças com soja trazidas de Santarém-PA, inserindo-se na economia globalizada como “corredor de

¹ Por Arco Norte são designadas as rotas de escoamento das *commodities*, como soja e milho, produzidos na região Centro-Oeste e o aço da Amazônia.

exportação de *commodities*” para o mercado internacional e infere-se que tais intervenções desenvolvimentistas correspondem a diferentes modalidades e suas denominações:

Atualmente, medidas de desenvolvimento, que também são interpretadas como expressões de "neocolonialismo", ganham força de megaprojetos de logística e infraestrutura, cuja designação concerne a metáforas geométricas, tais como: tais como: "trapezoide", "quadrilateral férreo" e "arco de mineração", bem como "corredor" e "complexo". Podemos citar para ambos, no caso da região pana-amazônica, o "Corredor Carajás", o Colombiano "Trapézio Amazônico", o "complexo madeira" e o projeto do Arco Norte no Brasil, combinado com os chamados "corredores ecológicos" e noções relacionadas como: "Arco do desmatamento", "polígono do Castanhas" e os "mosaicos" chamados de proteção ambiental (ALMEIDA, 2020, p.22).

O município de Abaetetuba está localizado na porção setentrional do estado do Pará, na microrregião do Baixo Tocantins, distante a 60 km, em linha reta de Belém. Esse município possui extensão territorial de 1.610,654 km², limita-se ao Norte com o Município de Barcarena e o rio Pará; ao Sul com o município de Igarapé-Miri; a Leste com o município de Moju; e a Oeste com o município de Limoeiro do Ajurú e com a Baía de Marapatá. Na margem direita limita-se com o Rio Maratauíra, um dos afluentes do Rio Tocantins e, segundo o último censo, tem população estimada em 2019 de 159.080 mil habitantes (IBGE, 2021). A região das ilhas de Abaetetuba reúne 72 formações insulares que se interligam por inúmeros rios, furos e igarapés e formam o complexo hidrográfico municipal, apresentando clima equatorial e úmido.

Abaetetuba, cidade e sede municipal, possui destaque para a administração pública, pois concentra um número maior de contratações de pessoas no serviço público de saúde, educação, segurança, contando com centro comercial forte, principalmente voltado à comercialização de materiais de construção civil, naval e alimentos. No município predominam atividades econômicas artesanais, produção de artesanato de miriti, olarias e estaleiros. Há também a comercialização na feira localizada na orla municipal, de peixes, carnes, farinha, açaí, miriti, palmito, frutas, artesanato de cerâmica (filtros de água, vasos e louças) e de tala (paneiros, rasas, matapis e tipitis).

Na região insular de Abaetetuba localizam-se as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades ribeirinhas que constroem sua historicidade e razão de ser do seu tipo social por meio de processos interativos com as florestas e rios para extrair recursos naturais. Trata-se de comunidades tradicionais de longa ocupação, cujo modo de existência se organiza a partir do cultivo, sobretudo do açaí, os extrativismos e principalmente da pesca (ALMEIDA;

ACEVEDO MARIN; MARTINS, 2017). Pescadores, extratores e agricultores comercializam os produtos de sua atividade nas feiras da cidade, principalmente.

Neste estudo, entende-se o ribeirinho como categoria social referida às unidades sociais que ocupam e possuem modos específicos de vida desenvolvidos em interação com os rios, baías e terra firme. A exploração dos recursos florestais, o manejo do açaí, o cultivo da mandioca e a produção de farinha, a prática da pesca, o domínio do artesanato naval para construção de embarcações² e os instrumentos de trabalho, redes de pesca e os matapís³, são centrais na vida econômica e cultural das unidades familiares.

Os ribeirinhos constituem uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental desenvolvida em espaços comunitários próximos, ainda sem grandes transformações. As atividades econômicas fundamentais à existência dos agentes sociais são exercidas em um concebido como comum e o uso dos recursos obedece a um sistema de regras de usufruto consensuais.

O trabalho e as trocas são organizados com base nas ofertas do meio geográfico local e os agentes expressam o domínio de possibilidades e limites dos recursos existentes. Enquanto espaço de vivências, de práticas cotidianas, este ambiente sustenta e explica em parte um conjunto de produções localizadas e interdependentes que se realizam na terra e seus recursos como fatores de produção. A terra e seus recursos são, ao mesmo tempo, condições de vida ou processos de sua evolução (SANTOS; SILVEIRA, 2005). Esses agentes se mobilizam politicamente para a defesa de modos de vida e preservação dos recursos naturais.

Os estudos têm demonstrado que as terras tradicionalmente ocupadas de subsistência ou de pouco excedente e nas quais predominam relações estreitas entre modos de vida, de produção, interações familiares e das comunidades, são objetos de intervenções das grandes empresas do agronegócio, cujos agentes hegemônicos tendem a impor projetos econômicos com o apoio dos governos e elites regionais, nacionais e internacionais. As intervenções que realizam tendem a transformar as terras, tradicionalmente ocupadas, em territórios corporativos do capital. Nesse processo, a forte tendência à fragmentação pode negar às coletividades o comando do seu destino (SANTOS, 2007; SILVA, 2015).

² Esta atividade de construção de embarcações resulta em barcos de pequeno porte, rabetas e canoas que dominam a região das ilhas de Abaetetuba.

³ O matapi é a armadilha utilizada para pescar o camarão.

⁴ A Cargill Agrícola S.A. opera com a empresa Transportes Bertolini Ltda., que iniciou operações em Mirituba e Itaituba em 2015. No Arco Norte, a Transportes Bertolini Ltda., movimentará 1,3 bilhões de toneladas de soja para grandes *tradings*. Ambas são denunciadas pelas condições extenuantes dos trabalhadores contratados em portos de Rondônia (INTEGRA..., 2021; COUTO, 2016).

Em relação à Abaetetuba, menciona-se a infraestrutura portuária de interesse da Cargill Agrícola S.A. e empresas associadas.

[...] abrange todas as estruturas que serão implantadas nas margens e na água, sendo estas, dois píeres de atracação de navios, dois píeres de descarga de barcaças, suas estruturas de ancoragem à terra e as respectivas pontes de acesso. Conterá também com uma rampa fluvial para desembarque de veículos em geral. Além disso, será construído um pequeno píer, flutuante, para apoio de suprimentos e embarque e desembarque de passageiros, empregados, visitantes e autoridades que necessitem acessar as instalações do TUP Abaetetuba. abrange toda as estruturas que serão implantadas em terra, sendo estas, 18 silos de armazenamento, correias transportadoras, centro administrativo, área de abastecimento de combustível, sistemas de tratamento de água e esgotos [...] (AMBIENTARE, 2018, p. 10).

A Figura 1 registra a grandiosidade do projeto do Terminal de Cargas - TUP do modelo proposto pela Cargill Agrícola S.A.

Figura 1 – Embarque dos grãos em navios por meio do sistema de carregamento para exportação.



Fonte: Ambientare (2018, p. 13).

A multinacional Cargill atua no Brasil desde 1965 e é uma das maiores companhias do agronegócio mundial. A construção do terminal fluvial graneleiro no Pará completa a estrutura logística da multinacional, garantindo o aumento da capacidade de escoamento da safra brasileira de grãos, pois representa uma alternativa para os portos saturados do Sul e Sudeste do país, justificando seus objetivos:

A Cargill precisa construir um novo terminal para receber os produtos vindos de seus empreendimentos localizados em Miritituba (PA) e Porto Velho (RO), e depois enviá-los para exportação. O município de Abaetetuba possui uma localização estratégica, pois está próximo da capital Belém e do Oceano Atlântico. Além disso, o local onde se pretende instalar o TUP na ilha do Xingu, encontra-se protegido de

grandes variações de maré, aumentando a segurança operacional de manobras dos navios e barcaças, e reduzindo o risco de acidentes (AMBIENTARE, 2018, p. 10).

Foi na década de 1960 que ocorreu a explosão e expansão na busca por terras cultiváveis em nível global. Com a acelerada expansão destas atividades conferiu-se o aumento da pressão sobre as terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2004) e os povos e comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores e pequenos agricultores experimentaram diversas situações de conflitos enfrentando esses novos antagonistas.

Os novos agentes de ocupação – empresas estatais, privadas e multinacionais – realizam a invasão das terras tradicionalmente ocupadas, que se revelam de interesse por seus recursos. Florestas, solos e águas aparecem combinando tanto com a posse quanto com a propriedade, de maneira perene ou temporária, e envolvem diferentes atividades produtivas: extrativismo, agricultura, pesca e pecuária.

Desde a segunda metade do século passado esses movimentos do capital e seus deslocamentos se orientam para a produção de grãos, como examina Hobsbawm (1995, p. 257):

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é mais ainda impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. A produção agrícola também disparou. E o fez com o cultivo de novas terras. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950 e 1980.

No Brasil, segundo Dall’agnol (2017) a soja iniciou-se em 1882 pelo estado da Bahia; a pequena quantidade de grãos produzidos no Brasil até meado dos anos 1950 era consumida na alimentação de suínos nas mesmas unidades produtoras do grão, no interior gaúcho. Até a década de 1960, o Rio Grande do Sul era o único Estado produtor de soja no Brasil, valendo-se, para tanto, de variedades introduzidas dos EUA, em que na região sul as latitudes se equivalem às do RS. No decorrer dos anos 50, a produção avançou de 34 mil para 152 mil toneladas, mas a incomparável trajetória de crescimento do cultivo teve início nos anos 60, em que sua área cultivada cresceu 5,3 vezes: 171 mil ha em 1960 vs. 906 mil ha em 1969.

Nesse ínterim, prossegue Dall’agnol (2017) a soja tem sua expansão a partir dos anos 1970 no Brasil, o crescimento da produção tem um salto no período de 1970, de 1,5 mil toneladas para 114 mil toneladas em 2017. Essa expansão tem uma evolução significativa

(2006/07 a 2017/18) correspondente a uma área global plantada de 33,5%, contra 20,4% para o milho e 4,7% para o arroz e o trigo.

A elevada demanda mundial do consumo de soja deverá manter-se constante não apenas pela expectativa de crescimento da população, mas, principalmente, pelo aumento no consumo de proteína animal (carnes, ovos e lácteos) devido ao elevado ritmo de aumento da renda per capita das pessoas, consequência do aumento de soja e de seus derivados como base de produção de ração animal e da composição de óleos vegetais para abastecer a indústria de biodiesel.

Gohn (2014) explica no contexto internacional, as políticas neoliberais forçam um alinhamento do Brasil à economia globalizada. O sistema econômico internacional prioriza a gestão de uma relação de superioridade do mercado sobre o Estado, isto é, o mercado oligopolizado, que estimula ou retrai a economia, segundo regras a serem cumprida a nível nacional.

Durante o período de 1950-1970, de inserção das políticas neoliberais, vários fatores precisam ser considerados, pois são decisivos para aprofundar a crise econômica e impulsionar o surgimento de diversas mobilizações sociais coletivas, para a construção de uma nova sociedade civil com capacidade de exercício do poder de criticar, reivindicar e participar abertamente de decisões. Entre os fatores que aprofundaram esta crise, estão os citados por Gohn (2014, p. 300):

[...] primeiro, a presença de capital financeiro no Brasil, que é volátil e especulativo; segundo, o surgimento de uma economia de ilegalidades, baseadas em drogas e armas; terceiro, a omissão do Estado em executar políticas públicas para geração de renda e emprego, com isto aprofundou-se um sistema excludente que tem deslocado milhares de trabalhadores do campo para as cidades.

A globalização altera completamente os processos produtivos, fragmenta a produção de uma infinidade de produtos, em vários países, para pagar menos aos trabalhadores, priorizando menor custo. O sistema mundial mostra-se fragmentado, com a busca de redução de custos e empurrando para o desemprego milhares de trabalhadores. Neste contexto, Santos (2021, p. 399) afirma que:

A globalização, longe de ser consensual, é [...] um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas.

Na América Latina, do final da década de 1970, em especial no Brasil, os movimentos sociais estavam voltados ao enfrentamento do regime militar e à retomada da democratização. A partir de 1980 afloram e intensificam novas lutas, como: acesso à terra, reconhecimento da posse e da moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes, surgimento de organizações macro entre as associações de moradores, movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia e movimentos de desempregados ou pela saúde e educação.

Historicamente, a origem dos movimentos sociais no Brasil está relacionada ao segmento urbano e envolve questões de bens e equipamentos coletivos de consumo e assuntos relacionados à moradia, articulados em âmbito de um bairro ou região. Nesse contexto, surgem os movimentos de mulheres, movimentos rurais, movimento ecológico, movimentos indígenas, movimento negro e movimento operário com suas especificidades e bandeiras. Todavia, os autores convergem para a distinção dos agentes mobilizados, suas estratégias e táticas, suas identidades e lutas, seja por reconhecimento ou redistribuição:

Os novos movimentos sociais que convulsionam o mundo atual ganham força com o enfraquecimento dos Estados nacionais. Neste processo de “cidadanização” está se configurando uma cultura política fundada no reconhecimento dos direitos humanos, onde se inscrevem as lutas camponesas e dos povos índios que reivindicam novos direitos culturais-que atualizam seus usos e costumes tradicionais e seus ancestrais estilos de vida assim como novos direitos políticos, construídos em torno de suas autonomias e territórios como espaços de autodeterminação de suas condições de existência, incluindo suas normas jurídicas para o acesso e usufruto de seu patrimônio de recursos naturais (LEFF, 2015, p. 347).

Os movimentos sociais apresentam-se, agora, trazendo as lutas sociais para a arena pública, contra a política neoliberal e o modo de vida capitalista, seus efeitos destrutivos sobre a natureza humana e os ecossistemas.

Na região de Abaetetuba, o movimento social local cria ator sociopolítico: o ribeirinho, que pauta em suas demandas a afirmação identitária, modos de vida sustentáveis, diversidade cultural, garantia de permanência no território, multiplicidades de saberes, relações sociais específicas, memórias e significados. Esses atores sociais estão diante de um adversário político-econômico voraz e sem precedentes, representando a combinação de interesses do Estado e do capital transnacional, e diante deste processo observa-se:

A construção de uma nova sociedade civil é resultado das lutas sociais empreendidas por movimentos e organizações sociais nas décadas anteriores, que reivindicaram direitos e espaços de participação social. Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação estado sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado,

exercendo um papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental (GOHN, 2014, p. 303).

De imediato, demonstra-se os caminhos que levaram ao interesse de pesquisa nos movimentos de resistência em Abaetetuba em fase recente. Desempenho o cargo e ocupação de professor efetivo da Rede Estadual Pública de ensino, exercendo docência nas ilhas de Abaetetuba desde 2005, no programa denominado Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), ministrando a disciplina Sociologia em 21 localidades da região. A proposta de dissertação surgiu desse encontro, da identificação com o lugar e as comunidades com as quais trabalho.

A partir da convivência com os moradores das ilhas de Abaetetuba chamou-me atenção o surgimento dos denominados “externalidades negativas”, isto é, a visibilidade de diversos efeitos socioambientais, como a erosão das praias, redução de peixes, poluição das águas e a desterritorialização de famílias de suas terras, causados pelas práticas, sem precedentes, da Cargill³ na região.

O objeto de pesquisa está direcionado a analisar as limitações e os alcances das estratégias de ação coletiva utilizadas pelos Movimentos Sociais locais do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso (Xingu) e Santo Antônio (Capim). É a compreensão das práticas políticas no âmbito das estratégias de luta adotadas para contemplar suas demandas, diante do projeto de construção do TUP na região.

De um lado, entende-se que existe um campo de forças desiguais, o que Bourdieu (2010) chama de campo político, no qual os adversários possuem armas, capitais e poderes simbólicos desiguais, desde os processos decisórios pela escolha da região, neste caso da sede do Terminal Portuário de Grãos, até a efetivação da construção final do empreendimento. De outro lado, novos movimentos sociais reconfiguram-se no tempo, com expressões, ações e discursos renovados:

³ A Cargill apresenta sua trajetória nos Estados Unidos e no Brasil: Conhecer a história da Cargill é acompanhar uma trajetória de 150 anos iniciada na cidade de Conover, no estado norte-americano de Iowa. Na época, 1865, a companhia comercializava apenas grãos no fim da linha férrea de McGregor & Western. Atualmente, é uma das maiores empresas de alimentos do mundo, com sede global em Minneapolis (Estados Unidos), presente em 67 países e na mesa de milhões de consumidores. No Brasil, a companhia atua há 50 anos com o mesmo compromisso global de levar alimentos do campo aos lares de maneira segura e responsável, ajudando a sociedade a prosperar. Para isso, conta com mais de 8 mil funcionários envolvidos nos negócios de comercialização de commodities agrícolas, produção de ingredientes para indústria alimentícia, desenvolvimento de produtos para o consumo final, serviços financeiros e desenvolvimento de soluções para o segmento industrial (FERES *et al.*, 2015).

[...] pelas suas novas demandas de participação social, pela obtenção de bens simbólicos e pela recuperação de estilos tradicionais de vida, mas também pela defesa de novos direitos étnicos e culturais e de reivindicação de seu ancestral patrimônio de recursos ambientais, de luta pela dignidade e pela democracia contra a opressão e superexploração de grupos sociais, e pelo direito de reapropriação e autogestão de seus recursos (LEFF, 2007, p. 150).

Com relação aos objetivos: analisar como são instituídas as estratégias de “ação coletiva” do Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Santo Afonso/Santo Antônio, diante da implantação do projeto portuário da Cargill Agrícola S.A, no Baixo Tocantins.

Identificar e analisar as limitações e alcance das estratégias de ação coletiva utilizadas pelos integrantes do PAE Santo Afonso (180 famílias) /Santo Antônio (130 famílias), nas ilhas Xingu/Capim, para se contrapor à construção do terminal portuário na Ilha.

Analisar como os integrantes do PAE Santo Afonso/Santo Antônio compreendem e se organizam para a prática política de ação de estratégias de luta adotadas pelo movimento.

De acordo com as questões-problemas arroladas por esta pesquisa, apresentam-se as seguintes hipóteses:

1. A apropriação dos territórios em Abaetetuba (semelhante aos processos com diversos povos tradicionais da Amazônia) ocorre a partir de processos decisórios através dos quais o Estado passa a viabilizar, por meios Institucionais e Administrativos, a concessão de licenças ambientais e operacionais para a concretização do TUP-Abaetetuba, sem considerar as comunidades tradicionais locais. 2. Os movimentos sociais ribeirinhos são capazes de produzir estratégias de ação política, ciclos de reivindicações, protestos, apresentando-se na fase de intensificação e posterior recuos e avanços, em confronto com o sistema social de poder; quando as ações coletivas obtêm êxito, esse processo ocorre com a cooptação das lideranças da comunidade.

A demanda da reestruturação produtiva em redes de produção e comércio globais, a modernização da infraestrutura de transportes impõe e movimenta, de forma violenta, territórios locais/regionais e globais. Especialmente, implicam em profundas transformações no espaço onde se instalam, provocando bruscas rupturas no padrão de ocupação do espaço e nas sociabilidades até então definidas (TRINDADE JÚNIOR; ROCHA, 2002; CASTRO, 2006). Destaca-se que estes autores insistem na definição de espaço e, aqui, nos distanciamos dessa categoria espaço para frisar os territórios tradicionais dos ribeirinhos, visão e percepção que extrapola as definições instrumentais de assentamento do órgão fundiário.

A reestruturação produtiva implica em um reordenamento da infraestrutura e logística do agronegócio, para regiões que ofereçam vantagens locacionais e fiscais. O deslocamento de rodovias, hidrovias, ferrovias e portos são agora destinados a regiões próximas dos mercados consumidores globais de commodities da Europa e Ásia, portanto infere-se que:

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global (HOBSBAWM, 1995, p. 92).

A partir deste contexto, são promovidos incentivos de parcerias público-privadas; e a partir da alteração na legislação portuária, se inicia a modernização da infraestrutura nacional. Neste cenário, tem-se a descentralização de gestão e a privatização de operações portuárias, possibilitando que a modernização da infraestrutura dos portos sirva às novas dinâmicas produtivas e tecnológicas, mas não alcança os níveis de qualidade requeridos pelos clientes internacionais, por não estar equitativamente acompanhada de outros recursos necessários à competitividade econômica, tais como: a rede de silos, a operação, a gerência, os esquemas de financiamento, o quadro institucional e organizativo, os recursos humanos, informacionais e de telecomunicações (CASTRO, 2006).

Esta pesquisa parte da ideia da necessidade urgente de difusão do debate sobre as contra-hegemonias na Amazônia. E, sobretudo, à contribuição para o empoderamento das ações de resistência sociais de movimentos sociais locais na região de Abaetetuba e Barcarena mediante longo processo de instalação de projetos industriais e infraestruturas que têm efeitos cumulativos e novos sobre os modos de existência de povos e comunidades tradicionais.

A questão que norteia o presente estudo consiste em: quais fatores influenciam a dinâmica da organização socioterritorial ribeirinha, concebida como território de vida e de produção de subsistência, diante da implantação do Projeto Arco Norte, no Baixo Tocantins, e como esses fatores repercutem no movimento de ação coletiva para a eficácia da resistência, na percepção das comunidades locais?

A presente pesquisa se propõe – consoante os procedimentos investigativos no seu polo teórico (teorias, conceitos e categorias) e polo técnico (construção de dados em consonância às regras) – a formular e encontrar argumentos para as questões a seguir:

- 1) Como se institucionaliza o movimento social ribeirinho local contra as práticas e ações arbitrárias da Cargill Agrícola S.A. na região de Abaetetuba? Quais são as principais estratégias de ações promovidas pelo movimento social ribeirinho local, para fazer frente a este processo na região?
- 2) Quais os principais desafios encontrados pelo movimento social local, em suas ações de enfrentamento à Cargill?
- 3) Na percepção das comunidades ribeirinhas do PAE Santo Afonso (ilha do Xingu) e Santo Antônio (Ilha do Capim) o que o movimento social local faz para assegurar a manutenção de seus modos de vida no território, preservar sua cultura, seu modo de viver, sua história e memória?

A construção de novas abordagens científicas interdisciplinares que foquem nos novos movimentos sociais estuda não apenas os agentes mobilizados organizados, na defesa de suas reivindicações e em confronto com seus adversários, mas no engajamento e teorização da luta pelos direitos comuns.

Sublinha-se de que forma as comunidades tradicionais presentes na região são e serão direta e profundamente afetadas pela construção e operação do complexo portuário. Os modos de vida, a sobrevivência e a locomoção comprometidas – nos locais onde existem os chamados pesqueiros, agora fortemente ameaçados pela intensa navegação de barcaças na bacia. Os relatos de pescadores informam que os pesqueiros se localizam onde existe uma formação natural de pedras que deverá ser dinamitada para facilitar a navegação dos navios graneleiros.

Como já dito anteriormente, a partir de meu vínculo profissional de professor de ensino e a permanência neste trabalho com dedicação exclusiva na região das Ilhas de Abaetetuba – em sistema de rodízio, que pertence ao circuito V, Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), modalidade de ensino do interior, Capim e Xingu, desde 2005 – encontrei condições de realizar diversas observações, estabelecer contatos com instituições (igrejas), organizações (sindicatos), associações e, em especial, os participantes do movimento social (nas posições diferenciadas de membros, diretoria, lideranças); desta forma, relações de pesquisa e visitas de campo ocorreram com bastante regularidade.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo descritivo das estratégias de ação e dos mecanismos de institucionalização do movimento social ribeirinho no Baixo Tocantins. Entre outras estratégias, foi realizada a consulta de documentos como: atas de assembleias, manifestos, boletins de ocorrência, decisões judiciais, registros de documentos do MORIVA

(Movimento dos Moradores de ilhas e várzeas de Abaetetuba) e demais Instituições de apoio, Defensoria Pública do Estado e Ministério Público, ao movimento social local, incluindo relatos e imagens produzidas pela pesquisa.

Como proposta metodológica, adiciona-se a análise crítica de discurso, que permitirá a confrontação do discurso desenvolvimentista existente no EIA/RIMA da Cargill (2018). Embora seja de natureza multidisciplinar e redigido por diversos profissionais de várias áreas científicas, o conteúdo é revestido de um conjunto de medidas e boas práticas que propõem legitimar o Projeto de construção do TUP-Abaetetuba, as quais são contestadas pelos relatos dos afetados pelo empreendimento portuário.

Ocorre que tais ações já estão iniciadas na região pretendida para construção do projeto e causam efeitos socioambientais às populações e comunidades tradicionais, que são negligenciadas e omitidas pela empresa, assim, infere-se que:

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológico e o campo de luta das classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio de imposição mascarada (logo ignora como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 2010, p. 13-14).

A abordagem metodológica dos entes Federal, Estadual e Municipal foi feita através do mapeamento de argumentos e decisões políticas, institucionais e jurídicas, de análise das relações e ações práticas, a partir de levantamento documental, identificando a participação e individualização destas entidades no processo macro e microestrutural, de viabilização ou não do empreendimento. Foram colhidas as seguintes fontes de documentação: Decisões Judiciais, Licenças de operação, Licença Instalação, Autorização de operação, documentos oficiais dos órgãos Federais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Marinha do Brasil.

Os dados foram coletados por meio de levantamento documental e pesquisa de campo, utilizando-se: a) contato inicial do pesquisador com interlocutores locais; b) investigação empírica do contexto do conflito local com a inserção do pesquisador e de seu entorno; aplicação de entrevistas abertas e semiestruturadas.

O universo da pesquisa constituiu-se dos atores participantes dos movimentos sociais locais, representados por 08 integrantes vinculados ao Projeto de Assentamento

Agroextrativista (PAE) Santo Afonso (Xingu)/Santo Antônio (Capim) e um dirigente por instituição: Movimento dos Ribeirinhos Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Guajarina, Colônia de pescadores Z-14, Cáritas Comissão Diocesana e Ribeirinha de Enfrentamento aos Grandes Projetos e da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Desde 1986, atua na região a Associação dos Moradores das ilhas de Abaetetuba (AMIA), primeira organização ribeirinha do município e o trabalho reflete esse recorte temporal no qual evidencia-se sua atuação local e regional. Assim, o ano de 1986 constitui o eixo temporal desta pesquisa.

O marco analítico-conceitual centra-se no estudo da ação do movimento social local voltado à defesa das questões ambientais, sociais e à proposição de demandas e reivindicações. Destaca-se que esses movimentos sociais emergem a partir da luta de novas estratégias de ação e de reivindicações, tais como: uso coletivo de recursos naturais, da água, da terra e continuidade de modos de vida sustentáveis. A partir deste entendimento surgem também novas práticas ou ações que questionam o seu opressor ou adversário no campo de luta.

A partir da teoria clássica de Weber (2010) sobre ação social (inclusive a omissão ou tolerância), pode orientar-se pelo comportamento passado, presente ou esperado como futuro dos outros (vingança por prévios ataques, defesa do ataque presente, regras de defesa contra ataques futuros); as comunidades tradicionais de Abaetetuba estão organizadas e engajadas na luta pelos direitos comuns, como recursos naturais, água, território, manutenção da vida, saberes e práticas coletivas enraizadas.

Weber (2010) pontua que esta ação se classifica como racional em ordens afins, determinada por expectativas do comportamento de objetos do mundo exterior e dos outros homens, utilizando estas expectativas como “condições” ou “meios” para fins próprios racionalmente intentados e ponderados como resultados; racional quanto a valores, determinada pela crença consciente no valor ético. O movimento social local, formado por pescadores, extrativistas, açaicultores, carpinteiros, lavradores, artesãos, marítimos, ribeirinhos, constitui uma somatória de categorias sociais, não apenas uma luta de resistência ao poder da empresa, mas pela manutenção e garantia de direitos constitucionais.

Assim, as comunidades tradicionais das ilhas PAE Santo Antônio e Santo Afonso estabelecem o que Weber (2010, p. 72) define como luta:

Denominar-se-á luta uma relação social quando a acção se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Chamar-se-ão meios “pacíficos” de luta os que não consistem na violência física efectiva. A luta

“pacífica” chamar-se-á “concorrência” quando, enquanto competição formalmente pacífica, se trava em vista do poder próprio de disposição sobre probabilidades que também os outros desejam.

A ação social se organiza no sentido de que cada ator, ou um grupo que age se relacionando com a atitude do outro, de modo que suas ações são mutuamente orientadas, as lideranças e os integrantes do movimento social local estão inseridos em um enfrentamento social e político já conhecido e internalizado na consciência coletiva, onde a conduta de vários atores se orienta regularmente umas com as outras, sendo necessário que algo determine a regularidade de tais relações sociais de forma voluntária e espontânea.

Na perspectiva de Weber (2010), as ações sociais possuem um sentido, estando configuradas através de fatores, como: expropriação de território, privações de recursos naturais, defesa da identidade tradicional, formas específicas de produção, práticas e saberes coletivos. Estes fatores somam-se, ainda, aos direitos legais conquistados pelos povos tradicionais, garantidos pelas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário: a 169 da OIT e legislações federais, como o Decreto nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, dos Projetos de Assentamentos, Reservas extrativistas, Plano de Utilização dos Recursos Naturais (PU), Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Essas ações são orientadas por fins (território) e valores (princípios do bem viver) e baseadas na visão de mundo dos indivíduos (universo cultural dos ribeirinhos) e grupos sociais (entidades de apoio ao movimento social local), resultantes dessas motivações. Devem ser considerados, também, os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais, pois há significações internas nos comportamentos coletivos que são culturais.

Nesta perspectiva de enfrentamentos às ações do capital, representado pelos interesses da Cargill, os movimentos sociais de base popular, como é constituído no movimento social do PAE Santo Afonso/Santo Antônio, recorrem às ações políticas do tipo “ação direta” nas suas estratégias de enfrentamento. A definição de estratégia de enfrentamento aos empreendimentos constitui-se de diversas formas, em especial, as ações direcionadas à abertura de debates sobre a pertinência ou não de ações, comportamentos, mobilizações e realmente levados a cabo no território, em conjunturas nas quais as comunidades afetadas são pouco ou nada consultadas (ACSELRAD; CAMPELLO; BEZERRA, 2009).

O movimento social local pode ser também definido na percepção de McAdam, Tarrow e Tilly (1996) a partir do conceito de Ação coletiva, que são os esforços feitos pelos

organizadores de um movimento para juntar as orientações cognitivas dos indivíduos com os da organização suporte do movimento, ressalta-se a importância dos fatores culturais de recrutamento e a mobilização do movimento social.

Entre as perspectivas teórico-metodológicas de análise dos movimentos sociais apoio-me na Teoria de Mobilização Política. Esta teoria tem como objetivo a compreensão dos comportamentos coletivos e sociais. Os autores McAdam, Tarrow e Tilly (2009) atribuem as mudanças nos comportamentos ao processo político, ao Estado, à estrutura de poder e à organização de política. Para esses autores, a ação coletiva pressupõe o desenvolvimento da autonomia do social e de espaços políticos por direitos embasados por uma cultura política democrática e por instituições políticas formais e representativas.

No tocante ao campo de estudo de movimentos sociais, a socióloga brasileira Gohn frisa o “mapeamento político”, recomendando enfatizar o processo político, os espaços políticos, os direitos e a cultura política propriamente:

O mapeamento político deverá abranger as histórias políticas locais, regionais e nacionais, as mudanças ocorridas em categorias sociais, as políticas estatais orientadas aos movimentos sociais, grupos sociais, redes de interesses, partidos políticos e outras áreas da vida pública coletiva como cidadania, nacionalismo etc (GOHN, 2014, p. 68).

Desde a perspectiva clássica de Touraine (1978), os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva: eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça ou independência nacional ou, ainda, como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, em um mundo de tradições, preconceitos e privilégios. Existem três princípios na concepção clássica de Touraine, sobre a interpretação do movimento social: identidade, oposição e totalidade. A identidade, neste caso, se caracteriza pelo ator coletivo pertencente às comunidades tradicionais. A oposição constitui-se dos adversários do movimento social local, representados pelos interesses da Cargill e do Estado. A totalidade refere-se às estratégias as quais favorecerão ou não o êxito do movimento.

Os movimentos sociais do PAE Santo Afonso/Santo Antônio estão organizados a partir de novas estratégias de ação, formam alianças com outras comunidades tradicionais adjacentes, possuem pautas de reivindicações conjuntas e estão associados com as Organizações Não Governamentais (ONGs), como o MORIVA (Movimento de Ribeirinhos de ilhas e várzea de Abaetetuba), Comissão Pastoral da Terra, Comissão Diocesana para enfrentamentos dos grandes projetos e Colônia dos Pescadores.

As ações desenvolvem um processo social político-cultural, que favorece o autorreconhecimento, a luta por uma identidade coletiva e a mobilização social a partir dos interesses em comum dos autodenominados ribeirinhos. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais políticos e compartilhados pelo grupo em espaços coletivos não institucionalizados. Eles têm como base de suporte as entidades e organizações da sociedade civil e política já citadas, com agendas construídas sobre as demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam

O relevante é descortinar as articulações de forças que somadas podem oferecer uma potente forma de resistência organizada, aos efeitos danosos de mobilidade do capital e dos interesses econômicos da empresa. Foi o que ocorreu com a criação da Reserva Extrativista (RESEX) na Ilha Capim em 2013, através das estratégias de ação e da institucionalização do movimento, a partir de suas demandas foram fundamentais para a criação, proteção e a gestão da Resex.

A região compreendida pelas Ilhas Capim/Xingu foi definida como área de estudo por se constituir estratégica para o escoamento da produção brasileira de grãos, para onde as *tradings*, como a multinacional Cargill, passaram a olhar como alternativa aos portos saturados do Sul e Sudeste do país. Eleger-se-á as unidades sociais e agentes inseridos no Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santo Afonso (Xingu)/Santo Antônio (Capim).

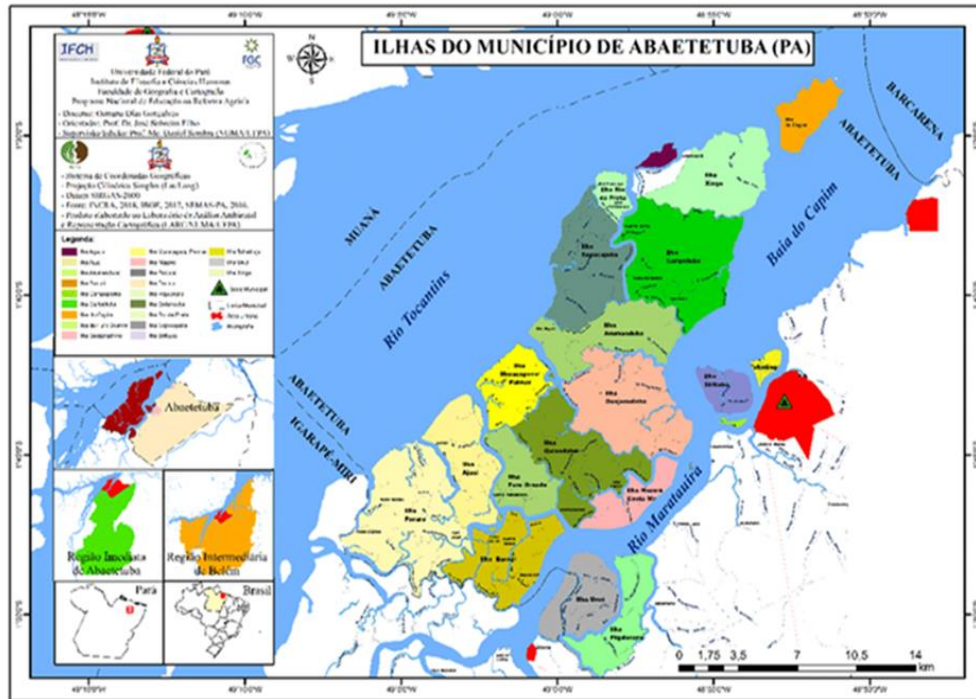
O EIA/RIMA da Cargill Agrícola S.A. (AMBIENTARE, 2018) formula a pergunta: quais ilhas e comunidades poderão ser afetadas pelo TUP Abaetetuba? E elabora a resposta:

Ao todo foram realizados estudos em 20 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), além de 8 comunidades rurais e nas cidades de Abaetetuba e Barcarena. Considerando as características do TUP Abaetetuba e as interferências que o Terminal pode provocar na região que está sendo estudada, foi definido que um conjunto de 6 projetos de assentamentos agroextrativistas e 5 comunidades rurais poderá sofrer impactos diretos gerados pelo empreendimento. Os projetos de assentamentos que poderão sofrer impacto são: PAE Santo Antônio II, PAE Santo Afonso, PAE Ilha Caripetuba, PAE Nossa Senhora da Paz, PAE Nossa Senhora do Livramento, PAE Santa Maria, localidades continentais e ribeirinhas, a saber: Pirocaba de Beja, Pindobal, Tauerazinho de Beja, Tauerá de das Vilas do Murucupi e Itupanema localizadas no município de Barcarena. (AMBIENTARE, 2018, p. 25).

O Projeto Assentamento Agroextrativista - PAE Santo Antônio II, possui uma área de 1.253,3680 ha, com 118 famílias assentadas em 22/11/2005, ano de obtenção da regularização. O PAE Santo Afonso, possui uma área de 2.705,6259 ha, com 188 famílias

assentadas e seu ano de regularização foi em 22/11/2005. A Figura 2 identifica a região das ilhas de Abaetetuba.

Figura 2 – Ilhas do município de Abaetetuba.

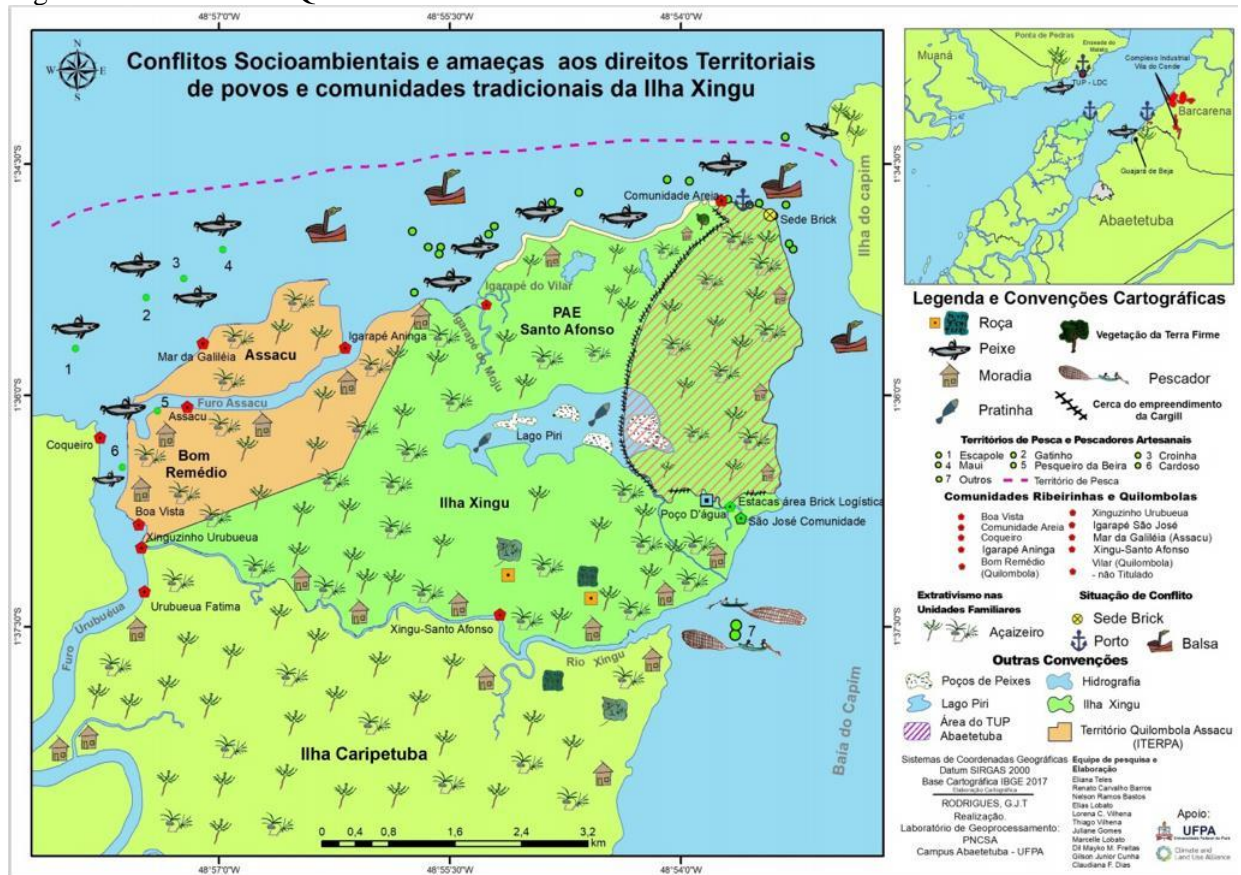


Fonte: Gonçalves, Rodrigues e Sobreiro Filho (2019, p. 89).

O Território Estadual Quilombola (TEQ), Comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio, titulada pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA em 2002 e certificada pela Fundação Palmares em 16/05/2014, é composto por 116 famílias, localizado há 2,42 km do empreendimento. segundo o título de reconhecimento de domínio coletivo, possui uma área de 588,1670 hectares.

Todavia, é necessário que sejam contempladas as demais comunidades Quilombolas tituladas pelo ITERPA, que são 1. Estas distam mais de 10 km do empreendimento, o meio de transporte é fluvial e têm o potencial de ser diretamente impactadas pelo tráfego de grandes embarcações, entre outros “impactos”. A Figura 3 mostra a localização da comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio:

Figura 3 – Comunidade Quilombola Nsa. Bom Remédio.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (2020).

Uma liderança fez relato detalhado a respeito do projeto TUP – Abaetetuba Cargill Agrícola S.A.; ela é integrante do movimento social local, remanescente de Quilombo da Comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio. Segue sua percepção a respeito:

Participo do movimento há mais de 12 anos, trabalho em comunidade, pastoral da criança, sou coordenadora também da Cáritas na comunidade. O projeto da Cargill não representa vida, lutamos pela vida, a Cargill é um lobo em nosso território, que não conseguimos enxergar o tamanho, lutamos há muito tempo, contra vários projetos, esse é mais um, que diz que vai trazer o desenvolvimento, mas sabemos que vem a morte, do nosso meio ambiente, vem contaminar nossa água, nossos peixes estão acabando, desde o vazamento da Hidro em 2018, as famílias começaram a ter doenças coceira, marcas na pele, muitos passaram mal, e hoje ainda sentimos essa contaminação. Nosso maior desafio hoje é a Cargill, nossa estratégia é se unir, com trabalho coletivo, através do grito das águas, porque eles estão irregulares no lugar, onde não deveria estar, não fez consulta prévia, na comunidade, nós precisamos ser consultados se eles não tem, esse consentimento, não tem porque a Cargill se instalar. Nós nos reconhecemos como Quilombola, nós nos autodeterminamos quilombola, dizendo que esse território é nosso. E estamos livres pra dizer que esse território tem suas regras. Se tem uma regra temos que defende-la. A Cargill não vai dar emprego pra todos, quando chega a safra do açaí todos ganham seu sustento e se ela se instalar não vai ter emprego para todos (R. S. F, coordenadora da Cáritas setorial, remanescente de Quilombo, liderança da comunidade Bom Remédio, 25/11/21).

Em análise de documentos que constam na ação judicial ajuizada pela Defensoria Pública do Estado, Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NDDH), Ação de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, a Fundação Cultural Palmares, solicitada a manifestar-se nos autos, em parecer técnico recomenda um estudo específico através de um termo de referência chamado plano de estudo complementar Quilombola, um diagnóstico geral contendo informações sobre: denominação, localização, formas de acesso, aspectos demográficos, sociais e de infraestrutura, situação fundiária e suas demandas, bem como identificação e vulnerabilidades da área: saúde, educação e habitação.

Esse estudo deveria atender também o controle de mitigação e a potencialização dos impactos ambientais. O título de domínio coletivo da comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio foi concedido em 05/05/2002 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), gravado com cláusula de inalienabilidade, em nome da Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos das ilhas de Abaetetuba (ARQUIA)⁴.

Trata-se de diversas situações sociais e realidades concretas diferenciadas que são apagadas, desconsideradas dos Estudos de Impacto Ambiental elaborado pela Cargill Agrícola S.A. Ainda, o Estado do Pará negligencia essas situações e ignora os efeitos sociais, ambientais e econômicos que o projeto provoca na existência das comunidades tradicionais da região de Abaetetuba.

Esta dissertação é composta por três capítulos. O primeiro apresenta os resultados de uma pesquisa histórica sobre o surgimento e institucionalização dos movimentos sociais em Abaetetuba e seus repertórios, que agregaram elementos para reconfigurar a luta dos movimentos sociais atuais. O segundo capítulo aborda a expansão do Agronegócio e os efeitos socioambientais, conflitos territoriais, implicando em alterações no modo de vida das comunidades tradicionais, especificamente nas Ilhas Xingu e Capim. O terceiro capítulo descreve as ameaças e rupturas nas quais o movimento social está inserido e o processo de desterritorialização em curso das comunidades tradicionais, das novas estratégias de luta que o movimento social local articula com diversas instituições de apoio e entidades, como o Moriva, Cáritas, CPT, Fase, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, no sentido de fazer valer direitos sobre o território.

⁴ Após diversas tentativas de ouvir o Sr. Isaias Nery Rodrigues, presidente da ARQUIA, sobre a participação da Instituição no apoio ao movimento social local, este se manteve em total silêncio a respeito, portanto não obtive retorno.

2 A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ABAETETUBA

Os movimentos sociais nas ilhas de Abaetetuba surgiram a partir das negações e omissões das políticas públicas, para atender as necessidades mínimas de uma população sempre invisibilizada, os ribeirinhos. Neste cenário, há necessidade de alcançar o atendimento de demandas educacionais, de saúde e habitação, bem como de reconhecimento de direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal de 1988 que, em prática, não se faziam valer.

Entende-se enquanto trajetória, neste estudo, as etapas que o movimento social percorreu, acumulando experiências, reconfigurando-se ao longo de décadas de luta engajada, desde o surgimento nos anos 1980, até a consolidação e institucionalização, fazendo valer direitos e conquistando novos, protagonizando atualmente o enfrentamento de grandes projetos de infraestrutura portuária, como o que está previsto para o Baixo Tocantins.

Em função do repertório de lutas no passado, os ribeirinhos foram reconfigurando estratégias e ampliando suas demandas, como a construção de escolas e postos de saúde. Neste momento, a luta se direciona no sentido de afirmação de identidade como povos tradicionais, engajados na defesa de seus territórios, sob ameaça de construção de um grande empreendimento de infraestrutura portuária da multinacional Cargill Agrícola S.A.

Este capítulo trata da descrição do surgimento dos movimentos sociais em Abaetetuba, as primeiras formas de organizações sociais, a articulação de apoio com as Igrejas, Sindicatos, partidos políticos, suas demandas e desafios. Os Movimentos sociais em Abaetetuba surgiram deste processo, da associação com os segmentos das Comunidades e Eclesiais de Base, formadas por diversas categorias sociais, como pescadores, lavradores e extrativistas.

A partir da associação destes segmentos sociais, construiu-se um conjunto de demandas específicas, que faziam parte das necessidades emergenciais, e que até então eram negadas pelas políticas públicas naquele momento. Em Abaetetuba, na região das Ilhas, os movimentos sociais ribeirinhos surgiram em 1985, destacando-se como ativistas as pequenas organizações comunitárias. O trabalho de mobilização era voltado à execução de “mutirão” em que se buscava o atendimento de necessidades em farmácias comunitárias, cantinas comunitárias, barcos e postos de saúde comunitários. No mesmo ano surge o Movimento de Pescadores, sob a orientação do Frei Alfredo, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

Nos anos seguintes, a luta dos pescadores e a unificação do movimento social continuaram com mais intensidade. Deste movimento resultaram várias associações:

Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA); a Associação Popular Transformadora (APT), em 1988; e a Comissão Pastoral da Terra (CPT-Diocesana), em 1992, que iniciou atividades com o desafio de fornecer mais organização e assistência aos “produtores rurais das ilhas e do campo”. As igrejas evangélicas também tiveram sua contribuição no movimento social ribeirinho, através de seus departamentos pastorais. A Igreja Católica organizou 57 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se encontram referidas às ilhas de Abaetetuba.

Em 1999, o movimento social ribeirinho local inicia a consolidação do projeto de regularização fundiária em áreas remanescentes de Quilombos. No processo foram envolvidas nove comunidades das Ilhas, segundo levantamento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Em 2001, foi criada a Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA). Entre os objetivos da ARQUIA, estão: administrar as terras dos Quilombos, buscar projetos de geração de renda e resgatar a cultura negra. A partir deste contexto, no Baixo Tocantins tem-se o surgimento do protagonismo do movimento social ribeirinho de resistência em Abaetetuba e infere-se que:

novas identidades regionais, nacionais e locais estão a emergir, construídas em torno de uma nova proeminência dos direitos às raízes. Tais localismos, tanto se referem a territórios reais ou imaginados, como a formas de vida e de sociabilidade assentes nas relações face-a-face, na proximidade e na interactividade (SANTOS, 2021, p. 430).

A partir de 2003, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR) e a Colônia dos pescadores Z-14 de Abaetetuba decidiram que deveriam organizar os ribeirinhos na luta e representatividade por suas demandas. Inicia-se a instalação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) nas Ilhas de Abaetetuba. Havia a necessidade de uma organização específica dos Ribeirinhos. Nesse período, foram incluídas 12 das 20 ilhas, que deveriam receber recursos para o projeto. A partir de encontros locais, surgiu o Movimento Ribeirinho das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.

A partir deste entendimento novos conceitos e elementos evidenciam o surgimento de movimentos sociais na sociedade brasileira, com suas peculiaridades. Na Amazônia, nas últimas décadas, os movimentos sociais têm construído identidade própria, em função das novas estratégias do capital que, através do agronegócio, está se configurando um adversário poderoso associado ao Estado neoliberal. Essas pressões implicam na reorganização destes movimentos que estão direcionando sua luta e estratégia de ação. Como explica Almeida (2011, p. 36):

Essas comunidades agrupadas, em torno de identidades coletivas, têm mostrado, entretanto, um formidável potencial de resistência à expansão do agronegócio e à devastação ambiental, na defesa de recursos hídricos e florestais têm colocados inúmeros condicionantes a agroestratégias, que visam incorporar a todo custo, e de maneira célere, novas extensões de terra ao mercado de commodities.

Objetiva-se nesta pesquisa, conforme mencionado, refletir o movimento social em confronto com as políticas apoiadas na lógica do neoliberalismo, cuja racionalidade, sistema normativo, amplia sua influência no mundo inteiro, estendendo sua lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

As oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial, logo, entra em operação uma nova configuração da política econômica na qual:

O Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis de vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais. A gestão da população muda de método e significado. Enquanto no período fordista a ideia predominantemente era, segundo a expressão consagrada, a “harmonia entre a eficácia econômica e progresso social”, hoje no contexto do capitalismo nacional, essa mesma população é percebida apenas como um recurso a disposição das empresas segundo uma análise de custo benefício (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284).

A política neoliberal promove a função de agente viabilizador das práticas voltadas ao avanço do capitalismo no campo e do agronegócio, portanto constata-se que:

Há um confronto entre as empresas transnacionais aliadas dos Estados, que defendem uma ordem inteiramente submissa aos imperativos da acumulação do capital, e as forças sociais ambientais, que desejam promover os direitos fundamentais de acesso aos “bens comuns” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 560).

Os atos e ações de contestação desta conjuntura política econômica são protagonizados pelos movimentos sociais que se opõem à racionalidade neoliberal. Os movimentos sociais pautam como objetivos: assegurar o direito sobre o território, a gestão de recursos naturais, a autonomia e defesa dos modos de vida sustentáveis, a diversidade cultural.

Na década de 1990, o Estado brasileiro adotou as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial ao assumir uma política econômica de austeridade fiscal e de privatizações, com concessões e incentivos fiscais para empresas de capital nacional e internacional. A partir deste cenário, dentre as atividades econômicas que se

destacam, está o agronegócio. O agronegócio da soja, dendê, pecuária empresarial, se consolidam como *commodities*, voltadas a atender o mercado externo, portanto infere-se que:

Na reforma do estado, aparece um conjunto de políticas econômicas ortodoxas que são adotadas (*mainstream*) como saída da crise e da volta ao crescimento econômico. as empresas globais desempenham o efeito que a política neoliberal teve no avanço da agricultura capitalista. É nesse território em disputa, que se encontram e se confrontam a atuação governamental, as empresas multinacionais, os fundos de investimentos, holding, latifúndios, pequenos produtores, extrativistas, posseiros, índios e quilombolas, nem todos com os mesmos interesses (MESQUITA, 2018, p. 4).

Com avanço do agronegócio e a intensificação da mineração na Amazônia há a necessidade de construção de uma infraestrutura necessária ao escoamento da produção das *commodities*. Trata-se da questão logística, que envolve: ferrovias, hidrovias e portos, com a capacidade de movimentar toneladas de grãos em escala gigantesca para atender as necessidades do mercado global.

Observa-se, nesse contexto, a relação predatória que está em curso, na região das Ilhas de Abaetetuba (Capim/Xingu), devido à possibilidade de execução do projeto de construção da infraestrutura portuária da Cargill Agrícola S.A. O processo em curso, a construção do empreendimento TUP Abaetetuba, ameaça aniquilar os modos de vida, a natureza do lugar, a cultura, a história das comunidades tradicionais que ao longo de gerações estão presentes nas Ilhas Capim e Xingu.

A partir deste fato surge o movimento social local, protagonizando a defesa do território e o enfrentamento das práticas abusivas dos interesses da Cargill Agrícola S.A. na região. Assim, destaca-se que entender o comum, o que designa um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista, é fundamental. Dardot e Laval (2016, p. 54) enfatizam que:

O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial. O comum é o conjunto das condições e dos resultados da atividade humana, a um só tempo “recursos comuns” e produtos comuns.

As comunidades tradicionais das Ilhas Capim e Xingu estão ameaçadas por expropriação e expulsão de seus territórios e no seu lugar é oferecido um vago e suspeito progresso e desenvolvimento, alude-se à geração de empregos, renda e impostos, mas o que está sendo ocultado é o cenário devastador e de incertezas para esses grupos sociais.

Novamente, Dardot e Laval (2017, p. 143) sustentam a argumentação sobre as realizações concretas que entranham as Políticas neoliberais:

[...] que se aplicam a todas as esferas da sociedade...promovem a despossessão, como indica bem o termo pressupõe que se tire dos seres humanos aquilo que lhes pertence, que se roube deles um bem, um direito, uma força ou uma essência. Ora o traço fundamental da governabilidade neoliberal é realizar a transformação de todas as relações sociais, portanto dos homens com as coisas. O neoliberalismo favorece não é uma acumulação por despossessão, mas uma acumulação por subordinação ampliada e aprofundada em todos os modos de vida da população: consumo, transporte, lazer, educação, saúde, uso dos espaços e do tempo, reprodução social e cultural e por fim as subjetividades. No fundo é essa a necessidade prática de resistência global, que explica a existência do comum a partir dos anos 1990.

Esta é a trajetória resumida dos Movimentos sociais em Abaetetuba, que passou por diversas etapas na busca por demandas básicas até chegar à “zona rural”, “região insular”, promovendo a integração das comunidades tradicionais que moram nas ilhas, originadas de organizações comunitárias (1985), Movimento de pescadores (1985), Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba-AMIA (1986), até chegar à instituição do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - MORIVA (2003).

2.1 A institucionalização do Movimento Social Ribeirinho

Os Projetos de Assentamento Extrativistas PAEs e as Reservas Extrativistas são marcos referenciais para a institucionalização do movimento social local. No PAE Santo Antônio, foi criada uma Resex em 2003, em função da organização das populações tradicionais locais, que se mobilizaram para impedir que a ilha do Capim se transformasse em depósito de lixo industrial da Hydro-Alunorte. Neste contexto, a formação dos PAEs se tornou o principal objetivo do movimento social local, considerando a possibilidade de titulação coletiva dos territórios, somando-se à gestão coletiva dos recursos naturais existentes em seu entorno, através de um estatuto de concessão de uso coletivo, sendo compartilhado e aceito por todos os integrantes da associação.

O movimento social local, como está configurado entre os assentados dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santo Afonso/Santo Antônio, assume o protagonismo social na defesa de seu território, seus recursos naturais, água, peixes, açai e o direito ao canal de navegação. Esses movimentos estão sendo reconfigurados através de atores, motivados por resistência e luta, pela permanência e sobrevivência de suas culturas, modos de vida e

organização social, isto se comprova neste importante relato da Sra. E.R.D.C.V, agricultora, assentada do PAE Santo Antônio II:

Nós luta, há muitos anos contra várias empresas e a gente vem sendo enganado, mas agora nós não vamos nos calar, e aceitar os que eles querem nós dá, para entrar no nosso território, de jeito nenhum, querem conversar só conosco da liderança, não aceitamos, vamos brigar contra eles. Nós já tem, na consciência, o que eles querem trazer pra nós, tem pessoas, que já morreram, com doenças tem as que estão sofrendo com coceiras, queda de cabelo. Muitas famílias já saíram porque não conseguiram, ficar e estão morando em favela na cidade. Eu nasci e me criei aqui, não precisava de ajuda de governo, aqui não tinha nem escola, vivemos do nosso trabalho, agora vem o governo dizer que temos que aceitar esse projeto, nós vamos lutar. (E. R. D. C. V. integrante do PAE- Santo Antônio II, 26/01/21).

Em abril de 2019 a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), juntamente com a *Regional Communications Leader* da Cargill Agrícola S.A. atuaram conjuntamente no sentido de realizar as audiências públicas com a finalidade de explicar o Projeto TUP Abaetetuba.

Os e-mails, anexados junto à ação judicial de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, movida pela Defensoria Pública do Estado do Pará, Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), contra a Cargill Agrícola S.A., é manifestado o apoio e articulação da logística institucional-empresarial para a realização de tais eventos. Nele encontram-se informações que detalham de que maneira SEMAS e Cargill, através de suas equipes ligadas ao setor de Gerência de Infraestrutura de Transporte e Obras Civis (GEINFRA), pretendiam executar as audiências públicas. Nos PAEs foi estabelecido um procedimento de comunicação no qual evidencia-se que a multinacional financiou toda a estrutura para a equipe da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), de acordo com o redigido nos seguintes fragmentos:

Gostaria de confirmar se a equipe técnica da SEMAS poderá seguir conosco de Belém para Abaetetuba ou, caso tenha optado por outra logística, se poderia informar o hotel em que estarão hospedados, para que possamos busca-los e seguir com a visita aos PAEs e ao terreno, conforme previsto abaixo. (*a embarcação atende 14 pessoas, dessa forma, a Cargill convida a equipe técnica da SEMAS para seguir conosco nesse traslado, evitando os transtornos com a fila da balsa em virtude do acidente ocorrido na alça viária).A equipe Cargill ficará hospedada no Hotel Jarumã, e se coloca a disposição para fazer as reservas para a equipe da SEMAS, caso seja necessário. Mirela Paula (Especialista de Meio Ambiente - Portos Brasil).

Prezada,

[...] quanto às datas das reuniões, obtivemos apenas ontem confirmação do apoio logístico do Grupamento Fluvial da Polícia Militar de Abaetetuba - CPR 9, e o período será de 13 a 18/06/2019.no que se refere ao texto da proposta do convite, deve ficar com a seguinte alteração:"A Cargill, em cumprimento aos procedimentos do licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente e

Sustentabilidade – SEMAS, convida você para a reunião que apresentará o Projeto do Terminal Portuário de Uso Privado de Abaetetuba. Será um momento importante para você conhecer mais sobre a proposta, dialogar e esclarecer todas as dúvidas. Um encontro é fundamental para que você entenda todos os detalhes do projeto e possa questionar, participar e atuar como comunidade. Um espaço aberto, colaborativo e esclarecedor."

Cada comunidade receberá convites personalizados de acordo com a data e horário da sua reunião. A forma de comunicação, bem como a agenda atualizada para as reuniões preparatórias, considerando os dias 14 a 17/06, estão detalhadas nos slides 20 e 21. Este documento foi revisado e atualizado após a realização da visita técnica do time da Semas, para refletir os alinhamentos feitos durante a viagem.

Continuamos aguardando, e nos perdoe pela insistência, a confirmação das datas para as reuniões preventivas e a anuência da Semas para divulgarmos a reunião, conforme texto do convite anexo, para que possamos iniciar a comunicação e o engajamento dos comunitários. Mais uma vez, agradeço por sua atenção, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos. (Eliane Uchoa-Regional Communications Leader, Cargill Agricultural Supply Chain – South America e-mail enviado a SEMAS, GEINFRA geinfra.semas@gmail.com)22/04/2019Mirela visita técnica 22/04/2019).

Todas as orientações e instruções específicas emanaram da Cargill e da SEMAS/GEINFRA. A empresa indica pressa para executar as audiências e sublinha o período, além de afirmar que a audiência constituirá um “espaço aberto, colaborativo e esclarecedor”. Não é novidade que o projeto de construção do TUP – Abaetetuba conta com amplo apoio dos entes municipais, estaduais e federais. Em função da possibilidade de geração de empregos diretos e indiretos, impostos de natureza diversa e dinamização da economia local, estes segmentos têm promovido, por meios legais e institucionais, a viabilização do empreendimento.

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) tem avaliado todos os instrumentos administrativos possíveis: licença ambiental, laudos técnicos para verificar se há sobreposição de área para a concretização de construção do TUP Abaetetuba, toda essa estrutura institucional e administrativa está colocada a serviço do capital. Dardot e Laval (2016, p. 238) contribuem para entender este posicionamento:

O Estado neoliberal tem a função de fornecer apoio logístico, e infraestrutura aos oligopólios quanto a atração desses oligopólios para o território administrado por ele, o Estado concorrencial não é árbitro de interesses, mas o parceiro dos interesses dos oligopolistas na guerra econômica mundial.

No sentido inverso, o movimento social local, ao fazer o combate das ameaças, conduz suas estratégias de confronto, mobilizando e articulando, promovendo o espaço de luta, que se direciona ao enfrentamento do projeto de construção do TUP no local. Sobre a percepção com relação ao empreendimento portuário, tem-se o relato de uma liderança, do Projeto Agroextrativista PAE Santo Antônio II:

O complexo portuário industrial é uma coisa mais enraizada, mais criminosa que estamos sofrendo ao longo do tempo, não só psicológica e moral, mas na pele, de saúde, vamos vivendo diversos prejuízos. O Estado faz parte dessa violência, licenciando o projeto de morte, e nós por falta de informação, estamos sofrendo por isso. Precisamos fazer uma resistência pelo projeto de vida e não o de morte. (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE Santo Antônio II, 26/01/2021).

Há um consenso entre os integrantes do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio, sobre as ações e agressões danosas ao meio socioambiental, promovidas pela multinacional Cargill Agrícola S.A. na região. Neste sentido, considera-se que há um confronto em curso e que o movimento social local se evidencia como protagonista na luta baseada em estratégias de resistência, desenvolvidas a partir de um conjunto de ações articuladas e planejadas, no enfrentamento das ações de seu opositor (Cargill Agrícola S.A.).

As narrativas dos integrantes do movimento social local nos exemplificam a força intimidadora representada pelo poder econômico da empresa Cargill Agrícola S.A. Os relatos dos ribeirinhos são descritos através de intimidações e ameaças, configurando um cenário de arbitrariedades e violência simbólica, quando se refere à invasão das terras do PAE Santo Afonso, por parte da Cargill Agrícola S.A., inclusive com a instalação de uma cerca em 2015, delimitando a área de construção do TUP Abaetetuba nas terras do PAE Santo Afonso.

No contexto, a liderança do MORIVA relata as principais questões-desafio, com relação ao trabalho desenvolvido pela organização relativos à regularização fundiária, desorganização da produção extrativa, conflito por terras e conscientização política do ribeirinho. O coordenador frisou as questões centrais no domínio político local, a saber:

A desorganização da produção, falta de assistência técnica, de equipamentos de pesca, para a agricultura familiar, conflitos por terras, a invasão do agronegócio, a conscientização política, de que o ribeirinho conheça seus direitos, e não depender do político oportunista, porque o que ocorre é que reconhece este político como salvador da pátria, e acaba votando em alguém que não tem compromisso com as demandas dos ribeirinhos, a política partidária prevalece, e por final, a regularização fundiária no município, é uma política tanto com questão Quilombola, que com relação a cadeia dominial, para saber de quem é responsável pela demarcação, titulação dos povos originários, porque é muito lento o processo como política pública. A missão do Moriva é anunciar e denunciar. (R.C., Coordenador do MORIVA 28/05/21).

Das 72 ilhas que compõem a área insular de Abaetetuba, somente duas têm seu processo de regularização fundiária em tramitação pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em definitivo: ilha de Tabatinga e Campopema; a ilha Xingu foi incluída como prioridade para confrontar o projeto do TUP Abaetetuba da Cargill.

Ghon (2014) explica que um movimento social está institucionalizado quando, a partir de análise metodológica, são examinadas as categorias básicas: demandas repertórios da ação; composição, ideologias, cultura política, organização, práticas, projeto sociopolítico, identidade e opositores.

No Baixo Tocantins, a institucionalização dos projetos agroextrativistas foi precedida de ampla mobilização dos agentes sociais articulados pelo (MORIVA), STTRA e CPT, Regional Guajarina, que reivindicavam o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos tradicionais das ilhas do estuário do Rio Tocantins.

As lutas do movimento social organizado culminaram na celebração do Termo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU) em 21 de novembro de 2005, cujos fundamentos balizaram a criação de 24 PAEs no município, com capacidade para assentar 7.960 famílias (PAE SANTO AFONSO *et al.*, 2021).

O chamado PAE institucionalizou-se em 1987 e foi acolhido pelo INCRA, após recusa da entidade ambiental IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – em abrigá-los, visto que havia previsão de criação desse estatuto territorial mesmo em áreas alteradas não ambientalmente preservadas, portanto, sua gestão deveria ficar sob responsabilidade de um órgão de gestão fundiária (MENEZES, 2011, p. 345).

Os Projetos de Assentamento estão presentes no EIA/RIMA da Cargill Agrícola, que identifica na Área de Influência Direta e Indireta (AID e AII) um total de 20 (vinte) Projetos Agroextrativistas de Assentamento-PAE, EAI/RIMA (2018, p. 25) e reconhece que se trata “de uma modalidade de assentamento destinada a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas”.

Os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, nas Ilhas Capim e Xingu em Abaetetuba possuem a seguinte configuração e funcionalidade: o PAE Santo Antônio II pertence à ilha Capim – criado por meio da Portaria nº 55, de 16 de dezembro de 2005, com 118 famílias e 1.253,36 ha, recebe cesta básica uma vez, possui Plano de Utilização dos Recursos Naturais (PU) já regulamentado; PDA concluído; fomento para 77 famílias; Programa Nacional de Educação Reforma Agrária (PRONERA) em aprovação para o curso de Pedagogia das Águas da UFPA; tem formação para Técnico Agrícola em Agropecuária, Agroecologia, fomento para 50 famílias, assistência técnica garantida para o segundo fomento em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER); Projeto Curso Profissionalizante para Mulheres, Projeto Nova Cartografia Social da

Amazônia, Kits de educação ambiental (01 conjunto de contêiner, placas, sacolas e carta movimento pela cidadania das águas).

A Figura 4 identifica a sede de reuniões do PAE Santo Antônio:

Figura 4 – Sede do PAE Santo Antônio Ilha Capim.



Fonte: Acervo da Comunidade Ilha Capim (2018).

O PAE Santo Afonso pertence à Ilha Xingu – criado sob a Portaria nº 37, de 28 novembro de 2005, com 188 famílias (inclusão da área quilombola de Igarapé Vilar); com 2.719,45ha, Plano de Utilização dos Recursos Naturais (PU) já regulamentado; Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) já concluído; fomento para 118 famílias; Programa Nacional de Educação Reforma Agrária (PRONERA) aprovado para o curso Pedagogia das Águas/UFPA, 01 aluna graduada; PRONERA: formação para Técnico Agrícola com ênfase em Agroecologia com 04 alunos formados; Educação do Campo/UFPA, com 01 aluno cursando Ciências da Natureza; 03 Agentes Ambientais Voluntários; segundo fomento para 50 famílias; Assistência Técnica garantida para o segundo fomento na parceria com EMATER.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) estabeleceu cooperação acadêmica para confecção de 02 Fascículos com mapeamento e descrição das formas de vida de povos e comunidades tradicionais, com a valorização dos costumes, atividades de subsistências, reconhecimento das práticas tradicionais e do território, sendo um Fascículo para adolescentes, jovens quilombolas e ribeirinhos e um Fascículo para Lideranças Ribeirinhas. É, portanto, um importante documento que mapeia todas as atividades extrativistas presentes no território das populações tradicionais, elaborado por eles próprios, e pode ser usado como fonte de informações valiosas para embasar ações e estudos mais

complexos, para defesa de direitos dessas populações. Neste estudo estão presentes dois mapas, construídos em colaboração com os ribeirinhos da comunidade da ilha Capim e Xingu.

2.2 A implantação dos grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura portuária no Baixo Tocantins

A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) permitiu operar na região Amazônica 72 instalações portuárias, sobre um total de 209 liberadas para o território nacional. Destes, 20 portos estão listados para o baixo Tocantins (Abaetetuba e Barcarena) e oito (8) portos no estado do Amapá (Amapá e Santana) no período de 2013 a 2018. O Baixo Tocantins (Barcarena e Abaetetuba) tornou-se cenário da ambição, especulação e conflitos diante dos vários projetos de infraestrutura planejados.

Atualmente, o porto da Villa do Conde, Barcarena-PA, é a infraestrutura a partir da qual são escoados os grãos que, trazidos do Porto de Miritituba, Santarém-PA, chegam à região do Furo do Capim e permanecem no canal de navegação até a descarga ocorrer nos navios graneleiros, atracados no Porto de Vila do Conde, em Barcarena. Este processo é demorado e de alto custo, porque demanda o pagamento de taxas pelo uso da estrutura da Companhia Docas do Pará (CDP) e de pleitear regularmente a concessão do governo federal. Para a Cargill Agrícola S.A., os benefícios maiores estão vislumbrados com o TUP Abaetetuba, que constitui:

[...] uma instalação portuária, que tem como principal objetivo o escoamento de grãos para mercados externos, e será o primeiro terminal portuário de acessibilidade inteiramente hidroviária, ou seja, não receberá cargas por rodovias. O terreno onde pretende-se instalar o Terminal localiza-se na Ilha do Xingu, no Município de Abaetetuba, estado do Pará, na região do Furo do Capim. O TUP visa ser integralmente dedicado à movimentação de nove milhões de toneladas de grãos sólidos por ano, originadas nos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso (AMBIENTARE, 2018, p. 9).

Além disso, há forte tendência das grandes multinacionais, ao se implantarem no território, em promover uma reconfiguração no espaço, impondo uma lógica de desapropriação das terras tidas como alvos de seus empreendimentos. Os efeitos são imensuráveis sobre as histórias de vidas, cultura, produção e sobrevivência de comunidades tradicionais, promovendo a desestruturação socioambiental das áreas atingidas (SILVA, 2015; FERREIRA *et al.*, 2016). A estratégia da empresa é apresentar seu portfólio nos seguintes termos:

A empresa responsável pelo empreendimento é a Cargill Agrícola. A companhia está presente no Brasil há mais de 50 anos, possui 11 mil funcionários e presença em 147 municípios. A Cargill atua em diferentes segmentos de negócio de alimentação, entre os quais destaca-se o agronegócio. Neste segmento, a Cargill compra, processa e distribui grãos para o Brasil e dezenas de outros países no mundo. Nos demais segmentos possui desde soluções para indústrias até marcas conhecidas.

Com o propósito de nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável, a Cargill investiu nos últimos anos na região Norte, como uma nova rota para o transporte da produção grãos. Operando em Santarém há 15 anos, a empresa investiu recentemente na ampliação da capacidade de movimentação do terminal de 2 para 5 milhões de toneladas por ano, além de inaugurar seu segundo terminal no Estado no município de Itaituba (Pará), no distrito de Miritituba. A companhia possui ainda um terminal de transbordo de cargas em Porto Velho (Rondônia) (AMBIENTARE, 2018, p. 8).

A região das ilhas Capim/Xingu, pela sua proximidade com o complexo Hydro Alunorte, em Barcarena-PA, vem sofrendo ao longo de décadas os efeitos ambientais severos da contaminação da água por metais pesados (como alumínio e chumbo), segundo dados do parecer técnico de análise do Laboratório de Química Analítica (LAQUANAM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), solicitado pelo Ministério Público do Estado do Pará (PARÁ, 2015), causados por vários desastres ambientais na região. Os mais recentes são: vazamento de rejeito de caulim da empresa Imerys Rio Capim Caulim e vazamento de lama vermelha da empresa Alunorte, em 2009. Em função da contaminação da água, há relatos de incidência de problemas de saúde nos ribeirinhos das Ilhas Capim/Xingu, como coceiras, irritação na pele e queda de cabelo. Recentemente, em 06/12/2021, ocorreu um incêndio em galpão de produtos químicos industriais da mineradora multinacional Imerys, em Barcarena (PA).

Em 2015, o navio Haidar naufragou no Porto da Vila do Conde, mais 5 mil animais morreram afogados, houve o derramamento de 700 toneladas de óleo combustível na região, às margens do Rio Pará, em Barcarena-PA; há relatos de consequências desse desastre, sobre o derramamento ter contaminado, também, as praias e igarapés da ilha Capim. Não se trata de meros acidentes ambientais, que tem sido a explicação recorrente, como já frisado:

Na Amazônia, os padrões tecnológicos industriais, em especial de empresas minero-metalúrgicas estão, recorrentemente, produzindo acidentes ambientais, ou incidente, termo usado frequentemente pelas indústrias. Ambos os termos possuem grau elevado de imprecisão, e responsabilidade social e ecológica de agentes econômicos, incluindo os eventos previsíveis de atos e definições ditos técnicos. Frequentemente, o “acidente ambiental” é assimilado como um tipo de “desastre tecnológico”, praticamente ignorando-se alternativas, sem focalizar atenção máxima na previsão e controle (ACEVEDO MARIN; ACEVEDO, 2015, p. 139).

Na leitura atenciosa do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (AMBIENTARE, 2018) confere-se o desconhecimento por efeito de invisibilização intencional da presença das comunidades tradicionais, o que se materializa, ainda, com as ações arbitrárias que restringem o trânsito de pescadores na baía do Capim. Esses agentes sociais desenvolvem meios de sobrevivência na região. Hoje, são atingidos por problemas socioambientais (erosão das praias, poluição das águas, desaparecimento dos peixes devido o som produzido pelos motores dos empurradores, utilizados na operacionalização das barcaças carregadas com grãos).

Observa-se uma contradição existente entre o texto do RIMA (AMBIENTARE, 2018) e o perfil das atividades das comunidades tradicionais, identificadas no mapa da cartografia social (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN; MARTINS, 2017) confeccionado pelos moradores dessas ilhas, em parceria com os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Neste documento, ao contrário do RIMA (AMBIENTARE, 2018, p. 17) afirma-se que:

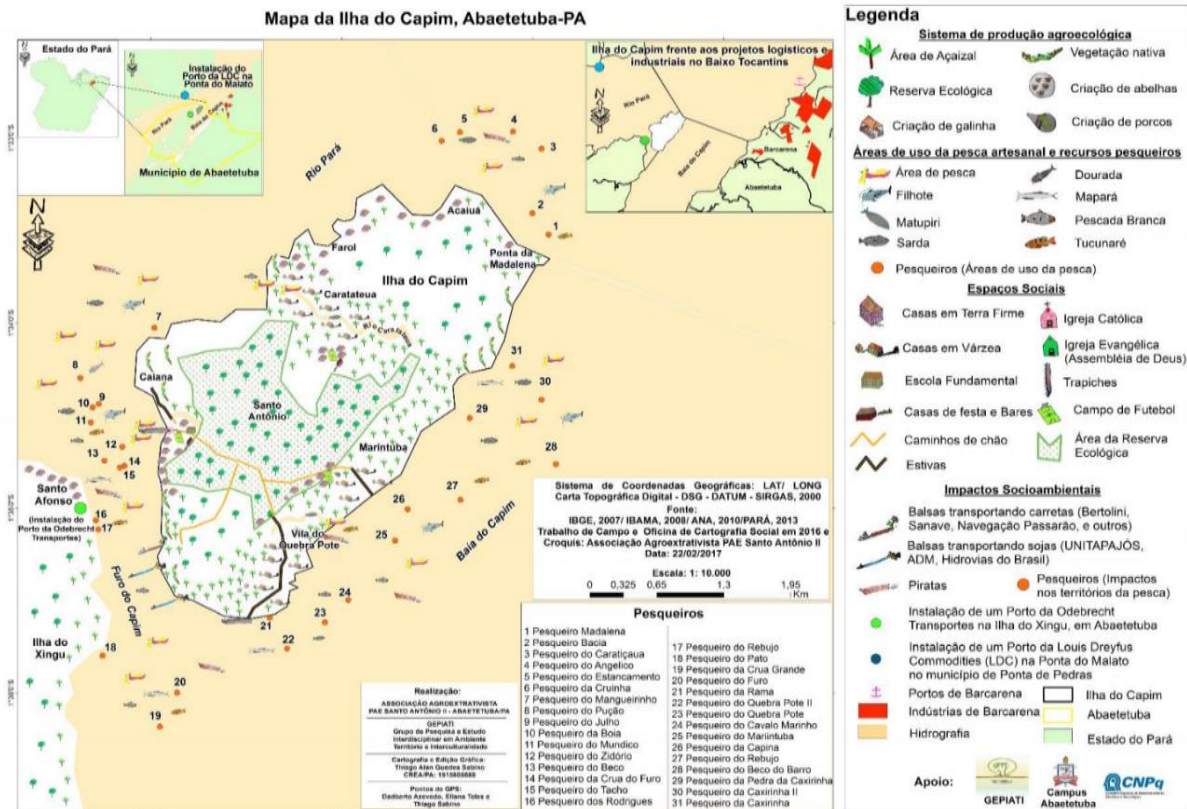
Não será necessário realocar nenhum morador ou família da Ilha onde o TUP Abaetetuba pretende ser instalado. A alternativa locacional do empreendimento priorizou áreas já favoráveis às obras e instalação do empreendimento, fora de áreas de uso das comunidades.

Avançando na leitura do RIMA (AMBIENTARE, 2018, p. 17) listaram-se os elementos descritivos do que denominam “comunidades locais”:

No meio socioeconômico, foi estudado como vive, qual a história e a dinâmica da população de Abaetetuba, principalmente das comunidades locais, entendendo ainda como ocorre o uso e ocupação do solo, e aspectos ligados à economia, infraestrutura e serviços públicos (Sistema Educacional, Sistema de Saúde, Saneamento Básico, Sistema de Comunicação, Sistema de Transporte, Segurança Pública, Assistência Social); patrimônio histórico, arqueológico e cultural [...].

O PNCSA identificou diversas atividades de subsistência praticadas pelas comunidades tradicionais, baseadas no extrativismo (recursos florestais), pesca artesanal, caça, construção naval, agricultura familiar, suinocultura, avicultura, apicultura, plantio de mandioca e açaí, de acordo com o mapa da Figura 5.

Figura 5 – Mapa da Ilha do Capim, Abaetetuba-PA.



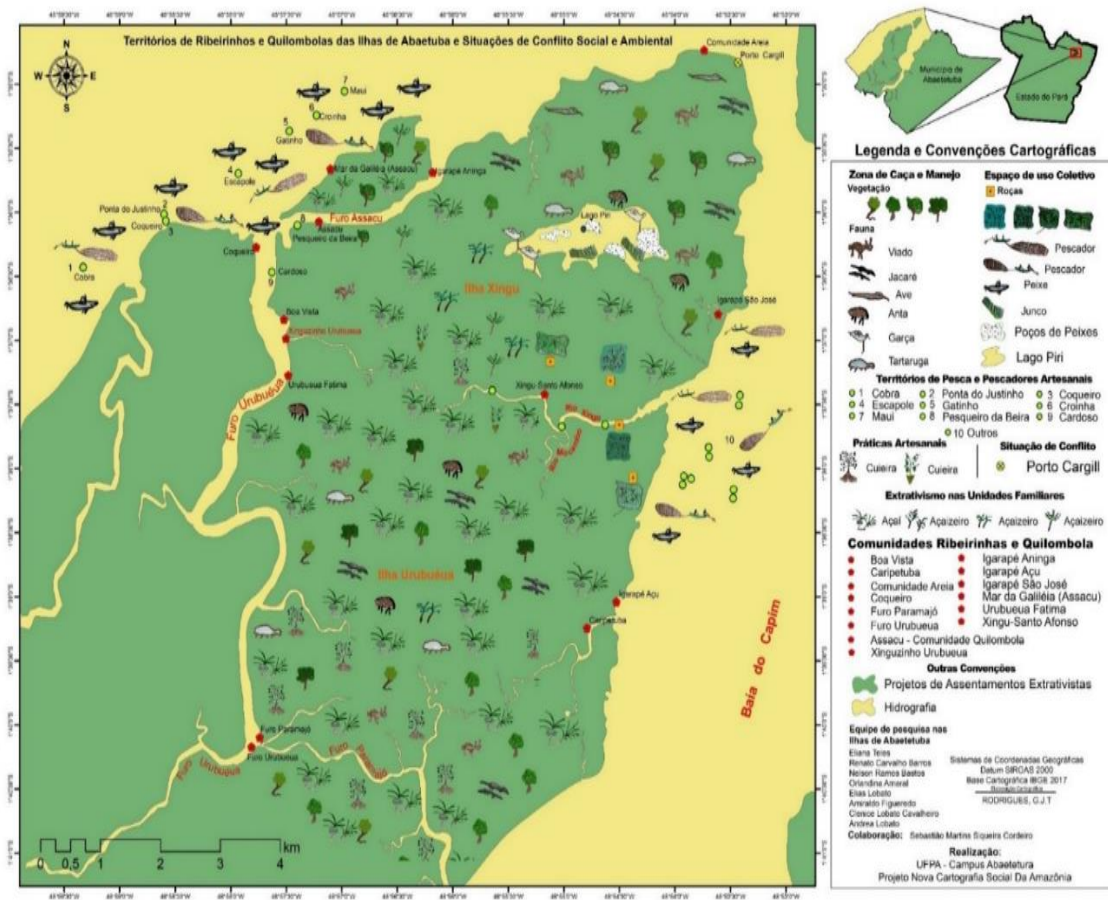
Fonte: Almeida, Acevedo Marin e Martins (2017).

No mapeamento social (Figura 6) no qual foram desenhados os croquis pelos próprios ribeirinhos que habitam as ilhas de Abaetetuba, consta a representação da luta por direitos territoriais e sociais e os conflitos sofridos com a presença de grandes empresas, agronegócio, extração mineral e desmatamento na região. Este material pertence à coleção Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos (PNCSA, nº 30, 2009) e confere-se o seguinte registro:

Foi realizado no dia 15 de julho de 2017 no Centro Comunitário PAE Santo Antônio II II, Ilha do Capim, o lançamento do Boletim Informativo “Cartografia da Cartografia Social: Ribeirinhos da Ilha do Capim frente aos grandes empreendimentos no Baixo Tocantins”, no município de Abaetetuba no Pará. O boletim é resultado de trabalho conjunto entre pesquisadores do PNCSA, Núcleo Pará, Associação de ribeirinhos e pescadores da Ilha do Capim e UFPA, através de professores e estudantes do curso Educação do Campo, campus Abaetetuba. (PNCSA, 2017).

Os Pescadores Artesanais e a Associação Agroextrativista PAE Santo Antônio II reivindicaram a construção do mapa de localização dos recursos naturais afetados pelos grandes empreendimentos de logística localizados em cercanias da ilha. O mapa produzido pelo Projeto Cartografia Social, em parceria com os pescadores, identifica 31 pesqueiros ameaçados pelos impactos dos empreendimentos. Ainda colaboraram Alex Azevedo Costa, Wendel Azevedo, Manoel da Vera Cruz, na tomada de pontos de GPS na baía do Capim, parte da baía do Marajó e Furo do Capim (PNCSA, 2017).

Figura 6 – Mapa da ilha Xingu.



Fonte: Almeida, Acevedo Marin e Martins (2020).

Portanto, o PNCSA, mediante o mapeamento, realiza a descrição densa das formas de vida de povos e comunidades tradicionais. A partir destes estudos, infere-se que:

A questão da terra, os problemas urbanos, a vida nas ilhas retrata, os efeitos diretos como deslocamentos compulsórios. Os novos processos de expropriação, novas estratégias e ações políticas engendrados pelos movimentos e estratégias de controle político pelos aparatos do Estado são mapeados e cartografados no âmbito da “Nova Cartografia social”. Os agentes perfilam lutas condizentes com políticas identitárias, debatem e constroem uma nova cartografia social a partir de 2012, centrados nas lutas por direitos, ao persistirem em se fazerem visíveis, reconhecidos e vivos frente ao imperativo da empresa em torna-lhes mortos socialmente (NOVAES, 2015, p. 186).

Este documento, produzido pelos próprios ribeirinhos, através de oficinas organizadas pela UFPA/NAEA/PNCSA, implicam no reconhecimento das diversas práticas e usos do território, como a pesca, a agricultura e o extrativismo. A percepção das comunidades tradicionais sobre o que significa viver de forma responsável pauta-se nos meios necessários à sobrevivência, sem depredar ou esgotar os recursos disponíveis no território. Identifica-se, assim, todas as atividades presentes no território, as práticas de manejo dos recursos, a

identificação dos pesqueiros, de áreas com extensos açazais e as vilas das populações tradicionais.

3 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E OS EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO DAS ILHAS DE ABAETETUBA

A dinâmica da ocupação da Amazônia, articulada pelo Estado e mantida pelo mercado externo, caracteriza uma das formas mais bem planejadas de domínio das terras e expropriação de povos tradicionais. É notório esse processo ocorrendo em Abaetetuba, no qual o interesse particular sobrepõe o coletivo. Na região do Baixo Tocantins estão presentes as plantas siderúrgicas da Hydro-Alunorte e Imerys - Rio Capim, que ocupam áreas extensas, no passado ocupadas por ribeirinhos, quilombolas e extrativistas.

Neste ínterim, outras atividades adentram na região, com novas táticas, mas os mesmos objetivos: ocupar terras de povos tradicionais. A expansão da soja de 1990 a 2005, na Amazônia, criou o chamado ciclo de commodities, devido ao aumento da demanda pela soja, que vem impulsionando o mercado, conseqüentemente a busca por terras e infraestrutura portuária para escoar a produção aos mercados consumidores.

A região das ilhas, formada pela Ilha Xingu e Capim, constitui uma área estratégica para a construção do empreendimento portuário da Cargill Agrícola S.A. A Soja será escoada para os mercados europeus, asiático e norte-americano. A multinacional não tem medido esforços em desapropriar a área do PAE Santo Afonso, na qual pretende construir o empreendimento, e esse processo motivou a organização e luta do movimento social local para garantir os direitos sobre o território.

Como efeitos socioambientais, entende-se toda e qualquer ação humana capaz de impactar, degradar ou esgotar um ou mais recursos naturais não renováveis, isto implica dizer que um grande empreendimento, do porte do complexo portuário da Cargill Agrícola, além de produzir todos esses efeitos, também expulsará as comunidades tradicionais presentes na região.

Os efeitos socioambientais já podem ser contabilizados no caso do TUP Abaetetuba, antes mesmo de sua construção. A negação ou limitação do uso da baía do Capim para a pesca das populações tradicionais configura o primeiro efeito socioambiental. A degradação das praias e despejo de lixo na baía se tornaram recorrentes na região.

Na Amazônia, os moldes históricos da instalação dos grandes projetos de mineração, do agronegócio e infraestruturas, são marcados por invasões, expulsões, violações de direitos, violência física e simbólica contra povos e comunidades tradicionais. Este fato tem promovido reações e o protagonismo do movimento social local, que se manifesta mediante

vários eventos de caráter coletivo e denuncia para as autoridades, mídia local, nacional e internacional a gravidade dos danos sociais e ambientais causados.

No início do ano passado foi divulgada a carta pública de informação sobre irregularidades fundiárias praticadas pela Cargill Agrícola S.A. e as afetações de terras tradicionalmente ocupadas no município de Abaetetuba, com o propósito de denunciar o apossamento irregular de terras que incide no PAE Santo Afonso, na ilha do Xingu, o que ocorreu coetâneo com o cercamento praticado pela Cargill Agrícola S.A., como ilustra a Figura 7.

Figura 7 – Terreno de Ribeirinho, área do PAE Santo Afonso, cerca instalada pela Cargill Agrícola S.A.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A área acima pertence a um integrante do PAE Santo Afonso e ex-presidente da Associação. Na imagem, verifica-se a cerca já instalada, formada por postes de concreto, faltando apenas o arame farpado. Destaca-se que esta cerca vem do outro lado da Ilha, do PAE Santo Afonso, da margem da baía, Rio Pará, deixando apenas a área da casa de fora da barreira. O fundo da casa, na margem do Igarapé São José, constitui parte território do PAE Santo Afonso. Neste mesmo terreno se verifica o açazal, de propriedade do Sr. J. A. S, ribeirinho há mais de sessenta anos e morador do local, que fez o seguinte relato:

Quando era presidente do PAE Santo Afonso, há seis anos atrás, e fazia as reuniões com os integrantes, haviam pessoas infiltradas nas reuniões, que ouviam nossas conversas e passavam para a empresa, e a partir deste momento, comecei a receber ligações dizendo: você está falando muito, está se metendo onde não deve, ainda vão

calar sua boca...a partir de então, recebi uma ameaça direta, uma lancha entrou aqui no Igarapé onde moro, com homens armados, pararam bem em frente minha casa e disseram: é aqui que ele mora? (J.A.S, Ribeirinho, Igarapé São José, 16/08/21).

Durante a década de 1990, a partir da introdução da política neoliberal, tem-se a expansão do agronegócio e a preparação do cultivo de soja, expansão da pecuária empresarial e do dendê. O objetivo é aumentar a produção, gerando excedentes para exportação. Esse monocultivo revela rápido avanço, como escreve Gayoso:

Na Amazônia Legal, o volume de área cultivada, que em 1990 era de 1.602.975 hectares, passou para 8.223.381 hectares em 2012 (IBGE, 1990-2012). Segundo os dados do IBGE, na década de 2000, dos nove estados localizados na Amazônia Legal, apenas no estado do Amapá não foi registrada a produção de soja (GAYOSO, 2011, p. 174).

A produção da soja na região do Baixo Amazonas ocorre a partir de investimentos privados estimulados pela ação interventiva e programática da esfera estatal. Tem sido destacada a ação prevista no Polo Agroindustrial para a região Oeste pelo governo do Pará, desde 1996, antecipando um possível asfaltamento da BR-163 para o qual foi contratada a empresa Agrária Engenharia Consultoria S.A., que estuda a viabilidade da agricultura empresarial no polo Santarém (CPT, 2006; PUTY, 2007) e registra-se o plano de expansão da infraestrutura portuária:

As cidades de Santarém (PA) e Belterra (PA) são os dois municípios com maior volume de terras ocupadas com plantio de soja, por consequência, respondem por 96% da produção local. Os primeiros produtores de grãos tiveram apoio da esfera estatal, principalmente da prefeitura de Santarém, bem como da Associação Comercial. Os custos dessas primeiras plantações foram cobertos pelos próprios produtores. Segundo Puty (2007), o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) financiou a produção de grãos no município somente a partir da safra 1999/2000. Coincidentemente, ou melhor, estrategicamente, foi nesse período que teve início a construção do porto da empresa exportadora de grãos Cargill, o que atraiu o interesse de grandes produtores de grãos do Mato Grosso (GAYOSO, 2011, p. 177).

O processo em curso de construção do empreendimento TUP Abaetetuba é resultado destes antecedentes que irão promover a desintegração não somente dos recursos naturais de uso comum do PAE Santo Afonso/ Santo Antônio, mas um modo de vida específico já estabelecido, com regras definidas de gestão, manejo e exploração da fauna e flora, o que faz refletir sobre o comum, que é o surgimento de uma nova forma de contestar o capitalismo.

Comunidades tradicionais estabelecem relações com a natureza coerentes com uma visão de uso e controle dos recursos, desenvolvendo modos de conservação eivados de

respeito e sensibilidades. Reitera-se alguns elementos analíticos sobre os critérios distintivos dos povos e comunidades tradicionais em Martins (2011, p. 260), que escreve:

Os povos e comunidades tradicionais possuem critérios de organização social, tais como autonomia produtiva, que garante a reprodução social sem dependências diretas de um poder central: formas de organização próprias, centradas em uma representação política interna; uma autonomia no gerenciamento dos recursos e um saber que se manifesta, inclusive em concepções próprias de territorialidade. Esses critérios, que apontam para uma autonomia relativa aos modos de vida, são fundamentais para a reprodução desses grupos que elegem outras dimensões de suas vidas para além da economia de mercado e o consumo, como prioritárias. Essa autonomia, longe de apontar para um isolamento ou uma apartação do poder central, implica que tal relação se dá determinados planos de organização social.

Na configuração atual há um conflito por lógicas diferentes de uso do território, de duas racionalidades opostas que colidem: uma que chegou representando os interesses do capital (Cargill Agrícola S.A) e outra que já existia, moldada em um modo de vida específico, de sobrevivência histórica dessas unidades sociais, baseada no extrativismo tradicional.

Um processo de grilagem de terras foi iniciado em 2016, devido à venda do terreno que pertencia à Sr.^a Maria Francisca Gama dos Santos, moradora da área, onde se pretende construir o TUP Abaetetuba, que após a negociação, foi morar na cidade de Abaetetuba. A senhora Gama dos Santos foi procurada por representantes da empresa Brick Consultoria em Gestão Ltda., com quem a Cargill tem um Termo de Cessão de Direito de posse (EIA/RIMA Cargill - AMBIENTARE, 2018, p. 52), e “cedeu” o terreno para a implantação do TUP.

A área para a construção do TUP Abaetetuba possui as seguintes dimensões: 3.802.23 m de largura de frente, 1.415.09 m lateral direita, 1.668,28 m lateral esquerda e 2.291.83 m de fundos, formando uma área de 3.588.888 m², de acordo com Título de Traspasse e com o Alvará de funcionamento nº 2017/62757, expedido juntamente com este documento oficial da Prefeitura Municipal de Abaetetuba, de 20/12/2016.

Este processo está sendo questionado na Justiça Estadual do Pará pelo Ministério Público do Estado do Pará e, também, junto ao INCRA. A partir de então, todo o processo de compra e venda do terreno já foi cancelado pelo Cartório 1º Ofício de Notas de Abaetetuba e está sendo objeto de um inquérito pelos devidos processos legais.

O Ministério Público do Estado do Pará resolveu, por meio de sua 4ª promotoria de Justiça em Abaetetuba e diante da gravidade de violação de direitos, instaurar inquérito civil para apurar as denúncias da entidade vinculada à Igreja Católica, Cáritas, através da Comissão Diocesana em defesa do Território de Abaetetuba, na qual a Portaria 002/2020- MP/4º PJA,

de 13/10/21, recomenda e exige providências. Com relação aos principais itens do documento, têm-se:

- 1-Exigência de estudo prévio de impacto ambiental, com publicidade, para instalação de atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental;
- 2-A formalização de consulta prévia aos povos originários e comunidades tradicionais, de acordo com a Convenção nº 169 da OIT, Igarapé Areia, Rio Açacu, rio Capim, Igarapé Vilar, Igarapé São José, Rio Xingu, Rio Caripetuba e Rio Urubuêua, exigindo o respeito ao modo de vida tradicional desde os ancestrais até as gerações futuras e a defesa da Amazônia;
- 3- Há denúncia de apossamento irregular por parte da Cargill Agrícola S.A., porque está incidindo dentro de um Projeto de Assentamento Agroextrativista- PAE Santo Afonso instituído por meio de portaria do INCRA nº 229;
- 4- A necessidade de ser analisado Estudo de Impacto Ambiental- EIA RIMA, com o plano de mitigação e de compensações de danos ambientais, e alternativas locais do empreendimento, e da realização de outros estudos;
- 5 – Que deve haver valoração dos danos materiais e imateriais, danos ambientais, danos econômicos em especial das atividades dos ribeirinhos e comunidades tradicionais, além de danos sociais e culturais também no que tange aos modos de vida da população local e a sua ancestralidade e perdas futuras gerações tradicionais;
- 6-A necessidade do Ministério Público acompanhar todo o processo de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169 aderida pelo Brasil desde 2003, ganhando status de supralegal, com o fim de garantir, com o fim de garantir que as comunidades que serão afetadas pelo empreendimento possam entender, refletir e decidir sobre o futuro de suas vidas e territórios, garantindo que não haja irregularidades, devendo a empresa Cargill Agrícola S.A., assumir o dever de diligências no que tange à proteção dos Direitos Humanos, seguindo a legislação pátria e as melhores práticas nacionais e internacionais.
- 7-A construção de Protocolo Comunitário da Consulta Prévia, Livre Informada, de Consentimento e Veto instituída no Território Quilombola Bom Remédio, às margens do Rio Açacu, no Município de Abaetetuba, amparado pela Convenção 169, que assegura o Direito de os membros da Comunidade serem consultados todas as vezes que os governos pretenderem construir qualquer obra ou tomar medidas administrativas, que possam afetar seu território direta ou indiretamente;
- 8-Que a instalação do empreendimento acarreta violação de diversas legislações nacionais e internacionais, entre elas a convenção 169, Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José de Costa Rica, Decreto Federal nº 5.051/2014, que prevê em seu artigo 6.1, alínea “a”, a obrigação do Estado de consultar os povos interessados mediante procedimentos apropriados, e em particular, de suas instituições representativas.
- 9- Que o princípio do usuário p.ador/ poluidor-p.ador, consagrado na doutrina e jurisprudência pátria estipula que aquele que concorrer, de qualquer modo, para a concretização do dano ao meio ambiente, deve internalizar os custos e socializar os lucros, dos riscos gerados pela sua atividade, de forma a não prejudicar sociedade pela exploração econômica por si desenvolvida.
- 10- Que, com base no disposto no art.225, da Constituição Federativa do Brasil, e no art. 14§ 1º, da lei nº 6.938/81 (Política Nacional de Meio Ambiente) o princípio da responsabilidade objetiva do dano ao meio ambiente preconiza que o causador de dano ao bem ambiental, mesmo de forma indireta, será por ele responsabilizado sem a necessidade de comprovação de culpa em virtude de dever de cautela a todos imposto para com o meio ambiente (PARÁ, 2021a).

Diante da tentativa de apropriação do terreno da ilha Xingu, por parte da Brick Logística, com sede em Belém-PA, o INCRA, por meio de sua Superintendência Regional,

emite resposta através de ofício, em 21/06/21, no qual responde à Brick, com relação ao processo de número: 54000.08488/2020-14, que solicita a exclusão de área pertencente ao PAE Santo Afonso, com objetivo de se apropriar do território. A propósito, tem-se o seguinte expediente:

Com os cumprimentos de estilo, informo-lhe que essa Superintendência Regional do INCRA em Belém – SR (01)/PA, recebeu MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO ao processo ADMINISTRATIVO Nº 54000.08488/2020-14 (SEI nº 8572923) promovido pela Associação do Assentamento Agroextrativista PAE Santo Afonso da Ilha do Xingu – Abaetetuba/PA e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Pará, quanto à solicitação promovida pela empresa Brick Logística (SEI nº 7100350), relativa a exclusão da área do imóvel sob a matrícula nº 2.675, Projeto de Agroextrativista Santo Afonso, assim como, a retificação da Portaria nº 37/2005, com fins de atualização da área total a do projeto, com a exclusão da área do referido imóvel.

Nesse contexto, atentou-se à expressa denúncia de que empresa Brick Logística estaria camuflada nos pretensos interesses da Multinacional Cargill Agrícola S.A., quanto à exclusão dos 358,88 há do perímetro do PAE SANTO AFONSO, a que a titulação pela municipalidade de Abaetetuba seria nula de pleno direito, tendo em vista a incompetência do ente público municipal em regularizar terras em patrimônio da União.

Aduziram no expediente, inclusive, que o título e a Matrícula nº 2.675 seriam ilegais e nulos, não podendo ser revalidados, e que, nem o INCRA, nem a SPU, nem a AGU, ao longo deste processo, haviam questionado sobre a referida nulidade, posto que foram emitidos em terras da União por quem não tinham qualquer possibilidade jurídica de emití-lo, frente ao fato incontroverso de que a ilha do Xingu, localiza-se em área de várzea, banhadas por águas do Rio Tocantins, rio este “Federal”, portanto, indubitavelmente de dominialidade da União, não podendo ser de propriedade privada da Multinacional Cargill Agrícola S.A.. (Ofício Nº 38231/201/SR(01)PA INCRA).

Estes documentos comprovam a dissimulação que a Cargill Agrícola S.A. promove, utilizando de mecanismos estratégicos para legitimar a implantação do megaporto infraestrutural para grãos na Ilha Xingu. No caso de Abaetetuba, a Cargill se vale de terceiros desde o início do projeto. A área foi prospectada e “comprada” pela empresa Brick Logística, enquanto o verdadeiro interessado é a multinacional Cargill Agrícola S.A.

Os ribeirinhos do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio II foram contemplados pela nova política de assentamento de domínio da terra, que garante a permanência de comunidades tradicionais que dependem do território para extrair meios de sobrevivência: a pesca, coleta de produtos vegetais e da monocultura do açaí. Ambos os assentamentos possuem o Plano de uso do território, que estabelece as regras de manejo e gestão dos recursos florestais, das responsabilidades ambientais e as penalidades para quem descumpri-las. Isto, em tese, fortalece a segurança jurídica das populações tradicionais como ribeirinhos e quilombolas.

Mesmo diante de todas as documentações dos órgãos federais e estaduais, dois executivos da Cargill Agrícola S.A. se fizeram presentes em uma sessão na câmara de vereadores, em 03/03/21. Nessa sessão ordinária, com participação de 15 vereadores, foram tratados vários assuntos, mas o tema principal da pauta apresentada aos vereadores foi a defesa da construção do TUP Abaetetuba. Na ata, tem-se o seguinte conteúdo:

O presidente da Câmara de Vereadores Aluizio Corrêa (PSDB) convidou os Srs. Alessandro e Clythio Buggenhout, representantes da empresa Cargill, para fazerem parte da mesa. Passou-se então ao grande expediente. Que teve início com a apresentação pelos executivos da empresa Cargill, do negócio da empresa e também como poderá ocorrer o funcionamento do empreendimento que está se pretendo construir na região do Capim, no município de Abaetetuba. Devidamente inscritos, os vereadores Cristiano Silva Lopes, Vagner Augusto de Sena Ferreira, Edileuza Viegas, Ezequiel Viegas, Fernandes de Oliveira Anselmo, Gelciney Matos Carvalho, Jociane Silva Bitencourt Dias, Maria Madalena Silva da Silva, Max Willian Souza Farias, Elder da Silva Feio, Emerson João Negrão Rodrigues, Sotério Oliveira Fagundes e Reginaldo Mota, indagaram os executivos da empresa a respeito das questões que muito interessa aos munícipes e principalmente aos moradores do entorno onde a empresa pretende instalar-se. Os principais questionamentos foram: Quais seriam as compensações que o município teria com a implantação do empreendimento? Qual seria o impacto social e ambiental do empreendimento? Haveria inchaço populacional no município dada a construção do empreendimento? Qual seria o destino dos moradores do local onde pretende se instalar? Como se dará a contratação de mão de obra? É possível qualificar mão de obra local para ocupar postos de trabalho? E houve questionamentos também sobre se empresa obedeceu ao protocolo de consulta das comunidades. Os vereadores mostraram preocupação ainda com o aspecto cultural das comunidades do entorno do empreendimento. O Sr. Alessandro (presidente de relações governamentais da empresa Cargill) respondeu aos questionamentos dos Vereadores; disse que não existe a intenção da empresa em remanejar as famílias e o empreendimento não se trata de um projeto, como o da ALBRAS/ ALUNORTE, e que vai ocupar pouco menos e 15% da área do terreno. Disse que o se pretende construir no local é um terminal de carga e descarga de grãos e não haverá atividade industrial. Em relação ao aspecto cultural, o executivo lembrou é de um grupo familiar e que tem como base a preocupação com a família. No que diz respeito as compensações, o executivo apontou que são questões que precisam ser discutidas com a população, que a depender das demandas da comunidade, a empresa irá sim oferecer compensações, e que poderia ser de cunho energético, mas destacou se for de interesse da comunidade. O executivo destacou que a única comunidade que possui protocolo de consulta é a comunidade de Pirocaba e o que a empresa fez até agora foi pleitear junto a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade a licença prévia para o empreendimento e que havia sido marcado uma audiência pública e a mesma foi cancelada pela SEMAS e nada está sendo construído ou será construído sem que aconteça a oitiva com a comunidade. Falou que há tempo hábil para que se qualifique mão de obra para operar no terminal e que é um desejo da empresa alocar mão de obra da comunidade. Ao final o executivo admitiu falhas na comunicação a comunidade e criticou a circulação de um vídeo, que segundo ele é mentiroso e prejudicou muito a comunicação. (Ata, nº 006 da sessão ordinária realizada em Câmara Municipal de Abaetetuba 03/03/21).

A postura da empresa em relação à efetivação dos protocolos de consulta prévia foi adotada somente a partir de mobilizações do movimento social local, que denunciou as arbitrariedades cometidas quando a Cargill Agrícola S.A. foi obrigada a reformular o

EIA/RIMA, expedido em 2017. Este omitia a presença das comunidades quilombolas existentes no PAE Santo Afonso, portanto foram obrigados a rever o posicionamento perante as comunidades afetadas.

Os vereadores de Abaetetuba mostraram, em seus questionamentos: preocupações a partir dos futuros rendimentos e compensações, com a possível dinamização da economia do município e relativa preocupação com os efeitos socioambientais causados com a instalação do TUP Abaetetuba. Na sessão, não estavam presentes o representante das comunidades afetadas do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio, tampouco as entidades que defendem seus interesses. No interregno, se desenvolveram ações para construção coletiva do protocolo de consulta prévia sobre o TUP Abaetetuba, conforme registrado na Figura 8:

Figura 8 – Reunião para construção do Protocolo de Consulta PAE Santo Antônio II.



Fonte: Acervo da Comunidade Ilha do Capim (2018).

O EIA/RIMA é objeto de muitas contradições antes mesmo de ser apresentado em audiência pública. Os interesses da empresa, Estado e Município colidem com os das comunidades tradicionais. Há divergências de toda ordem: socioambiental, econômica e política. Os vereadores, em sessão ocorrida no dia 03/03/21, demonstraram desconhecimento sobre os efeitos socioambientais do TUP Abaetetuba. Nesse momento, já se observava a necessidade de ampliar os debates sobre tal empreendimento, visto que seu processo de legalização junto às esferas competentes iniciou completamente equivocado e mal-intencionado.

Neste ínterim, a Defensoria Pública do Estado do Pará, através do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH), ajuizou uma ação judicial de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, contra a Brick logística Ltda., Cargill Agrícola S.A. e Ambientare Soluções Ambientais Ltda., junto à Vara Agrária da Região de Castanhal, devido o perfil de potencial litígio coletivo pela posse de extensão de terra

localizada em área de Projeto de Assentamento Agroextrativista, Estado do Pará. Inicia-se, assim, um enfrentamento jurídico sem precedentes. Todas as partes envolvidas no processo, já constituíram escritórios de Advocacia e se manifestaram no processo, realizando suas argumentações. A Ação Civil Pública expõe o seguinte:

Em 07 de Fevereiro de 2018, conforme ofício em anexo, Defensoria Pública recebeu ofício nº002/2018, assinado pelo Bispo da Diocese de Abaetetuba – Dom José Maria Chaves dos Reis, Presidente da Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi, solicitando o acompanhamento da Defensoria Pública do Estado, através do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Estratégicas para que “possa acompanhar todas as comunidades que serão afetadas pelo terminal portuário de uso privativo, de interesse da empresa CARGIL AGRÍCOLA S.A, e a usina termoeletrica. Bem como acompanhar e orientar as comunidades dos Municípios integrantes à jurisdição da Diocese de Abaetetuba que venham a ser afetados por empreendimentos como a Ferrovia Paraense e pelos projetos de mineração”;

A presente ação, visa garantir o direito fundamental à consulta prévia, livre e informada das comunidades quilombolas e tradicionais do município de Abaetetuba, previsto no Decreto 5051/2004, o qual ratificou a Convenção 169 da OIT, direito como será visto Alhures já reconhecido pelo poder legislativo e executivo, porém mesmo com declarações Formais, atos administrativos, pareceres de órgãos federais, pareceres de órgãos estaduais, Decisões judiciais, pareceres da Fundação Cultural Palmares, às Rés vem infringindo o direito fundamental à consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais, todas as vezes que um ato administrativo ou um projeto Legislativo possa afetar o modo de vida das comunidades, devendo à consulta ser realizada de Acordo com as formas por eles estabelecidas. A luta pelos direitos comuns: território, cultura e recursos naturais (PARÁ, 2018).

O texto da petição ajuizada pela Defensoria Pública do Estado do Pará identifica a articulação da Instituição Cáritas e Dom Ângelo Frosi, com o movimento social local, por determinação do Bispo da Diocese de Abaetetuba. Neste processo, o Movimento dos Ribeirinhos de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), região Guajarina, também manifestam apoio à ação, emitindo um documento de ofício que expôs a gravidade da situação vivenciada no momento e solicitando providências urgentes, na intenção de impedir a apropriação das terras do PAE Santo Afonso.

Neste sentido, comprova-se que são fundamentais a articulação em rede das Instituições (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999), no sentido de fazer o enfrentamento das ações da multinacional Cargill Agrícola S.A. Nesse processo, infere-se um argumento apontado por Dardot e Laval sobre o domínio da lei e os privilégios outorgados às empresas.

A lei nada mais é do que a regra do jogo para um jogo no qual cada um é um mestre, para si e de sua parte”, o Judiciário adquire “uma nova autonomia e uma nova importância” Porque, nesse “jogo de catalaxia,” o verdadeiro sujeito econômico é a empresa. Quanto mais é estimulada a jogar como bem entende no quadro das regras formais, mas ela estabelece livremente para si os mesmos objetivos, estando entendido que não existem fins comuns impostos a própria empresa constitui uma organização (DARDOT; LAVAL 2016, p. 181).

O movimento social local, portanto, mostra-se como protagonista ao se definir como detentor de direitos sobre o território, assumindo a luta mediante adversário de grande poder econômico: a Cargill Agrícola que está determinada a realizar seu objetivo de construção do TUP Abaetetuba. O campo de luta está cada vez mais complexo, envolvendo redes de interação de lutas sociais, como os órgãos de Defensoria Pública e do Ministério Público do Estado, direcionando-se ao âmbito jurídico, no sentido de efetivar os direitos dos povos tradicionais sobre o território do PAE Santo Afonso e Santo Antônio.

3.1 Os efeitos socioambientais da construção do TUP na região das ilhas, em Abaetetuba

Uma das características fundamentais das comunidades tradicionais é o contato com os meios naturais, seus ciclos e os mecanismos engendrados para a produção e reprodução do seu modo de vida, suas atividades, tempos de trabalho e produção, vinculados à relação de convivência entre si e com a natureza, sendo influenciados e influenciando o meio. Esse tempo constrói a história diferenciada de cada comunidade tradicional (DIEGUES, 2007).

No RIMA (AMBIENTARE, 2018) é elaborada uma caracterização generalizada sobre a “população local”, ignorando formas de existência, saberes e conhecimentos sobre o arquipélago de Abaetetuba:

A população de Abaetetuba, dos projetos de assentamento agroextrativistas e das demais comunidades, de maneira geral é pescadora e extrativista, principalmente do açafá, e tem nesse modo de vida a sua identidade e a sua cultura. (AMBIENTARE, 2018, p. 26).

Reitera-se a informação de que a ancoragem e navegação das barcaças de grãos da Cargill Agrícola S.A., próximas às Ilhas do Capim/Xingu, têm provocado efeitos socioambientais imediatos: degradação ambiental, redução da quantidade de peixes, poluição da água, erosão das praias, restrições à navegação local e poluição sonora que afugenta os cardumes, promovendo a insegurança alimentar dos ribeirinhos.

A pesca artesanal, o extrativismo vegetal, a agricultura e outros são fundamentais na vida das comunidades tradicionais e resultam de estratégias de alternância estabelecidas a partir de conhecimentos sistematizados e transmitidos entre eles. Assim, os cronogramas dessas atividades derivam de observações sobre o clima, período do ano, ritmos dos rios e ventos, úteis para garantir a subsistência; sobre o movimento das marés e, inclusive, os

domínios e práticas de comercialização da produção (açai, peixes, camarão e produtos vegetais) no mercado local de Abaetetuba, condicionados pelo contexto socioeconômico, além das observações sobre conservação, sustentabilidade, sociabilidades e subjetividades. A propósito desses domínios, escreve Leff (2015, p. 327):

[...] território onde a sustentabilidade se enraíza em bases ecológicas e identidades culturais. É o espaço social onde os atores exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e para mobilizar potenciais ambientais -a sinergia por estes processos sincrônicos e diacrônicos- em projetos autogestionários criados para satisfazer necessidades e aspirações dos povos. O lugar é o lócus das demandas e reivindicações...é no nível local que se forjam as identidades culturais que se expressam como valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para a reapropriação da natureza.

A baía é, ao mesmo tempo, bacia hidrográfica formada entre as duas Ilhas, Capim e Xingu, e constitui eixo local importante de interligação fluvial entre o Rio Pará e a baía do Arrozal. Este se torna um estreito natural para chegar à Ilha do Marajó e alcançar as cidades, como Ponta de Pedras e demais regiões. Neste sentido, a ancoragem de barcaças com grãos altera a rota de navegação. É preciso que as embarcações locais de pequeno porte, contornem as barcaças para evitar colisões, por aqueles que utilizam o canal de navegação na área. Trata-se de considerar as dimensões do empreendimento portuário para aferir os efeitos e os riscos sobre as comunidades tradicionais e o arquipélago de Abaetetuba, conforme observa-se no documento já citado:

[...] considerando o início da operação do empreendimento em 2021, com a movimentação de dois milhões de toneladas anuais, estima-se uma movimentação de 3 a 4 comboios compostos por 16 barcaças, e 2 a 3 navios por mês. Para o ano de 2030, quando o Terminal estiver operando em sua capacidade máxima de nove milhões de toneladas anuais, a expectativa máxima é de 16 comboios compostos por 16 barcaças cada, e cerca de 11 navios por mês (AMBIENTARE, 2018, p. 16).

As exigências legais da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, a partir da Lei nº 9.537/97 (BRASIL, 1997), definem que os comboios com grãos na região podem ter as seguintes dimensões: conjunto empurrador/balsa de 290 metros de comprimento e 55 metros de boca, composto por até cinco colunas, com cinco empurradores com potência 1200 *Horse Power* (HP), e respectivas balsas. A Figura 10 identifica que a intensa navegação de barcaças provoca a erosão das praias, derrubando a vegetação originária na Ilha Capim e Xingu:

Figura 9 – Praia da Ilha Capim, com intenso processo de erosão.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

O tráfego de barcaças aqui na região, tem trazido diversos prejuízos, lixo, restos de óleo, são jogados aqui, fora outras situações como o acidente do navio Haidar, vazamento da Hidro, que derramou óleo e outras contaminações químicas, que trouxeram pro nosso rio, o óleo é sentante, e já foi pego nas redes de pesca, não respeitam nosso modo de vida, vivemos do pescado. Nosso povo teve a cultura de sempre beber a água do rio, mas chegou um momento que não podemos mais beber essa água. (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE Santo Antônio II, 26/01/2021).

Segundo esta mesma legislação, o estreito denominado furo do Capim está sujeito a intenso tráfego de embarcações regionais, haja vista que permite navegação de sentido Baía do Marapatá à Baía do Capim e vice-versa. As embarcações de maior porte devem proceder com cautela (velocidade reduzida), a fim de evitar acidentes ou danos às margens ou benfeitorias nelas localizadas e embarcações. Não é permitida velocidade acima de 10 nós (18,52 km/h) na área dos estreitos e acima de 5 nós (9,26 km/h) nos furos existentes nesta área.

A vida aquática deste ecossistema é inalienável às comunidades tradicionais, principalmente aos pescadores, pois em função da intensa navegação de barcaças com grãos, têm sido provocadas restrições à pesca de algumas espécies, como a Pescada-branca (*Plagioscion squamosissimus*), Mapará (*Hypophthalmus marginatus*) e Arraia-maçã (*Paratrygon aiereba*). Ainda há sobrevivência de animais mamíferos, como o boto-do-Araguaia (*Inia araguaiensis*) e boto tucuxi (*Sotalia sp.*), registrados na área de influência do TUP. Esses mamíferos atravessam o canal em busca dos cardumes de sua cadeia alimentar.

A diversidade da fauna na região é sumariamente informada no RIMA (AMBIENTARE, 2018), sem fazer menção ao uso coletivo da área de pesca do estreito do Capim. Na Figura 10 observa-se um grupo de Botos na baía do Capim, caracterizando a diversidade da fauna presente na região.

Em momento muito especial da pesquisa de campo, na saída para fazer as entrevistas, foi possível registrar uma imagem única, que não havia presenciado em mais de 15 anos trabalhando como professor na região. Perguntei ao rabeteiro (condutor de embarcação), Sr. José Rodrigues, de 68 anos, morador da ilha Capim, o que eles, os botos, estavam fazendo? Ele respondeu: “estão cercando peixes”:

Figura 10 – Botos entram na Baía do Capim em busca de peixes.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Na Figura 11 identifica-se o canal de navegação da baía do Capim, onde os pescadores realizam suas atividades pesqueiras, utilizando pequenas embarcações chamadas rabetas, com capacidades para navegação na área com rapidez e facilidade de enfrentar as marés, que têm grande intensidade nos meses de setembro a janeiro. Usam redes e espinhéis, que são linhas equipadas com mais de cem anzóis específico para peixes de grande porte, como o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*).

Figura 11 – Estreito do Capim, ausência de barcaças e presença de pescadores locais nas suas embarcações.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A diversidade da fauna é apenas objeto de contagem no EIA/RIMA, todavia sem colocar em relação as cadeias alimentares dos peixes e os riscos de ruptura. A ausência de peixes provocada pelo movimento das barcaças e a contaminação colocará o Boto em perigo de desaparecimento:

Foram registradas 54 espécies de mamíferos na área do empreendimento, sendo 17 de grande e médio porte (macacos, saguis, jaguatirica, mão-pelada, tatus, veado-mateiro, tamanduás, preguiças, entre outros), 11 espécies de pequeno porte (ratos, gambás e cuícas) e 24 espécies de mamíferos voadores (morcegos) e 2 mamíferos aquáticos (botos) (AMBIENTARE, 2018, p. 23).

A Baía do Capim é um estreito natural que muitas gerações de pescadores utilizam como fonte de extração de recursos pesqueiros e para a navegação de embarcações de passageiros e cargas. Com o intenso trânsito de barcaças, e futuramente dos navios graneleiros, deixará de ser utilizada pelas comunidades tradicionais. A negação ou restrição à navegação para esses grupos nas baías e rios aniquila a identidade cultural relacionada aos meios fluviais, os modos de sobrevivência e locomoção ribeirinha, com a possível instalação do TUP Abaetetuba.

As concepções de natureza em jogo exprimem-se em caráter meramente instrumentalista, que visa sua exploração intensiva e lucros. Costa realiza uma observação crítica que permite refletir o que ocorre na Baía do Capim:

A natureza é vista como matéria-prima é tratada como na sua condição imediata, como matéria genérica intercambiável e substituível. Neste caso, não é a capacidade produtiva das relações próprias e localizáveis de suas manifestações, como biomas e ecossistemas, mas os componentes destas relações individualmente, como matéria prima, matéria genérica que entra nos processos produtivos (COSTA, 2011, p. 323).

Com a modernização do espaço agrícola brasileiro e a inserção das *commodities* pelas grandes *tradings* formadas, principalmente pela ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus e Grupo Amaggi, a Amazônia passa a conhecer não apenas o rompimento das coesões territoriais construídas historicamente, pois se realiza de forma pontual ou em manchas e estão ligadas a escalas de comando que escapam à gestão local e regional, como também aos efeitos das externalidades sociais, econômicas e ambientais sobre as dinâmicas regionais e locais (SILVA, 2015; FERREIRA *et al.*, 2016). As barcaças da Cargill Agrícola S. A., ancoradas na Baía do Capim, estão identificadas na Figura 12.

Figura 12 – Estreito do Capim com a operação de barcaças com grãos da Cargill, ausência de pescadores locais.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Existem mais de 30 pontos de pesca na Baía do Capim, de onde os pescadores retiram seu sustento. Por décadas, utilizam redes de malha fina e espinhéis (linha com 50 a 100 anzóis, que capturam peixes de grande porte, como filhote – *Brachyplatystoma filamentosum*) – e dourada – *Brachyplatystoma rousseauxii*), que fazem parte do sustento das famílias e, em certas ocasiões, são comercializados em Abaetetuba. Na Figura 13, observa-se o trabalho dos pescadores locais:

Figura 13 – Pescadores locais da Ilha Capim.



Fonte: Acervo da Comunidade da ilha do Capim (2020).

Para os ribeirinhos, os pontos de pesca (Pesqueiros) possuem um vínculo quase sagrado para a sobrevivência, de onde tiram o sustento e atribuem nomes específicos, como: Pesqueiro Madalena, Caratiçaua, Angélico, Cruinha, Manguerinho, Pução, Julho, Mundico, Zidório, Crua do furo, Rodrigues, Rebujo, Marintuba, Quebra Pote, Pedra da Caixinha etc. Observa-se a identidade cultural e afetiva existente entre os pescadores, que mapearam lugares específicos, conhecidos da maioria deles, transformando-os em extensões de suas casas. Sobre a pesca, é necessário tecer comentários em relação à sua centralidade no regime de sociabilidade:

A pesca se constitui um regime de sociabilidade ribeirinho, como um “regime de dádivas” e de trocas que ao mesmo tempo funda e que configura a territorialidade de comunidades ribeirinhas. Pois a pesca é um aspecto da vida social, cultural e política dos grupos que dela dependem direta ou indiretamente (FURTADO, 1993, p.429). Constitui-se, assim nas [...] vinculações com elementos políticos, sociais, culturais, ecológicos, familiares, mágicos, que permeiam inevitavelmente a vida do grupo, fornecendo meios materiais de se realizarem e de reproduzirem (FURTADO, 1993, p.429). A pesca é uma atividade territorialmente vinculada: faz-se através de relações socioespaciais, com outros elementos social abrangente (FURTADO, 1993, p.437). A pesca estabelece “nexos entre o pescador e natureza” ou nexos com a realidade material” inclusive nexos simbólicos (FURTADO, 1993, p. 430-435).

A figura do pescador é central, alguns dirão que típica da Amazônia e nos horários mais diversos: na preamar, no final de tarde ou no início da manhã, na Baía do Capim. A Figura 14 identifica um pescador, no pesqueiro chamado “Júlho”. Esse pescador confirmou a relevância dos pontos de pesca. Tive a oportunidade de acompanhar seu trabalho, em menos de 1 hora no referido ponto, o pescador da ilha Capim conseguiu pescar 11 peixes da espécie

conhecida popularmente como Sarda: manjuba (*Lycengraulis grossidens*), suficiente para alimentar sua família por alguns dias.

Figura 14 – Pescador na Baía do Capim e assentado do PAE Santo Antônio.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

No relato de um pescador do PAE Santo Afonso, ilha Xingu, Sr. M. S. F, 47 anos, que participa ativamente do movimento social local, explica a importância dos pesqueiros para a sobrevivência da sua família e fez a denúncia de distribuição de cestas básicas na comunidade sem identificar os doadores, isto quando a prioridade para eles é autonomia, segurança e garantia da pesca.

Faço parte de um grupo, que luta contra o empreendimento, estamos fazendo nosso protocolo de consulta, já fizemos a cartografia social, nós nascemos e nós criamos aqui, os nossos pesqueiros porque é onde a empresa quer dinamitar as pedras onde tem o peixe, para facilitar a navegação deles, e mesmo quando chegam estas barcaças os peixes afastaram, o camarão sumiu. O açaí quando está amadurecendo seca, devido a poluição da Hydro, a água está contaminada. Viver aqui é a minha paixão, não tenho intenção de sair daqui. Vem gente de todo lugar aqui, dos EUA, da Noruega, falar destas empresas do que fazem essas empresas no seu lugar, por isso temos que defender o nosso. (M.S.F, pescador, assentado do PAE- Santo Afonso, 23/08/21).

Outra atividade predominante nos territórios do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio é o extrativismo vegetal. O açaí (*Euterpe oleracea*), por excelência, se faz presente como uma espécie de monocultura, sendo produzido durante seis meses do ano e sua safra ocorre de junho a novembro.

Nas comunidades ribeirinhas, a produção é familiar e depende da coleta realizada pelos membros da unidade doméstica. Em maioria são jovens de 18 a 25 anos que trabalham

na extração do fruto, sendo recrutadas também pessoas externas, quando a demanda aumenta. O açaí de terrenos de várzea tem um valor comercial mais alto do que o de terra firme, por isso é comercializado, muitas vezes, com um ano de antecedência para os compradores da cidade de Abaetetuba. A Figura 15 caracteriza a coleta de Açaí na Ilha Capim:

Figura 15 – Coleta de açaí na Ilha Capim.



Fonte: Acervo da Comunidade Ilha do Capim (2021).

A maioria das famílias realiza coleta do açaí na área pretendida para a construção do TUP Abaetetuba, devido ser um extenso açaizal nativo. Todavia, devido à posse desse terreno pela Cargill Agrícola S.A., já ocorreram incidentes envolvendo confronto com os seguranças do local. Alguns relatos mencionam os disparos realizados pelos seguranças da empresa, com armas fogo, para afugentar “invasores”. É o que relata o Sr. J. P. R, morador da ilha Capim “Tem muita gente que pega açaí lá, é uma área que tem muito açaí, muita gente pega, até de outros rios vem nessa Ilha, e o vigia andou dando tiros lá no mato pra amedrontar o pessoal”. A Figura 16 registra a moradia de ribeirinho na comunidade Capim.

Figura 16 – Casa à beira da praia Ilha Capim.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

3.2 O surgimento de conflitos socioterritoriais e ações do movimento social ribeirinho

Dezenas de pequenas embarcações ocuparam a Baía do Capim no dia 07/02/20, em protesto contra as arbitrariedades da empresa Norte Marine Indústria Reparos e Operações Fluviais Ltda., terceirizada pela Cargill Agrícola S.A., e a cumplicidade das autoridades estatais com vistas a favorecer o empreendimento. A Marinha do Brasil, através do parecer de nº 7320/202, autorizou a instalação pela Norte Marine Indústria Reparos e operações Fluviais Ltda⁵ de mais um dispositivo de amarração de boias, sua licença de operação vai até 03/10/2024 na Baía do Capim e isto promoveu um protesto dos ribeirinhos, observado na Figura 17:

⁵ Norte Marine Indústria Reparos e operações Fluviais LTDA, CNPJ: 07424561/0001-677

Figura 17 – Manifestação contra a presença das barcaças na Baía do Capim.



Fonte: Pesquisa documental João Silva (2021).

A Cargill Agrícola S.A., através de sua consultoria Ambientare, com sede em Brasília, investe, desde 2017, na legalização de seu empreendimento por meio do RIMA, exigência legal para autorização e licença da construção do empreendimento junto aos órgãos federais e estaduais – Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) –, porém quando se faz uma análise deste documento, entende-se que as famílias presentes na região são invisibilizadas. No texto do RIMA (AMBIENTARE, 2017, p. 31) constata-se a afirmação de que: “Não existem unidades de conservação nas áreas de influência do Terminal Portuário de Uso Privado–TUP Abaetetuba, sendo que a mais próxima é a Área de Preservação Ambiental (APA)Arquipélago do Marajó, que fica a 8 km de distância”.

Obnubila, com essa afirmação, que o PAE realize atividades de conservação. Isto implica em uma estratégia por parte da empresa de negar e omitir a presença de dezenas de famílias que ocupam essa região por décadas ou ficaram no entorno da construção do TUP. A estratégia da Cargill Agrícola S.A. é evitar qualquer contestação jurídica à construção do empreendimento. As mobilizações sociais no lugar têm forjado pressões para uma mudança de postura da empresa, de modo a reconhecer a presença na região de 180 famílias cadastradas no PAE Santo Afonso.

Uma liderança reconhecida do movimento social local do PAE Santo Antônio relatou que uma equipe de policiais militares, do Estado do Pará, se dirigiu até sua residência na Ilha Capim e tinha o propósito de conduzi-lo até a delegacia de Abaetetuba, a fim de explicar a negativa por parte dele em não permitir a instalação das boias, dispositivo flutuante para

atracação de barcaças na Baía do Capim. Outra situação recorrente é a ação de distribuição de cestas básicas aos moradores da Ilha Capim. Estes dois fatos resumem a força intimidadora da Cargill na região e a cooptação dos moradores através da distribuição de alimentos e ameaças efetivas, como se depreende do trecho do relato do entrevistado: “O delegado mandou te chamar, vai ter que ir na lancha, você não quer deixar botar a boia aqui, vamos conquistar teu povo com cesta básica, eles que vão te tirar de lá, é uma pressão psicológica”. (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE Santo Antônio II, 26/01/2021).

A propósito, Martins (2015) observa que na Amazônia, recorrentemente:

A violência coordenada pelo estado sobre a Amazônia, em nome da política de desenvolvimento, colocou a margem os povos da Amazônia e comunidades tradicionais e ampliou as situações de conflito social envolvendo os agentes responsáveis pelos empreendimentos agropecuários e minerais e o projeto de Estado. Nesta ação violenta, legitimando o poder do Estado, provoca-se a desestruturação de alternativas de viver (MARTINS, 2015, p.112).

A construção do TUP alcançará, de acordo com o EIA/RIMA, uma área estimativa assim justificada:

O TUP Abaetetuba terá uma área total de 51,93 hectares, considerando a implantação de todas as estruturas previstas. Esta área representa cerca de 10% do terreno que a empresa pretende adquirir para o projeto e apenas cerca de 2% da área total da ilha Xingu. Importante destacar que o TUP Abaetetuba se encontra em fase de projeto inicial, de forma que estes valores são estimativas que podem ser ajustadas após a elaboração do Projeto Executivo do empreendimento quando for solicitada a Licença de Instalação (AMBIENTARE, 2018, p. 14).

Nesse parágrafo, o PAE Santo Afonso não é referido. Contudo, essa área já está delimitada, inclusive com a presença de uma edificação e um pequeno porto de embarque e desembarque (Figura 18). O terreno foi vendido à empresa em uma negociação repleta de questionamentos legais, em função de suas características de pertencer ao Patrimônio da União, em consonância com o artigo 20º da Constituição do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988):

Art. 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que

contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26.

Figura 18 – Porto provisório da Cargill Agrícola S.A., território do PAE Santo Afonso, Ilha Xingu.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Esse fato torna-se peça-chave para uma contestação jurídica contra o empreendimento e pode vir a ser instrumento legal de grande relevância para o movimento social local. Nas áreas adjacentes ao porto forma-se a hinterlândia, que costuma acompanhar o desenvolvimento do porto no mesmo compasso em que as operações portuárias evoluem, tanto nas atividades primárias, diretamente relacionadas ao porto, quanto as classificadas como secundárias.

A administração do porto é exercida diretamente pela empresa ou entidade concessionária do porto organizado, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE (2020).

A operacionalização das barcaças de grãos no canal de navegação da ilha Xingu/Capim já constitui um obstáculo para o uso de pesca e locomoção dos ribeirinhos. Este fato pode ser mais agravado caso se concretize a construção do TUP. No que tange ao espelho d'água, irá dispor de separação de áreas de manobras intituladas áreas de evolução, esquema de separação de tráfego com balizamento e sinalização de perigos e do canal de navegação na baía.

De acordo com a Lei nº 12.815/2013 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários:

Capítulo IV, da Administração do porto organizado, Seção I,

a) estabelece, mantém e opera o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;

b) delimita as áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima, VII - promove a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto; suspende operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego (BRASIL, 2013).

A área de abrangência do TUP Abaetetuba indaga-se, no relativo ao projeto do porto, se nele constarão as vias de acesso para interligação das partes do porto com as áreas vitais das comunidades que ficaram cercadas pelo empreendimento?

Este aspecto do sistema jurídico de normas e regulações marítimas exige atenção e precisa ser considerado, pois implica em uma reconfiguração de uso do espaço da baía e o torna totalmente impactante para o modo de vida das comunidades tradicionais já afetadas pelo empreendimento e com novos eventos que ampliaram essas afetações. A região se transformará em um espaço econômico abstrato de localizações e ligações, fluxos de mercadorias, capital, trabalho e informação, utilizando, aqui, as observações analíticas de Friedmann (2017).

A partir das lentes das ciências, como Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental, Florestal, Geologia e Hidrogeologia, as quais estão presentes no RIMA (AMBIENTARE, 2018) supõe-se que haverá soluções a curto e longo prazo, indicando o que fazer em caso de danos ao meio ambiente. Porém, na realidade existe a imperativa necessidade de avaliar melhor, sob as lentes das Ciências Humanas – Antropologia, Direito, Sociologia, Geografia, Economia – e das Ciências Naturais – Ecologia, Biologia, Ictiologia, entre outras – os fatores complexos que podem alterar completamente a região. Haverá uma devastação florestal na área na primeira fase do projeto, que será de 15 meses, pois está prevista a circulação de máquinas, instalação de equipamentos e poluição de naturezas diversas.

A economia empresarial organiza argumentos justificativos junto ao Estado, governo estadual e autoridades municipais. A propósito da arrecadação:

A instalação do TUP Abaetetuba irá agregar valor ao município de Abaetetuba (PA), até então não beneficiário de atividade econômica deste porte, ressaltando-se a importância da base de arrecadação vinculada a atividades que se articulam em torno

de um empreendimento com as características do TUP Abaetetuba (AMBIENTARE, 2018, p. 10).

Costa, Oliveira e Ravena (2017) têm sido categóricas nesse discurso econômico que é acatado cegamente e mostram a fácil submissão por parte de governantes, políticos e a tecnocracia estatal que faz eco do discurso de vantagens e benefícios, o que é:

[...] ancorado em ideologias, isto é, os sujeitos se apropriam dele e o ressignificam como mascaramento da realidade, suplantando verdades, inferindo posições e, em alguns casos, conformando dominações; situação que pode ser observada nos discursos construídos (COSTA; OLIVEIRA; RAVENA, 2017, p. 4).

No RIMA da Cargill (AMBIENTARE, 2018, p. 30) se observam soluções e mitigações classificadas em itens, como: abrangência, a qual pode ser local, no entorno do empreendimento, ou regional; tipo de efeito, positivo ou negativo; magnitude (intensidade), que pode ser baixa, média ou alta; grau de mitigação (diminuição do efeito do impacto), que pode ser baixo, médio ou alto, entre outras, para uma diversidade de problemas socioambientais promovidos pela construção do TUP Abaetetuba.

Porém, antes de sua construção já são perceptíveis os efeitos danosos ao meio ambiente, assinalados em páginas anteriores: acentuada erosão das praias; redução de cardumes de peixes e aumento da poluição das águas devido à movimentação de barcas com grãos na região do furo do Capim, com destino ao porto de Vila do Conde em Barcarena.

Os números envolvidos são significativos quanto ao investimento financeiro para o projeto. São previstos R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), com recursos próprios da empresa, sendo R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na primeira fase e R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na segunda fase RIMA (AMBIENTARE, 2018, p. 14). Depreende-se, portanto, o interesse que os processos de danos ambientais e efeitos sociais e econômicos nas comunidades tradicionais sejam mascarados através de discursos técnicos amenizadores dessas problemáticas.

O RIMA (AMBIENTARE, 2018, p. 30) elabora um discurso dúbio sobre os “impactos ambientais”:

No total foram identificados 30 impactos ambientais sobre os meios físico, biótico e socioeconômico, entre positivos e negativos. Uma breve descrição será apresentada a seguir, juntamente com as medidas de controle, monitoramento, e programas ambientais propostos para diminuir os efeitos negativos e ampliar os efeitos positivos destes impactos potenciais do empreendimento para o meio ambiente e população.

A partir da análise técnica do RIMA (AMBIENTARE, 2018), o que se observa é um discurso ideológico positivista baseado no progresso modernizador e homogeneizante do desenvolvimento econômico, alicerçado no princípio de que:

A ocidentalização da ideia de desenvolvimento o direciona para a ideia de progresso, de uma qualidade de vida em sociedade fundamentada no crescimento econômico, tido como único caminho e única resposta. Com ela a imposição de uma crença do inevitável desaparecimento da diversidade cultural, na medida em que as populações do planeta vão constatando que a racionalidade da cultura ocidental é o caminho mais eficaz (RECASENS, 2000, p. 12).

A pesquisa científica moderna tem muitos desafios, dentre os quais o rompimento com as especializações exageradas entre as ciências e a promoção das inter-relações do conhecimento, construindo um novo. Japiassú (1976, p. 32) afirma que a característica central da abordagem interdisciplinar é incorporar os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise a fim de fazê-las se integrar.

É neste sentido que a pesquisa interdisciplinar poderá contribuir para ampliar a identificação das denominadas “externalidades negativas”, omitidas no processo da construção do porto. As questões que envolvem o uso do território, da água, dos recursos extrativistas, da navegação fluvial, estarão firmemente contempladas na pesquisa, considerando que existem famílias que dependem desses recursos para sobreviver e que estão ameaçados pelo empreendimento.

4 PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO SOCIAL LOCAL E SEUS DESAFIOS

Para compreensão do que podemos identificar como perspectivas e desafios, considero a caracterização e o mapeamento das ações praticadas pela empresa para a construção do TUP Abaetetuba. Tem-se articulações já estabelecidas com o poder público municipal, do executivo, no sentido de viabilizar legalmente a construção do complexo portuário, e com apoio do poder legislativo municipal, alterando o Plano Diretor do município para favorecer a empresa.

Dessa forma, entende-se que as rupturas e ameaças significam posicionamentos divergentes, contraditórios e omissos de representantes de instituições de apoio ao movimento social local, da omissão da Associação de Remanescente de Quilombo (ARQUIA), que se omitiu em conceder entrevista através de seu representante ou presidente, mesmo quando enviado antecipadamente o questionário com as perguntas caracterizando a natureza da pesquisa, e a partir de relatos, como do Presidente da colônia dos pescadores Z-14, apoiando de forma indireta o projeto da multinacional.

A emergência do movimento social local para contestar e realizar o confronto à instalação de um megaempreendimento em Abaetetuba constitui elemento fundamental na análise. O enfrentamento através dos discursos é elaborado pelo movimento que analisa, debate e define as ações estratégicas, táticas, alianças e afirmação da identidade ribeirinha.

Nesta conjuntura, diante da empresa Cargill Agrícola S.A, a contestação, crítica e antagonismos são estabelecidos pelo movimento social que correlatamente produz as articulações políticas locais e estaduais que o favorecem. As estratégias de reparação dos danos, a negação do movimento social e seus agentes, o efeito de desconhecimento dos direitos reconhecidos a assentados, quilombolas, pescadores estão presentes na prática empresarial.

Entre as principais alianças ou articulações do movimento social local com as instituições de apoio, consta a Colônia dos Pescadores Z-14. Fundada em 23/04/1923, tem como seu principal objetivo, a partir de 2004, auxiliar e prestar apoio aos seus associados nos aspectos, como: auxílio-doença, auxílio maternidade, auxílio-reclusão, seguro defeso e aposentadoria. A Colônia dos Pescadores também busca parceria com hospitais e clínicas para prestar serviços médicos aos seus associados. Nesse contexto, realiza trabalho de conscientização sobre a segurança da navegação pelos ribeirinhos em função de acidentes ocorridos nas ilhas de Abaetetuba.

Nas Ilhas do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio estão 550 pescadores cadastrados junto à Colônia dos Pescadores Z-14⁶. A atual gestão da Colônia dos pescadores de Abaetetuba Z-14 é presidida pelo vice-prefeito, Cláudio Lobato Corrêa (PSDB), morador da Ilha Tabatinga. Esta autoridade fez um relato contraditório a respeito da situação: primeiro avalia seu posicionamento como representante da Colônia dos pescadores, em apoio ao Movimento social local, depois finaliza na posição de gestor público do município, afirmando que seria um impulso à economia da região ter a instalação portuária da empresa Cargill Agrícola S.A. A narrativa foi transcrita:

Em novembro de 2019, fui informado que havia uma empresa que queria reunir com a comunidade para falar a respeito da construção do Porto da Cargill, e naquele momento, os moradores não queriam reunir, porque não foram consultados e nem avisados da natureza da reunião, com os representantes da empresa, e fui apoiar-los. Eu sou morador das Ilhas e não estamos livres do prejuízo que esse empreendimento pode causar, daremos total apoio as comunidades. As comunidades têm pontos fortes em promover a mobilização para o embate contra a empresa, mas seus pontos fracos está em não ter uma liderança que possa ouvir a empresa, que tenha diálogo, porque estamos caminhando para o progresso, um município que não tem uma empresa é um município fraco. Agora o que tem que ver são os benefícios e os prejuízos, porque se não tem conversa, não se tem o entendimento. Poderá haver entendimento se tiver conversa, mas em contrário haverá um embate físico, de um lado a empresa de outro os moradores. Estamos sendo procurados, mas a prefeita já falou, que não vai apoiar qualquer projeto contra o povo. (Cláudio Lobato Corrêa, presidente da Colônia dos Pescadores Z-14, 19/10/21).

Em sua narrativa, o Presidente da Colônia Z-14, Claudio Lobato Corrêa também relata que os pescadores afetados pelas práticas da empresa Cargill Agrícola S.A. não têm reclamação por escrito protocolada junto à Colônia dos Pescadores, contra a construção do TUP Abaetetuba, mas denuncia que há documentos da gestão municipal anterior, concedendo abertura de espaço jurídico para a empresa garantir o domínio sobre a área do PAE Santo Afonso. Em 27/11/2019, em manifestação da comunidade do Rio Caripetuba, localidade próxima à área do PAE Santo Afonso, a postura do então Presidente da Colônia dos Pescadores, Claudio Lobato Corrêa, era de total apoio às comunidades tradicionais. A seguir, a Figura 19 identifica a manifestação com a presença do presidente da Colônia dos Pescadores Z-14, que está usando óculos escuros:

⁶ A sede da Colônia dos pescadores em Abaetetuba localiza-se na área comercial da cidade, CNPJ: 04.103.966/0001-05 e com a missão de ser uma “Entidade sem fins lucrativos que atua na defesa dos direitos dos pescadores artesanais,” do município de Abaetetuba, Microrregião do Baixo Tocantins, Estado do Pará.

Nós estamos aqui no Rio Caripetuba a onde eu Cláudio Lobato Corrêa, presidente da colônia dos Pescadores Z-14, onde a empresa Cargill, quer implantar portos, mas quer implantar de uma forma irregular, onde não consultou o povo, para saber o que o povo queria, e age nesse momento dizendo que já conversou, mas o povo aqui do Caripetuba e de outros rios, queremos dizer que nós não aceitamos, de forma como está sendo feito por isso nós dizemos numa só voz, numa só união: Fora Cargill. (Claudio Lobato Corrêa, Presidente da Colônia dos Pescadores 27/11/2019).

Figura 19 – Manifestação contra a audiência pública convocada pela Cargill Agrícola, no Rio Caripetuba.



Fonte: Arquivo da comunidade Rio Caripetuba (2019).

Outro aspecto que também se soma à situação ameaçadora para o movimento social local é o processo de cooptação de lideranças e moradores da comunidade. Encontram-se no movimento social pessoas que estão, segundo relatos das lideranças, “traindo o movimento”, e apoiando a instalação do empreendimento, como relata o Sr. M.S.F pescador e assentado do PAE Santo Afonso:

Não vamos abrir mão do nosso território, mas se continuar assim, não sabemos o que vai acontecer, aqui vivemos bem, se nós pararmos de produzir aqui, vai faltar na cidade, temos que nos unirmos. Muitos não têm consciência da luta, tem aqueles que querem o projeto, nosso movimento está fraco, tem gente que não participa, tem gente que anda no nosso lado e nos traí, tem distribuição de cesta básica e não sabemos de onde vem quando eles distribuem, tiram foto com a gente. (M.S.F. Pescador e assentado do PAE- Santo Afonso, 23/08/21).

Para o Sr. M. S. F, assentado do PAE Santo Afonso, o movimento está “fraco” em decorrência das ações realizadas pelo movimento social local no enfrentamento da Cargill Agrícola S.A. que não contam com uma participação expressiva da comunidade na luta coletiva pelos interesses e direitos comuns. A percepção do entrevistado é sobre o interesse maior em defender o território de pessoas que vêm de fora (localidades próximas). Afirmou

que há um grupo de moradores da ilha desejando que o projeto TUP Cargill se instale no território.

Olson (1965) teoriza sobre essa questão a partir de problemas de ação coletiva, explicando ser bastante difícil organizar a maioria contra os interesses de uma minoria (Cargill e seus apoiadores), para fazer valer os interesses da coletividade. Em sua fala, o Sr. M.S.F expõe este como o principal desafio a ser superado no enfrentamento da Cargill Agrícola S.A.

O que se observa no seu relato é o fato de que existem ribeirinhos otimistas com relação ao TUP Abaetetuba, devido à possibilidade de trazer “desenvolvimento”, empregos e oportunidades, de terem algum tipo de vantagem financeira, com prestação de serviços para transportar trabalhadores da obra de construção do Porto de Abaetetuba para a Ilha Xingu, por isso o Sr. M. S. F, assentado do PAE Santo Afonso, afirma que o movimento não tem uma adesão expressiva contra a instalação do TUP. A questão é central para a análise sobre como a racionalidade neoliberal joga e exalta a posição competitiva, individual e exitosa de acordo com observações de Dardot e Laval (2016, p. 346):

O novo sujeito é visto como proprietário de capital humano que ele precisa acumular por escolhas esclarecidas, amadurecidas por um cálculo responsável de custos e benefícios...o indivíduo deve governar-se a partir por uma racionalização técnica de sua relação consigo mesmo. Ser empreendedor de si mesmo, significa conseguir ser instrumento ótimo de seu próprio sucesso social e profissional.

O Ministério Público do Estado do Pará, em função de denúncias feitas por representantes das comunidades afetadas, solicitou providências acerca do agendamento pela empresa Cargill de reuniões nas comunidades, marcadas para o dia 26/11/2021 e outras datas dos meses de novembro e dezembro do ano passado. Informaram que a empresa está cooptando moradores das comunidades para criar um documento com aparência de consulta livre prévia e informada e ressalta que este não terá legitimidade, portanto publicou a recomendação de nº 14/2021, enfatizando que a empresa Cargill Agrícola S.A.:

1)Se abstenha de realizar reuniões nas comunidades a título de conceder rounp.em de Consulta Prévia Livre e Informada, incluindo a que será realizada na data de amanhã, dia 26/11/2021 para a construção do Terminal Portuário de uso Privado – TUP Abaetetuba;2) Que o Estado do Pará e o Município de Abaetetuba organizam audiências públicas informativas com as comunidades que serão afetadas pelo projeto do empreendimento em questão, observando as regras dos Protocolos das Comunidades, a exemplo de encaminhamento de ofício prévio que que sejam definidos o local, a data e o horário;3) Que o Estado do Pará e o Município de Abaetetuba se abstenham de conceder qualquer licença para a realização das obras referentes ao Terminal Portuário de uso Privado – TUP Abaetetuba antes de ser

realizada, de forma legítima, a Consulta livre, prévia e informada, em atenção à Convenção 169 da OIT (PARÁ, 2021b).

Escobar (2000) apresenta o movimento social com forte referência ao lugar, os verdadeiros movimentos de apego ecológico e cultural a lugares e territórios, mas também confronta a compreensão crescente de que qualquer produção alternativa deve considerar os modelos da natureza baseados no local, bem como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que os acompanham. Escobar (2000), a partir de uma leitura da perspectiva do lugar, das tendências recentes da ecologia antropológica que descobrem os modelos culturais da natureza, expõe que, no contexto de movimentos sociais, as racionalidades pós-desenvolvimento e ecológicas alternativas têm sido omissas, contrapondo o necessário a uma defesa mais consistente do lugar.

Assim, prossegue o antropólogo Escobar (2000), a defesa do lugar pode estar ligada à prática de um grupo de atores, de ativistas de movimentos sociais a arqueólogos, historiadores, antropólogos ecológicos, psicólogos ambientais e ecologistas. Para começar, escreve que os movimentos sociais, em particular os dos habitantes da floresta tropical (comunidades tradicionais), invariavelmente enfatizam quatro direitos fundamentais: identidade, território, autonomia política e sua própria visão de desenvolvimento.

Os movimentos sociais são explicitamente concebidos em termos de diferenças culturais e da diferença ecológica. Estes não são movimentos para o desenvolvimento ou satisfação de necessidades, embora, claro, as melhorias econômicas e materiais sejam importantes para eles. São movimentos originados nas raízes culturais e ecológicas de um território. Para eles, o direito de existir é uma questão cultural, política e ecológica. O pescador M.S.F., assentado do PAE Santo Afonso, enfatiza que:

A estratégia principal é nós fazermos nosso protocolo de consulta e chamar a comunidade falar a mesma língua, e todos nós dizendo que não queremos a Cargill, está bem difícil não deixar alimento na casa, e saímos a procura, nós nos viramos, temos roça, plantio, aqui nós sai de casa e deixa tudo aberto e se formos pra cidade, será o mesmo que estarmos numa prisão (M.S.F. Pescador e assentado do PAE Santo Afonso, 23/08/21).

Pode-se asseverar que a formulação de ecologia política é elaborada por esses movimentos sociais e centrada na defesa de identidade, lugar e região e que não toma nenhum lugar como garantido, nem identidade fixa, pois ela é situacional e formulada como instrumento de defesa. Uma construção de identidade coletiva é crucial nesse aspecto.

Dardot e Laval (2016) ampliam a reflexão sobre o movimento social, a partir da categoria dos comuns e a nova racionalidade econômica, promovida pelo Neoliberalismo. A categoria dos comuns é explicada como: um princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar a vida. E por isso mesmo, o princípio político define um novo regime de lutas em escala mundial. Nessa lógica, continua afirmando, comuns são tipos variados de recursos, de práticas, e dizem respeito a todas as populações do mundo.

Nesta perspectiva, os comuns são entendidos não apenas como recursos naturais existentes – florestas, rios, terras, ar que respiramos, independente dos agentes sociais. Dardot e Laval (2017) insistem na efetivação prática dos coletivos como fundamental, o engajamento dos agentes sociais para o fazer comum, pois é a ação que institui o comum e dele se encarrega. A qualidade do comum depende da ação e implica coparticipação, codecisão e coobrigação. O comum reivindica o princípio político da coobrigação.

O cenário, em relação aos objetivos da empresa Cargill Agrícola S.A., implica na privatização de uma área em função de atender interesses econômicos privados (empresariais) quando objetiva a construção do TUP Abaetetuba.

No EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental), a consultoria contratada foi a Ambientare, Soluções em Meio Ambiente, com sede em Brasília. Nele, omitem-se dados sobre a dinâmica da vida na região, desconsiderando completamente a Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT, 2011):

Artigo 13- Na aplicação das disposições desta Parte da Convenção, os governos respeitarão a importância especial para as culturas e valores espirituais dos povos interessados, sua relação com as terras ou territórios, ou ambos, conforme o caso, que ocupam ou usam para outros fins e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

Artigo 14- Os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos. Além disso, quando justificado, medidas deverão ser tomadas para salvaguardar o direito dos povos interessados de usar terras não exclusivamente ocupadas por eles às quais tenham tido acesso tradicionalmente para desenvolver atividades tradicionais e de subsistência. Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho.

Na abrangência do PAE Santo Antônio e Santo Afonso registra-se a presença de pescadores, extrativistas, artesãos, carpinteiros navais, pequenos agricultores e demais categorias que fazem parte de um universo social de acordo com o Decreto nº 6.040 de 7/2/07 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos

e Comunidades Tradicionais. O mundo do trabalho e as formas de cooperação na ilha do Capim estão referidas a povos e comunidades tradicionais:

Figura 20 – Trabalho de carpinteiros navais da Ilha Capim, PAE Santo Antônio.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

A empresa não tem conduzido com transparência legal o processo de construção do TUP em Abaetetuba. A partir deste processo se comprova o caráter impositivo com o qual a multinacional Cargill Agrícola S.A. está atuando na região. O que motivou impetração de uma ação civil pública por parte da Defensoria Pública do Estado do Pará, Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NDDH), provocando a multinacional a prestar esclarecimento sobre o fato de não realizar, com ampla divulgação nos meios de imprensa local, consulta prévia pública a respeito das intenções do empreendimento na região (OSMANA, 2018).

No primeiro EIA/RIMA (2017) produzido pela Ambientare, não haviam sido realizados os protocolos de consulta nem o reconhecimento da existência das comunidades tradicionais na região. Esta etapa foi agora considerada no segundo EIA/RIMA (AMBIENTARE, 2018), onde consta o reconhecimento da existência de 20 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), mas que na verdade são 24 e uma comunidade remanescente de Quilombo, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares.

No EIA/RIMA, consta o seguinte registro:

Quanto às comunidades quilombolas, de acordo com a Fundação Cultural Palmares - FCP, instituição responsável pela proteção, defesa e gestão desta população, existem 17 comunidades no município de Abaetetuba. Entretanto, apenas a Comunidade Remanescente de Quilombo Bom Remédio encontra-se na área de influência direta do empreendimento, considerada de acordo com a legislação sobre o tema, de 8 km. (AMBIENTARE, 2018, p. 26).

De acordo com a Legislação, a convocação, organização e andamento de uma audiência pública deve obedecer a regras definidas de antemão e de conhecimento de todos os participantes. No Brasil, as audiências públicas ambientais têm regulamentação mínima. São estabelecidas as regras sobre as condições em que devem ser convocados. De acordo com a Resolução Conama nº 9, de 3 de dezembro de 1987, a convocação está regulamentada, indicando que deve ser realizada pelo menos uma audiência quando: a) o órgão ambiental encarregado do licenciamento assim o decidir; b) houver uma solicitação de uma entidade civil; c) houver uma solicitação da parte do Ministério Público; d) for solicitada por pelo menos cinquenta cidadãos (SANCHEZ, 2013).

Essa estratégia de não cumprimento das etapas estabelecidas na legislação por parte da empresa está sendo questionada na Justiça Estadual; este processo incide na invisibilização da dinâmica da vida de povos tradicionais em Abaetetuba que, como traço na Amazônia, povo, terra, floresta e água fazem parte de processo dinâmico de interação e interdependência.

As comunidades tradicionais de Abaetetuba compartilham culturas marcadas por saberes, memórias, usos e costumes, fazeres e simbologias, fortemente relacionados à dinâmica dos rios. Igualmente, compartilham costumes e rotinas entrelaçadas com os espaços dos rios, das matas, da várzea e praias; contextos que apresentam especificidades sociais, ambientais e econômicas (POJO; ELIAS, 2018).

Outra questão relevante neste processo é a mudança inserida no Plano Diretor Municipal, em 2016, onde a Lei nº 222/06, de 10 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor participativo de Abaetetuba, tem sua definição:

Art. 2º O Plano Diretor de Abaetetuba é o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão Municipal, constituindo-se no referencial de orientação para os agentes públicos e privados na produção e na gestão territorial do Município (ABAETETUBA, 2006).

Entretanto, sua redação original, de 06/10/2006, foi alterada pela Lei nº 486/2016 de 21/12/2016, passando a conter o seguinte texto:

CAPÍTULO II
DO MACROZONEAMENTO

TÍTULO III

Do Ordenamento Territorial

DAS DIRETRIZES PARA URBANIZAÇÃO E USO DO SOLO

Art. 31. São diretrizes da Urbanização e do Uso do Solo:

Art. 42- A zona das Ilhas 01 é de desenvolvimento estratégico devido a sua localização e características, com solo firme e aptidão portuária, retro portuária e logística. Localiza-se ao norte da Ilha Urubueua.

Art. 43- A Zona das Ilhas 02 é uma área formada por ilhas predominantemente de atividades agroextrativistas que sofrem maior influência da zona urbana devido a sua proximidade. Área com diversos acessos hidroviários para escoamento de produção e transporte (ABAETETUBA, 2016).

A zona 01 e 02 das ilhas as quais se referem os artigos acima, correspondem às ilhas Capim e Xingu, respectivamente, área de interesse da Cargill Agrícola S.A. para construção do TUP Abaetetuba. Observa-se de forma direcionada a alteração do texto de 2006, que destaca, agora, a importância da área considerada estratégica para a instalação do empreendimento.

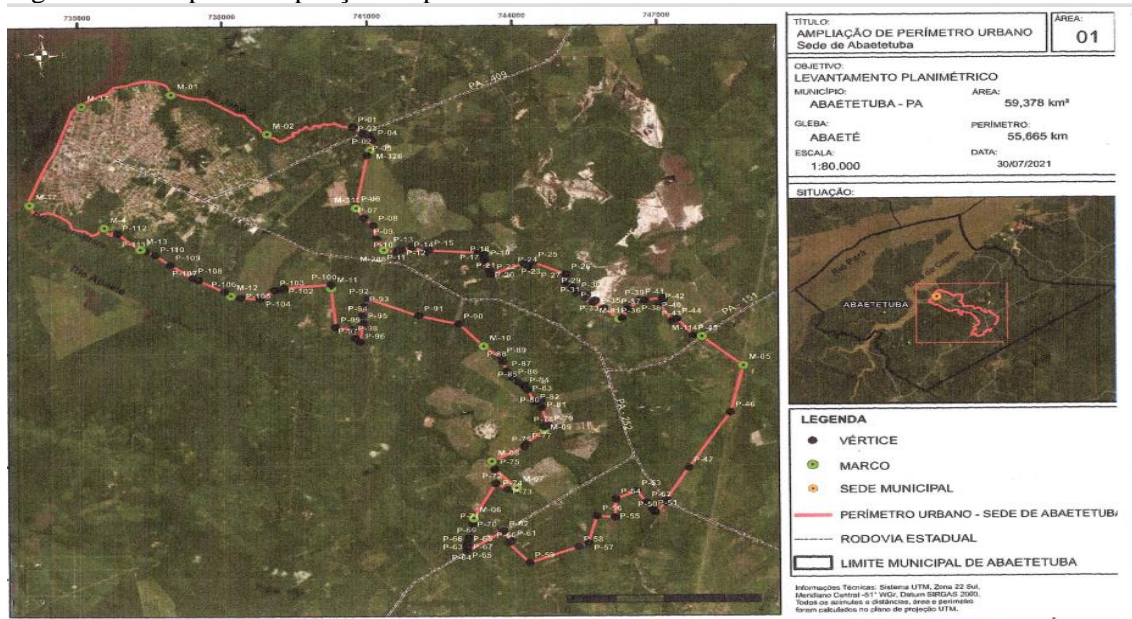
Os artigos 42 e 43 identificam as características potenciais econômicas da área, portanto, sendo convergentes para os interesses do município, articulados com os da Cargill Agrícola S.A.. Tal alteração ocorreu durante o segundo mandato (2012-2016) da atual prefeita de Abaetetuba, Francineti Carvalho (PSDB). Dardot e Laval realizam a leitura dos deslocamentos provocados no direito de maneira a atender o direito privado:

Os direitos reconhecidos do indivíduo, procede da “fábrica” do legislador que é consagrar teoricamente a “onipotência” do poder legislativo. Inversamente reconhecer que a extensão dos direitos individuais caminha de mãos dadas a elaboração de regras do Direito privado é fazer dessas regras o modelo o qual o próprio poder legislativo deve conformar-se em sua atividade, portanto, impor-lhe de antemão limites intransponíveis.

Diluição do Direito público em benefício do Direito privado, conformação da ação pública aos critérios da rentabilidade e da produtividade, depreciação simbólica da lei como ato do Legislativo, fortalecimento do Executivo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 175, 379).

Dessa forma, para concretizar o aprovado em 2016, está em tramitação na Câmara de Vereadores de Abaetetuba o Projeto de Lei nº 018, de 24/08/2021, que consolida a ampliação do perímetro urbano do Município. De acordo com o memorial descritivo, este terá a seguinte configuração (Figura 21):

Figura 21 – Mapa de ampliação do perímetro urbano de Abaetetuba.



Fonte: Prefeitura Municipal de Abaetetuba (2021).

A partir do projeto de Lei apresentado pelo poder executivo municipal, tem-se o fragmento da Justificativa do Projeto de Lei nº 018, de 24/08/2021, encaminhado à Câmara de Vereadores de Abaetetuba:

Mensagem 018/2021, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Abaetetuba/PA,
Com os cordiais cumprimentos estamos submetendo à apreciação desta Egrégia Casa, o presente Projeto de Lei que visa atender às necessidades do nosso Município.

Temos a honra de submeter à elevada consideração de vossas excelências o projeto de lei em anexo, que dispõe sobre a demarcação e ampliação do perímetro urbano no município de Abaetetuba e dá outras providências, visando atender as demandas explicitadas abaixo.

A ampliação do perímetro urbano da cidade de Abaetetuba é uma tentativa de adequar a realidade atual às necessidades de atender as demandas urbanas. Estas necessidades se incluem entre a perspectiva de projetos habitacionais, em especial os de caráter social; as de fixação de áreas específicas para o segmento industrial, particularmente a construção e ampliação de indústrias, faculdades, armazéns e outras demandas que demonstram estar latentes e que poderão ser despertadas no interesse do crescimento e do desenvolvimento urbano da cidade. A ampliação do perímetro visa definir diretrizes específicas e áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais, além de promover a definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda. Para atender aos anseios de desenvolvimento e crescimento urbano, afixação do perímetro ajustado ao momento, compatível com a perspectiva da visão urbanística atual, é o primeiro passo, ou seja, a porta de entrada para o progresso, preparando os caminhos para o desenvolvimento urbano que se deseja. A nova área urbana permitirá disciplinar, na sequência, a regulamentação do uso e ocupação do solo, ordenando o crescimento da cidade e determinando a fixação de determinadas atividades específicas, como a possível indústria, as atividades que tendem a oferecer maior risco à população, a localização de novos aparelhamentos

públicos. Continuamos à inteira disposição desse Legislativo Municipal, para quaisquer outros esclarecimentos ou justificativas que Vossas Excelências julgarem necessário (ABAETETUBA, 2021).

No dia 02/02/2021, quando ocorreu uma manifestação de grande repercussão na região dos pontos de pesca das comunidades tradicionais na Baía do Capim, a prefeita Francineti Carvalho (PSDB) foi até ao local, subiu a bordo da Balsa da empresa de navegação Norte Marine, responsável pela instalação de dispositivo flutuante de atracação de barcaças (boias), e naquele momento falou: “...Eu vou ouvir os moradores, sou representantes deles, quero entender o que eles estão reivindicando, e levar para empresa as reivindicações, saber se tem prejuízo, eu preciso saber o tamanho e se tem prejuízo, e saber o que está acontecendo?”. Houve tensão neste dia, devido aos ânimos exaltados dos ribeirinhos. A prefeita municipal comprometeu-se a ajudar, mas afirmava não ter poderes para ordenar a retirada da balsa do local.

Talvez muitos integrantes do ato ali presentes não soubessem que a prefeita já havia alterado a Legislação municipal, o Plano Diretor (2016), e neste mesmo ano autorizou o alvará de funcionamento do porto, bem como a venda do terreno para a empresa Brick Logística. Pretendendo, ainda, ampliar o perímetro urbano para as ilhas Capim e Xingu, através de projeto de Lei encaminhado à Câmara de vereadores com objetivos de potencializar a região como vocação para infraestrutura portuária, pretendida para a multinacional Cargill Agrícola S.A.

Neste íterim, observam-se as conexões políticas do poder executivo municipal, que direciona suas pautas a permitir a viabilização do empreendimento. Essa trama política e as implicações sobre o território podem ser elucidadas pela observação de Haesbaert: “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2006, p. 79).

A alteração do perímetro urbano de Abaetetuba se assemelha ao mapa de impacto socioambiental da Cargill Agrícola S.A., quando comparado ao do EIA/RIMA, fornecido pela Ambientare de 2018, observa-se essa “estranha coincidência” da serventia das regras do Direito Privado:

O Estado deve aplicar a si mesmo as regras do Direito privado, o que significa que ele não só tem de considerar igual a qualquer pessoa privada, como também deve se impor, em sua própria atividade legislativa, a promulgação de leis fiéis a lógica desse mesmo direito privado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 182).

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Abaetetuba concedeu uma certidão de uso do solo para a Cargill Agrícola S.A. Este ato administrativo foi irregularmente antecipado à etapa de consulta prévia livre e informada sobre o TUP Abaetetuba, como prevê a Legislação Ambiental e a Convenção 169 da OIT, portanto, caracterizando mais uma manobra administrativa que favorece a multinacional. No relato de uma liderança do PAE Santo Antônio, expõe que:

A gente se baseou e foi se apoderar, foi buscar informações, que somos populações tradicionais. E na convenção 169, nos artigos 40-45, diz que a instalação de qualquer projeto que se instale no território de comunidades tradicionais, ela tem que ser consultada, através do Estado, ele vai primeiramente informar a comunidade, vai apresentar o projeto a comunidade, e deve ser consultada de forma livre e informada, depois de ter acesso às informações, ela vai ter suporte, e ter direito de ter assessoria técnica para explicar na linguagem cultural daquela comunidade. Mas o que eles querem? Dizer que o projeto é solução para todas as necessidades, de educação, transporte e saúde, e no planejamento deles sabemos que não tem previsão de orçamento para arcar com política pública. Nós estamos respaldados pela convenção 169, porque nós moramos aqui numa terra da União, há mais de 260 anos estamos na 7ª geração, então o que eles vão dizer vamos trabalhar o convencimento sem a comunidade sem estar empoderada de direitos, porque eles dizem que vão resolver a questão da saúde, transporte e educação, e que todos querem isso e como vão ter acesso a esse recurso? (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE Santo Antônio II, 26/01/2021).

A consulta prévia livre e informada se transforma em instrumento fundamental de enfrentamento legal ao projeto TUP Abaetetuba. Uma maneira de disponibilizar às comunidades tradicionais uma peça de enfrentamento contra os poderosos atores envolvidos. A consulta prevista na convenção 169 tem caráter técnico-administrativo, não tem poder de veto ao projeto a partir da negativa das comunidades afetadas pelo empreendimento.

Os PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio estão de acordo com o que determina a Convenção da OIT-169. E contrariando o que já havia sido concedido em governos anteriores, o governo Federal promove atualmente forte ameaça à titulação coletiva em andamento e cria dificuldades administrativas para a conclusão do processo. O governo federal, através da Secretaria de Patrimônio da União, está promovendo o aforamento de 400 ha para conceder à empresa Cargill Agrícola S.A., e este ato está sendo questionado por meio da Ação de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente nº 0800766-13.2018.8.14.0070.

No que se refere à posição dos órgãos oficiais de Estado – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –, estão sob reconfiguração de suas funções constitucionais e adotam mudanças de postura e falta de autonomia administrativa, que promovem a insegurança jurídica para as comunidades tradicionais, possibilitando

intervenção na concessão da titulação coletiva dos territórios do PAE Santo Afonso, visto que já haviam sido criados por decreto federal. A posição das agências de Estado está exposta a seguir.

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) tem a missão institucional de promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Entre seus objetivos estratégicos, constam: regular e normatizar os procedimentos de licenciamento ambiental, desenvolver mecanismos efetivos de fiscalização das atividades de degradação ambiental e garantia de idoneidade dos padrões e métodos da SEMA. Entretanto, atua em parceria com a Cargill Agrícola S.A., suas ações e atividades recebem apoio logístico: hotel, transporte despesas p.as pela empresa para realizar o trabalho de fiscalização e audiências públicas de informações sobre o projeto TUP Abaetetuba nas comunidades afetadas, mostrando estreitas ligações com funcionários do alto escalão da Secretaria, expondo que este órgão age em conjunto com a empresa, e não como agente imparcial de fiscalização ambiental.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) possui competências que incluem, entre outras, a incorporação e regularização do domínio dos bens; sua adequada destinação, além do controle e da fiscalização dos imóveis. Elas estão descritas no Artigo 31 do Decreto nº. 9.035, de 2017. Neste segmento, a SPU solicita a imediata desvinculação da área pretendida para a construção do TUP Abaetetuba, área aforada correspondente a 358,88 ha ou 3.588.888,23 m² da área maior do projeto de assentamento, denominado PAE Santo Afonso, para posterior destinação da área remanescente ao INCRA. Desta forma, viabilizando o projeto da empresa, solicitação que consta, inclusive, em documento oficial no processo judicial movido pelo movimento social local para retomar o território do PAE Santo Afonso.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) possui a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável responsável pela concessão e titulação coletiva do território do PAE Santo Afonso, sendo que este órgão já havia realizado a regularização fundiária para criação do PAE Santo Afonso desde 2005, e a SPU solicita a desvinculação do território para disponibilizá-lo ao projeto TUP Abaetetuba. A transcrição do Ofício SEI nº 312633/2020/ME, da SPU ao INCRA, expõe:

Inicialmente, o INCRA informou através do Ofício INCRA-SR (01)G-Nº 89-2017, de 24 de fevereiro de 2017 que o imóvel é sobreposto ao Projeto Agroextrativista – PAE Santo Afonso, criado por meio da Portaria nº 37, publicada na Seção 1, pág. 110, do Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2005. Contudo, por meio do Ofício/INCRA/SR (01)/GAB/Nº 197/2017, datado de 12 de abril de 2017, o INCRA informou que não havia impedimento para exclusão da área do PAE Santo Afonso. Outrossim, verificamos que a área da Ilha Xingu, ainda não foi incorporada, nem destinada ao INCRA, em decorrência da ausência de ação discriminatória, conforme previsto nas cláusulas segunda do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o INCRA e a SPU em 21/09/2005. (OFÍCIO SEI Nº 312633/2020/ME).

Estas são as ameaças configuradas através de agências oficiais de Estado e pela Prefeitura Municipal de Abaetetuba para a expropriação dos povos tradicionais do PAE Santo Afonso e viabilização do projeto TUP Abaetetuba, disponibilizando toda a estrutura de Estado no sentido de apoiar os interesses do capital na região.

4.1 Processos de desterritorialização dos ribeirinhos na região das ilhas de Abaetetuba

A desterritorialização é um processo que assume múltiplas dimensões – política, econômica e cultural –, como frisa o geógrafo R. Haesbaert (2006). A dimensão econômica, examinada no tripé trabalho, produção e trocas das comunidades tradicionais serão profundamente afetadas com o TUP de Abaetetuba. A pesca e a circulação na baía estarão diretamente atingidas e o território dos ribeirinhos experimentará mudanças radicais e riscos aos pescadores e seus equipamentos de pesca artesanal.

A dimensão política da desterritorialização indicada por Haesbaert (2006) examina o papel contraditório do Estado, que em dado momento foi responsável pela garantia de fixação do homem no território, através da concessão do título de propriedade coletiva aos beneficiários dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas, mas que agora assume outra postura no sentido de promover o processo inverso, com medidas administrativas (licenças ambientais e título de aforamento do território), com objetivo definido de promover a transferência do território dos povos tradicionais presentes no PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio para a propriedade privada da Cargill Agrícola S.A.

A desterritorialização cultural, segundo Haesbaert (2006), vai na direção da destruição dos laços comunitários, envolvendo aspectos simbólicos expressivos, material e funcional com o território, promovendo o enfraquecimento das lealdades locais e das identidades, a cooptação de lideranças locais, inviabilização de rituais religiosos, práticas de tratamento de saúde com plantas medicinais, festividades tradicionais enraizadas e do extrativismo dos recursos naturais.

Em 30/09/2011 foi realizada a venda do terreno medindo 3.588,88 m², no território do PAE Santo Afonso, que pertencia à Sra. Maria Francisca Gama dos Santos, lavradora, e esposo João Joaquim Cardoso Cordeiro, pescador, procurados por representantes da Brick Consultoria em Gestão Ltda., com quem a Cargill tem um Termo de Cessão de Direito de Posse (EIA/RIMA Cargill - AMBIENTARE, 2018, p. 52) e “cedeu” o terreno para a implantação do TUP. Este imóvel, equivalente a 358,88 ha, da Ilha Xingu, área do PAE Santo Afonso, foi transferido através de título de domínio, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) à Brick Logística pelo valor de R\$ 1.376.413.04.

Em 16/07/2020 a Brick Logística transfere o domínio útil do imóvel à Cargill Agrícola S.A. pelo valor de R\$ 53.241.37.74. Esses dados constam no anexo de documentos expedidos pelo Cartório do 1º Ofício, através de certidão solicitada pela defesa dos réus no processo nº 0800766-13.2018.8.14.0070, ajuizado pela Defensoria Pública do Estado, contra a Cargill Agrícola S.A., no qual estão discriminados os valores pagos em impostos Federais e Municipais, como Laudêmio e ITBI, valores da ordem: R\$ 1.636.522,09 e R\$ 1.064.826,15, respectivamente⁷.

A negociação entre a Brick, que vendeu a área para a Cargill em dezembro /2016, é equivalente a 358,88 hectares e está sendo questionada pela Ação Civil Pública, ajuizada pela Defensoria Pública do Estado através do processo nº 0800766-13.2018.8.14.0070.

Todavia, como já especificado anteriormente, a Ilha Xingu é de propriedade da União, o que configura uma regularização fundiária inexistente, uma vez que já foram protocolados pedidos de incorporação para regularização fundiária junto à SPU e INCRA relativos à área ao Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), em 2016. Portanto, é impossível juridicamente ser negociado ou expropriado para fins comerciais o terreno da Ilha de Xingu /PAE Santo Afonso (CARTÓRIO 1º OFÍCIO de Abaetetuba 03/06/2016). Esse tipo de ato configura-se como:

A grilagem, mais do que uma questão ética, firmou-se como mecanismo de evolução de um determinado estrato, como *modus operandi* de agentes e organizações que processam uma “[...] economia com leis próprias de estruturação e movimento.” (COSTA, 2011, p. 340).

Um relato do fato que ocorreu na Ilha do PAE Santo Afonso narra os acontecimentos que se passaram na época, segundo a exposição em Ofício nº 011/2018, enviado pelo

⁷ Essas informações foram obtidas na certidão de 12/05/2021, emitida pelo Cartório 1º Ofício de Abaetetuba, solicitada pela defesa da Cargill Agrícola S.A., para fundamentar a defesa dos réus e descrever os atos já celebrados entre os entes federativos da União e Município de Abaetetuba.

MORIVA e Comissão Pastoral da Terra à Vara Agrária de Castanhal, anexo ao processo de pedido de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, em andamento. Com o sentido de esclarecer e informar a Justiça sobre os fatos, descrevem:

Nos anos que se passaram, aconteceram fatos inusitados naquela Ilha que nos deixou meio de “orelha em pé”, devido à chegada de um estranho cujo nome é KLEBER com o intuito de comprar aquelas terras dizendo aos ribeirinhos que o objetivo era para plantar açaí e a posteriori industrializá-lo. Esse fato chegou até nossa Coordenação que imediatamente procuramos averiguar e tomar as providências cabíveis uma vez que a terra estando em poder federal não pode ser vendida, porém, apesar das informações o cidadão de nome

Kleber que é o atual Secretário de Transporte do Estado do Pará, conseguiu convencer um morador da Ilha e comprou o terreno do mesmo. A partir desta compra ele começou a distorcer o Projeto de Plantio e Industrialização do Açaí para um Projeto muito maior do que se pensava. O que não agradou as Famílias que se posicionaram contra tal projeto. Acontece que este novo Projeto vai afetar desordenadamente todas as Comunidades Tradicionais Ribeirinhas do Município de Abaetetuba/PA, trazendo sérios riscos ambientais e sociais para todos. (Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos afins das Ilhas de Abaetetuba, inscrita no CNPJ Nº: 08.886.507/0001-04. Comissão Pastoral da Terra – CPT – Guajarina, Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA ofício nº 011/2018, 04/05/2018).

O ofício conclui expondo o seguinte cenário, que se configura como consequências socioambientais:

As Ilhas em questão terão como consequências:

1. Na Área Social: Se for implantado este megaprojeto irá modificar os hábitos (culturais e religiosos) das Famílias Tradicionais. Por que com certeza chegará pessoas de outros Estados e assim com eles chegará às drogas, a prostituição, etc. e isso causará um caos na localidade.
2. Na Área Ambiental: causará danos inimagináveis como a Poluição das águas, uma vez que, já não está própria para o consumo devido aos insumos das Indústrias do Complexo Albrás.A.lunorte localizada em Barcarena/PA. Além do que, e o fluxo dos navios que circularão nas redondezas ocasionará o desaparecimento de pescados e a destruição das matas ciliares as quais são de extrema importância para a proteção das áreas ribeirinhas. E ocasionará também a degradação dos vegetais e dos animais daquela região.
3. Na área Econômica: só será fomentada para os grandes empresários, enquanto que para os ribeirinhos não se vê perspectiva de emprego para eles. Aliás, poderá gerar mais mazelas sociais para as famílias. Outro fator muito crítico que poderá ocorrer com a possível Implantação da Empresa nestas Ilhas será a expulsão das Famílias Tradicionais (êxodo rural) devido à emissão de Poluentes de altíssimo grau que poderá causar males como: doenças respiratórias e doenças de pele, etc. É pertinente informar neste documento que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária SR01/PA), SPU (Secretaria do Patrimônio da União) e o MPF (Ministério Público Federal) já estão cientes da problemática que ocorre nestas referidas ILHAS em questão.

Portanto, Ilustríssima Senhora Superintendente, vimos mui respeitosamente que se olhe para esta situação com racionalidade e que não permita tal agressão a essas Famílias Tradicionais que muito lutou para as conquistas de seus direitos e que não podem ser destruídas de forma tão agressiva. Desejamos que esta chegue até Vossa Senhoria para que possa analisar de forma coerente e encampar a LUTA a nosso

favor e das Famílias Tradicionais que vivem no Município de Abaetetuba/ PA. Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos afins das Ilhas de Abaetetuba, inscrita no CNPJ Nº: 08.886.507/0001-04. (Comissão Pastoral da Terra – CPT – Guajarina, Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba – MORIVA ofício nº 011/2018, 04/05/2018).

Essa situação configura ao processo de desterritorialização que interfere nas terras tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia. Os direitos territoriais das categoriais sociais – assentados, quilombolas e indígenas – estão sendo afetados. Almeida e Acevedo Marin (2010) designam esta situação social como processos de desterritorialização:

[...] o conjunto de medidas designadas como agroestratégias, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundos de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros e outras categorias sociais (ALMEIDA; ACEVEDO MARIN, 2010, p. 141).

Por várias ocasiões, a Cargill Agrícola S.A., através de empresas terceirizadas, a Ambientare e o Instituto Peabiru, no ano de 2019, tentou realizar assembleias com os moradores, primeiramente mantendo o foco nas lideranças do PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio, a fim de formalizar consultas sobre a construção do TUP Abaetetuba. Porém, as lideranças foram orientadas pela assessoria jurídica das instituições de apoio, AMIA, Moriva e STR, a não se reunirem com representantes da Cargill. O relato de E. L. C, pescador e líder comunitário, revela o que geralmente ocorre na tentativa da empresa Cargill Agrícola S.A. em se reunir em assembleia com os moradores locais. Na Figura 22, registra-se a manifestação de rejeição à reunião com representantes da Cargill Agrícola S.A.:

Embarcações com várias pessoas chegaram na minha casa, já sabendo meu nome, e eu sem conhecê-las, fazendo um convite que eu pudesse reunir com todos os moradores, na data que eles marcarem, para recebera cesta básica, lanche e saber mais informações sobre o TUP- Abaetetuba. (E.L.C. Líder comunitário PAE- Santo Afonso 09/08/21).

Figura 22 – Ribeirinhos do Rio Caripetuba manifestam contra tentativa de oitiva da Cargill.



Fonte: Dossiê manifesto Baixo Tocantins, 06/2019.

Estas estratégias da empresa tentam promover a legitimidade sobre a expropriação de terras tradicionalmente ocupadas, produz e enraíza um campo de tensões propício à geração de conflitos. Este líder comunitário revelou, também, que há dois anos, em reunião realizada em Abaetetuba com o ex-Prefeito Alcides Negrão, (MDB), período de mandato (2016-2020), um dos temas da discussão foi a proposta de criar um bairro em Abaetetuba para receber as famílias que quisessem deixar a ilha e favorecer o TUP Abaetetuba da Cargill Agrícola, para os moradores das ilhas do PAE Santo Afonso. Assim, confere-se que estas comunidades produzem atos organizativos:

Lutando contra a sua remoção ou fixação compulsória, ou contra sua inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça coletiva, pesca e agricultura. Com construções identitárias que traduzem os efeitos do Estado (“atingidos por barragens”, mobilizados pela sobrevivência na Transamazônica) ou a inserção mais permanente em conflitos abertos (“povos da floresta, ribeirinhos”), as denominações de uso local e imediato politizam-se por intermédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e de lutas, generalizando o localismo das reivindicações e demandando do Estado uma negociação global, baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas (ACSERALD; CAMPELLO; BEZERRA, 2009, p. 131).

De fato, observam-se inúmeras tentativas de promover a desterritorialização dos ribeirinhos. A observação que se faz resulta na expropriação ou desterritorialização destas comunidades que, por várias gerações, desenvolvem vínculos identitários e culturais com esse território insular. Segundo Souza (2013), o território é:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de o político, e não no sentido de a política. Isto não quer dizer de jeito nenhum que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens), não sejam relevante (SOUZA, 2013, p. 88).

No processo ajuizado pela Defensoria Pública do Estado do Pará, que tramita na Vara Agrária de Castanhal, consta o ofício da Secretaria de Patrimônio da União no sentido de solicitar ao INCRA, que seja desvinculada a área do PAE Santo Afonso, objeto de interesse da Brick Logística, uma vez que esta já havia comprado a área e p.o os impostos devidos ao município, segue o conteúdo do ofício da SPU nº77945/2020/SR (01) PA-G/SR(01)PA:

Em atendimento ao supracitado expediente, a Superintendência do Patrimônio da União/PA apresentou manifestação através do OFÍCIO SEI Nº 312633/2020/ME (SEI nº 7837535), por meio do qual informou que "a área da União situada na Ilha Santo Afonso, Furo do Capim, Zona Rural do município de Abaetetuba/PA, com área total de 3.588.888,23 m² e registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Abaetetuba sob a matrícula nº 2675, datada de 03/06/2003, Livro 2-A, está aforada à empresa BRICK LOGISTICA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 07.651.845/0001-96 desde 31 de Outubro de 2019." e ainda, "Importa salientar que o instrumento de destinação e ainda, "Importa salientar que o instrumento de destinação denominado Aforamento, trata-se de ato pelo qual a União atribui a terceiros mediante p.amento do domínio útil a proporção de 83% do imóvel da União permanecendo o domínio direto que constitui 17% sob domínio da União, constituído o domínio pleno somatório dos domínios direto e útil”

Outrossim, considerando que a Superintendência do Patrimônio da União/PA deu ciência da existência do Contrato de Compra e Venda e Constituição de aforamento Livro nº 29, fls. 55 a 57, lavrado em 31 de outubro de 2019, sobre o imóvel em questão, pela empresa BRICK LOGISTICA LTDA, lavrado no processo SEI ME 04957.001182/2018-25, e face a manifestação apresentada pela SPU-PA pelo OFÍCIO SEI Nº312633/2020/ME (SEI nº 7837535), e, nos seguintes termos, "Ante o exposto, manifestamos favoravelmente a adoção dos procedimentos administra necessários para desmembrar a área aforada correspondente a 358,88 ha ou 3.588.888,23 m² da área maior do projeto de assentamento, denominado PAE SANTO AFONSO para posterior destinação da área remanescente ao INCRA.", informamos que, esta Superintendência Regional do INCRA em Belém dará prosseguimento ao trâmites processuais necessário, com fins de atendimento ao solicitado através da CARTA / BRICK-KM Nº 010/2020 (SEI nº 7100350). OFÍCIO Nº 77945/2020/SR(01)PA-G/SR(01)PA/INCRA-INCRA).

Observa-se que uma nova racionalidade estabelecida propulsiona os mecanismos das “agroestratégias” (ALMEIDA, 2011) que favoreçam instrumentos convergentes aos interesses da empresa, a legitimação da negociação da venda do território do PAE Santo Afonso, o que possibilitará a desocupação da área para dar continuidade ao processo de construção e licenciamento do TUP Abaetetuba. Trata-se de procedimentos que o Estado endossa para favorecer os grandes oligopólios, como escrevem Dardot e Laval:

O estado tem agora uma responsabilidade eminente no que refere tanto a apoio logístico e de infraestrutura aos oligopólios quanto à atração desses grandes oligopólios para o território administrado por ele... a intervenção governamental toma a forma de uma política de fatores de produção e ambiente econômico. A nova gestão pública possui duas dimensões: ela introduz modos de controle refinados, que fazem parte de uma nova racionalização burocrática mais sofisticada, e embaralhada as missões do serviço público, alinhando-as formalmente ao do setor privado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 283, 317).

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso, criado em 2005, por uma reivindicação dos agentes sociais desses territórios e, posteriormente, sua institucionalização pelo INCRA, em conjunto com as comunidades conduziu a elaboração do chamado Plano de Utilização do PAEs. Este pode, em termos de uso comum dos recursos, assemelhar-se às unidades de conservação de uso sustentável (Resex, Flonas e RDS) e, por isso, se orientam por um Plano de Uso (PU) que disciplina as atividades agroextrativistas compatíveis com a reprodução física e social dos povos tradicionais, em consonância com seus modos de existência coletivos em bases ecologicamente não agressivas. Logo, o PU é o estatuto de regulação do uso da terra e dos recursos naturais no território pelas unidades familiares, correspondendo a uma área de 36.944,72 ha (PAE SANTO AFONSO *et al.*, 2021).

O PU foi criado em assembleia realizada no centro comunitário da ilha Capim, em abril de 2006, tendo por objetivo assegurar a sustentabilidade do projeto de assentamento agroextrativista PAE Santo Antônio II. O termo sustentabilidade deve ser entendido como a implantação e consolidação de atividades produtivas que permitam a reprodução das espécies animais, regeneração completa das espécies vegetais e o reflorestamento das áreas desmatadas, possibilitando que as unidades familiares vivam em condições crescentes de qualidade de vida e dignidade mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e do comportamento a serem seguidos pelos assentados, na visão oficial.

Como exemplo de gestão do território da Resex, a Figura 23 mostra as tarefas coletivas na Ilha Capim, evidenciando como se realiza o manejo e a gestão sustentável dos recursos no território:

Figura 23 – Quadro que identifica as tarefas coletivas da Resex Capim.

BANCO DO BEM COMUM DA ILHA DO CAPIM				
ASSOCIAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO II - ILHA DO CAPIM - CNPJ: 08.117.074/0001-14.				
O banco do bem comum é uma iniciativa da associação da Ilha do Capim caracterizada pelo levantamento e publicação local de todas as doações feitas pelos moradores da Ilha do Capim para gerar bens comuns para todo o território. O objetivo deste banco é mostrar que a riqueza do território não se constitui apenas de bens materiais e financeiros, mas também de diversos recursos não monetários e imateriais que emergem dos valores humanos que guiam o território.				
RIQUEZA GERADA NO DIA 19/06/2021 (SÁBADO) NO TRABALHO DE LIMPEZA DA DEMARCAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA				
Nº	Nome	Setor da ilha	Bem comum doado	Valor humano gerado
1	Ló	Furo	Cinco horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
2	Renato	Caratateua	Quatro litros de gasolina	Solidariedade e responsabilidade
3	Jailson	Marintuba	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
4	Gimico	Marintuba	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
5	Nazareno	Marintuba	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
6	Marlon	Vila	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
7	Deyvson	Marintuba	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
8	Gilberto	Caiana	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
9	Jairo	Caiana	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
10	Denildo	Convidado externo	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
11	Hueliton	Marintuba	Quatro horas de trabalho	Solidariedade e responsabilidade
12	Deuza Maria	Marintuba	Uma garrafa de café e vinte e cinco pães	Solidariedade e responsabilidade

Fonte: Acervo da Ilha do Capim (2021).

Neste Plano de Uso existem 54 itens de intenção com propósito de manifestar – ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e instituições afins – o compromisso de respeito à legislação ambiental e ao PU (PLANO DE USO, 2006). Por isso, infere-se que estes movimentos:

Caracterizam-se por sua composição pluralista e pela heterogeneidade de seus atores sociais que vão conformando alianças em torno de objetivos comuns: a sobrevivência da espécie humana, a conservação da natureza, a diversidade étnica, a autossuficiência alimentar, a segurança social, o equilíbrio ecológico, a qualidade de vida a participação comunitária na gestão dos recursos (LEFF, 2015, p. 113).

A relevância da pesquisa reside na possibilidade de compreender as dinâmicas da organização dos movimentos socioterritoriais, que são aqueles que têm uma organização própria, centrada em representação política interna, autonomia no gerenciamento dos recursos e um saber que se manifesta em concepções próprias de territorialidade (MARTINS, 2011). Destacam-se, como foco principal deste processo, os agentes sociais, seus desafios, limitações e perspectivas. Reafirma-se que existe a prioridade de difusão do debate sobre as contra-hegemonias na Amazônia e, sobretudo, a contribuição para o empoderamento das ações de resistência social dessas categorias no seu fazer político.

4.2 As novas dinâmicas e estratégias de resistência do movimento social ribeirinho: ações de mobilização, organização e estrutura

O movimento social local tem como ponto de partida um conjunto de ações coletivas, planejadas, organizadas e executadas por diferentes atores e entidades sociais. São atos simbólicos de grande repercussão social e midiática, em locais selecionados de importância estratégica, para expressar sentimentos de indignação, incertezas e resistência à chegada do projeto TUP Abaetetuba.

Os atos de protestos e mobilizações são organizados pelo Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e várzea de Abaetetuba (MORIVA), Cáritas Comissão Diocesana Dom Ângelo Frosi, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STTRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Guajarina e Associação Remanescente de Quilombos das ilhas de Abaetetuba (ARQUIA).

A perspectiva clássica de Touraine (1989) enfatiza que os movimentos sociais devem ser entendidos a partir da ação coletiva dos atores sociais. Os elementos formadores do movimento social seriam a definição do próprio ator social, a de seu adversário e do campo de disputa e conflito. A preocupação de Touraine está na compreensão da dinâmica de um dado processo social em que há presença de movimentos. Este é o cenário que se configura na região envolvida pela cobiça da Cargill Agrícola S.A., na construção do TUP Abaetetuba.

A partir de Cohen e Arato (1994, p. 498), os movimentos sociais devem ser entendidos:

Em termos de uma teoria do conflito da ação coletiva institucional e não institucional; ambas as ações institucionalizadas e não institucionalizadas, envolvem conflitos de interesse construídos dentro de relações de poder institucionalizadas; as ações coletivas envolvem a busca racional de interesses pelos grupos; demandas e reivindicações são produtos permanentes de relações de poder e não podem explicar

a formação dos movimentos; movimentos formam-se devido a mudança dos recursos, nas organizações e nas oportunidades para a ação coletiva; o sucesso de um movimento envolve o reconhecimento do grupo como ator político ou aumento de benefícios materiais; e finalmente a mobilização envolve organizações formais em ampla escala burocrática e com propósitos especiais.

Na percepção de Tarrow (1994), a ação coletiva está alicerçada ao desenvolvimento do ciclo de protestos, definido como fase de intensificação de conflitos e disputa nos sistemas sociais, passando pela rápida difusão de ação coletiva dos segmentos mais mobilizados para os menos mobilizados. Desta forma, o movimento social local do PAE Santo Afonso e Santo Antônio organiza e planeja suas ações. Neste sentido, Tarrow (1994, p. 157) enfatiza que:

Ciclo de protestos se caracterizam pelo acirramento dos conflitos não somente nas relações industriais - como afirma a teoria marxista ortodoxa- mas também nas ruas, nas escolas etc. Eles se difundem dos grandes centros para pequenas áreas periféricas. Aparecem entre alguns grupos étnicos, grupos com identidades nacionais ou entre grupos insurgentes de modo geral, e são ativados por novas oportunidades ou por ameaças e constrangimentos. Eles produzem e transformam “símbolos”, frames de significados e ideologias para justificar e dignificar ações coletivas e ajudar os movimentos os seguidores.

Na perspectiva de Castells (1999, p. 24), a resistência se direciona na questão da identidade, pontuando:

Identidade de resistência criada por atores que se encontram em posições condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou memos oposto a estes últimos.

James Scott (2004), em perspectiva antropológica, elabora reflexões sobre a resistência dos dominados e sinaliza que não se reduzem às reclamações nos bastidores, pois estratégias são elaboradas de maneira a minimizar a apropriação. O movimento social local planeja e articula suas ações em várias frentes de luta, nas redes sociais, no campo jurídico, no seu território, considerando, também, as estratégias das quais a Cargill Agrícola S.A. lança sua ofensiva para alcançar objetivos.

O filósofo Michel Foucault (2008), ao examinar o termo resistência, entende que o indivíduo governado pelo seu desejo é o sujeito de uma resistência sempre possível ao poder político quando este põe em questão seu ser em perigo, sua integridade. O indivíduo torna-se sujeito ao resistir ao poder, não somente, mas também ao estado de coisas, resistência à injustiça, resistência à destruição e à morte. É nesse sentido que o sujeito do movimento social local age como ator coletivo social.

Por estratégia, Acserald, Campello e Bezerra (2009) identificam a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim, e por ser um movimento de ação popular, o movimento social local exerce o tipo de estratégia de ação direta, forma de questionar o empreendimento e de abrir um debate sobre a pertinência ou não de que estes sejam realmente levados a cabo no território em conjunturas nas quais a população impactada é pouco ou nada consultada.

Para Almeida (2008), tem-se a formação de “unidades de mobilização”, aglutinações de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado. Segundo essa reflexão, o movimento social local construiu sua maneira de luta, de enfrentamento, com estratégias específicas contra a Cargill Agrícola S.A. Assim, Almeida *et al.* (2019, p. 48) explica que os agentes sociais:

Constroem sua existência coletiva de modo peculiar e retratam fatores étnicos, precisando as especificidades de seus conhecimentos e saberes nos diferentes usos dos territórios e nas diferentes formas político-organizativas de enfrentamento dos que intrusam suas terras tradicionalmente ocupadas e conspurcam direitos previstos em dispositivos constitucionais [...]. Agrupados em torno de suas identidades coletivas e tendo como atributo circunstancialmente homogeneizador a designação de “atingidos” as comunidades locais através da “arte da resistência”, como diria J. Scott, ou da “cultura da resistência”, como assevera E. Said, se convertem em unidades de mobilização. [...] Resistir abertamente e de maneira determinada significa, portanto, não renunciar a ser o artífice de sua própria existência coletiva e objetivar sua identidade numa forma político-organizativa específica, contrariando a dispersão imposta pelo primado conservador de que o indivíduo é um valor maior do que qualquer unidade social a que esteja referido. O ato de resistir significa a liberdade de escolher, na formulação de Sartre, e em decorrência, uma recusa a ser reduzido a um agente passivo, que dobra a cerviz aos desígnios das decisões impostas por técnicas de controle político ou pelos instrumentos burocráticos do Estado.

As estratégias, também, na percepção de McAdam, McCarthy, Zald, (1999), são o intuito da utilização instrumental dos atores para impactarem com maior legitimidade o sistema para trazer à tona sua resistência ou necessidade de mudança.

A partir de Leff (2009, p. 367), a ideia de resistência aponta na direção de não apenas oferecer resistência ao sistema capitalista, mas também:

No surgimento de novos sujeitos que estão reivindicando seus direitos e reinventando suas identidades culturais. Esses movimentos sociais não são simplesmente de resistência, mas de r-existência, posto que não só lutam para resistir contra o desmatamento e a degradação de seus ecossistemas como também a legitimação de seus novos direitos culturais propugnam por um novo modo de ser, um determinado modo de vida e de produção, por formas diferenciada de pensar e de agir.

A ação coletiva, organização e estrutura são elementos que, se bem articulados, são fundamentais para estabelecer um enfrentamento da magnitude dos configurados na região das ilhas de Abaetetuba. A partir de uma análise bastante detalhada sobre as ações do movimento social local, embora este não tenha lideranças específicas, reservas financeiras para sustentar as ações e mobilizações, os ribeirinhos do PAE Santo Antônio II e Santo Afonso contam com o apoio de diversas instituições não-governamentais, como a CPT, Cáritas, Moriva, FASE, Defensoria Pública do Estado e Ministério Público para realizar suas ações e mobilizações e, em vários aspectos, fazer o enfrentamento da empresa Cargill Agrícola S.A.

A partir deste cenário, no entendimento de Almeida (2014), as estratégias de mediação, por meio de instituições da Igreja Católica, como a Cáritas e CPT – fatos comprovados através da denúncias sobre as ações da Cargill Agrícola S.A., protocoladas por meios de ações Judiciais, como a Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-13.2018.8.14.0070, que tenta retomar o território envolvido na disputa judicial, pretendido para a construção do TUP Abaetetuba, pertencente ao PAE Santo Afonso – promovem uma ação de:

Intermediação que avança numa rota de colisão com o Estado e seus efeitos se ampliam nas zonas críticas de conflito. O seu êxito parece estar em razão direta de sua capacidade de se contrapor aos aparelhos de poder. Os conflitos localizados exigem novas instituições. As entidades confessionais percebem a importância de redefinir suas práticas, sob uma coordenação, um assessoramento jurídico e um aparato operacional ágil. Cria-se a CPT. Recrutam-se quadros técnicos com formação acadêmica específica. O aprimoramento da mediação leva ao que denominam de “purificação” dos sindicatos de trabalhadores, rurais e contribui para que os movimentos sociais abalem mais profundamente os fundamentos de denominação do poder local. Há, de maneira concomitante, paralelismo e competição com determinados aparelhos de poder, sobretudo em algumas áreas da Amazônia consideradas estratégicas. Eles marcam, até o presente, as práticas de mediação (ALMEIDA, 2014, p. 101).

A ação coletiva do movimento social local está pautada na defesa da qualidade de vida, igualdade de direitos, modos de vida, recursos naturais, cultura baseada no bem viver, autoafirmação como populações tradicionais e reconhecimento de direitos. Neste contexto, afirma Tarrow (1994), surge a estrutura de oportunidades políticas, pautas e agendas colocadas pelo movimento social, criadas pelos diferentes atores: Estado, mercado ou movimento social. Trata-se, portanto, de um jogo de forças em que se disputa a tomada de espaço político para a defesa de território, recursos etc.

A partir de Arato e Cohen (1994), sobre a teoria da ação comunicativa de Habermas, a ação dos indivíduos nos movimentos sociais pauta-se na luta contra uma estrutura, aqui representada pelo capital da empresa Cargill Agrícola S.A., que despreza o mundo da vida, representado pelo território, recursos naturais, cultura, saberes, modos de produção e manutenção da vida das populações tradicionais presentes nos PAEs. Assim, infere-se que:

Na medida em que os atores se entendem mutuamente e concordam sobre sua condição, eles partilham uma tradição cultural. Na medida em que coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário. Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e desocialização" (ARATO; COHEN, 1994, p. 153).

Um dos principais desafios do Movimento Social local no confronto à Cargill Agrícola S.A., reside no fato de que a empresa coloca em prática estratégias de diversas naturezas para alcançar seus objetivos. A principal depreende-se do poder econômico. A Cargill Agrícola S.A. tem, em sua linha de frente, uma empresa terceirizada, Brick Logística, que objetiva a desapropriação da área, conduzindo o processo de propriedade para a construção do TUP Abaetetuba. Nas palavras de uma importante liderança do PAE Santo Afonso:

O maior desafio hoje é a camuflagem da Cargill Agrícola S.A., ela é camuflada na mentira, num dia, quer a área toda em seu projeto, depois muda tudo, não é área toda, eles são igual a camaleão mudam, o que eles contam muda no outro mês, ai a gente nunca sabe o que eles querem, a Brick Logística esconde a Cargill Agrícola S.A., a nossa principal estratégia é convencer a Justiça da verdade, o Incra, a SPU, nos autorizou morar aqui porque nascemos aqui e somos extrativistas, e talvez isso fizesse ver a ilegalidade que estão fazendo aqui. (D. M. F, secretário do PAE- Santo Afonso 23/08/21).

Todo esse processo afeta de forma violenta a vida dos ribeirinhos, pelas circunstâncias nas quais a Amazônia está inserida, as empresas multinacionais promovem um cenário de conflito, impondo um ritmo de ocupação e invasão das terras tradicionalmente ocupadas, gerando insegurança e ameaças a estas populações. Tratam o ribeirinho como invasor de seu próprio território. No discurso reiterativo, comunicam que as empresas são vetores do “progresso”, que é inevitável. Em discurso de inversão, afirmam que a presença das comunidades tradicionais é impedimento ao progresso.

O campo de ação dos Novos Movimentos Sociais se faz em espaço de política não institucional, cuja existência não está prevista nas doutrinas, nem na prática da democracia liberal e do Estado de bem-estar social. Os modos de atuar são, internamente, predominância de informalidade, espontaneidade, baixo grau de diferenciação horizontal e vertical. O uso de métodos não convencionais ocorre não por negá-las ou por conhecer suas limitações (OFFE, 1988).

Por essa perspectiva, a categoria movimentos sociais é entendida como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, viabilizadoras de distintas formas pelas quais a população se organiza e expressa suas demandas. Em movimento, essas várias formas de ações adotam diferentes estratégias, que vão da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações marchas etc.) até pressões indiretas (GOHN, 2007). Na Figura 24, verifica-se um dos integrantes do movimento social local na ocasião de uma reunião:

Figura 24 – Reunião movimento social local PAE Santo Antônio, ilha do Capim.



Fonte: Acervo da ilha do Capim (2021).

Para a compreensão dos fatores que influenciam a dinâmica da organização socioterritorial dos movimentos sociais do PAE Santo Afonso/Santo Antônio, diante da implantação do projeto portuário na Ilha de Xingu/Capim, se faz necessária análise de como os agentes sociais se relacionam, para estabelecer as estratégias de ação política na organização do movimento e garantir a promoção dos interesses de seus membros. Para tanto,

recorrer-se-á aos postulados dos Novos Movimentos Sociais, combinando abordagens políticas e históricas dos fatores estruturais do conflito.

Entre as diversas abordagens sobre os Novos Movimentos sociais destacam-se Tilly, Tarrow e McAdam (1996), que elaboraram um estudo para mapear o universo do confronto político e de mobilização da sociedade. Estes autores apresentam o termo litígio político para designar as diferentes ações coletivas e movimentos sociais. O novo sujeito dos movimentos sociais surge enquanto coletivo difuso, não hierarquizado, a partir de suas ações, apoiado em valores tradicionais, solidários e comunitários. Os atores sociais dos novos movimentos sociais são analisados pelas suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de se autodefinir e explicitar as formas de relacionamento com o meio social e territórios.

Na percepção de Tilly e Tilly (1981), a ação coletiva é um termo mais amplo que não se resume a protestos e rebeliões, mas alcança, também, as petições, marchas, manifestações, coletivas etc. Se definem como toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confia e aplica recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns (TILLY; TILLY, 1981, p. 17). Este, portanto, implica em recursos como a água, peixes, recursos vegetais, de acordo com o que está configurado na percepção do movimento social local, por meio dos PAEs.

A reflexão de Tarrow (1994) revela uma visão cíclica evolutiva do Movimento Social; afirma que os estágios futuros de um movimento social dependem de seu processo inicial ou de posições políticas assumidas, das alianças que estabelece ou estabeleceu e do sucesso real em mobilizar pessoas ou não. Tarrow (1994) elaborou a teoria de ciclo de protestos, que define como fase de conflitos e disputas intensificadas nos sistemas sociais, incluindo a rápida difusão da ação coletiva e combinando as formas organizadas e não organizadas, as sequências de interações intensificadas entre desafidores (integrantes do movimento) e as autoridades ou adversários. É sob este prisma que se observam as ações do movimento social local do PAE Santo Afonso/Santo Antônio. A Figura 25 identifica a Mobilização dos Afetados pelo TUP Abaetetuba, conhecido como “Grito das Águas”, que se posiciona contra a poluição e a degradação do meio ambiente:

Figura 25 – Praia do Areia, PAE Santo Afonso, mobilização contra o TUP da Cargill, ato simbólico do movimento social local.



Fonte: Dossiê manifesto Baixo Tocantins (2018).

O Grito das Águas, idealizado pelo Movimento dos Ribeirinhos de Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (Moriva) e CPT Gaujarina, possui uma organização bastante detalhada e organizada previamente. Nas palavras de Rogério Cardoso, coordenador do MORIVA, estão expostos os conteúdos e a preparação dessa manifestação política:

A partir de 2014, é uma forma de protestar contra a privatização da água, além de conscientizar a população que esse recurso é finito, e do valor que tem a água para cada ser humano. E fazer nós entendermos que estamos poluindo a água. É preciso cuidar com carinho desse bem precioso. Não existe vida sem água, dependemos dela. O ato tem uma preparação que são reuniões, onde fazemos palestras e uma caminhada ecológica, com as associações, igrejas, e fizemos um chamado pra se integrar a essa ação. É feito uma divulgação através de ofício explicando sobre aquele dia do ato. Nós partimos da realidade fazendo perguntas sobre uma autocrítica sobre seus hábitos que eles vivem? Será que todas as famílias em acesso a água de boa qualidade? E as pessoas que foram afetadas de onde foram as causas da contaminação? (Rogério Cardoso coordenador do MORIVA, 28/05/21)

A organização do ato envolveu as igrejas – católicas e evangélicas, convidadas a se integrar, das entidades, associações e escolas, divulgando o ato através de ofícios distribuídos para as comunidades. Na preparação, também se faz uma reflexão e autocrítica sobre os atos protagonizados e a percepção da qualidade da água, sendo levantados os questionamentos: será que todas as famílias têm acesso à água de boa qualidade? Será que a água que eles consomem e usam para o banho está desprovida de contaminação? Nesse sentido, o ato busca o envolvimento sobre o cuidado com a água e o meio ambiente.

A partir desta ação são firmados compromissos com a defesa da natureza, como limpeza dos rios e das margens, e no ano seguinte uma avaliação sobre o ato, com projeção para os anos futuros. Em 2014 iniciou na ilha do Capim, em 2015 foi realizado no Rio Abaeté, em 2016 na ilha Xingu, em 2017 novamente no Rio Abaeté; nesses atos, foram protagonistas o MORIVA e a CPT Guajarina. A Paróquia das ilhas, em 2018, observando que o ato estava sendo bem-sucedido, convoca suas entidades, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), para apropriarem-se do Ato Grito das Águas e, devido possuir mais recursos, promove o isolamento do Moriva e da CPT, ficando na condição de coadjuvante do referido ato.

Dois aspectos devem ser considerados a partir da análise sobre o Grito das Águas: a identidade e as ações coletivas criadas no processo, ambos fundamentais para potencializar o efeito do ato de mobilização e manifestação contra um adversário no cenário de luta social, conforme enfatiza Melucci (1996, p. 20):

Um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando em um campo de relacionamentos sociais e a capacidades das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo".

A identidade do movimento social local é expressa através do cenário da manifestação, com a mobilização de dezenas de embarcações de todos os tipos (rabetas e barcos) que se deslocam com aqueles que voluntariamente somam ao ato, em local previamente escolhido. Com faixas, cartazes, mensagens críticas ao avanço da destruição promovida pelas empresas já instaladas na região, como Hidro-Alunorte e Imerys- Rio Capim, e para as que estão na ameaça de invadir o território.

Ao longo dos anos, desde a década de 1980, a Igreja católica tem participado ativamente no apoio das lutas sociais das comunidades ribeirinhas na região. Através da Paróquia das Ilhas Nossa Sra. Rainha da Paz, Comissão Diocesana de acompanhamento dos Grandes Projetos e da Cáritas. Retoma-se a origem da Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As orientações do Concílio Vaticano II marcaram a ação da Cáritas que, desde então, vive sob os valores da pastoralidade transformadora. A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e 5 articulações.

Em Abaetetuba, a Cáritas atua desde 2015, assumindo a missão de evangelização e, defesa da justiça social e dos territórios no campo local e global. Define, também, a missão de acompanhar a efetivação das políticas públicas no município e o fortalecimento da rede interna; tem 346 voluntários distribuídos em 12 unidades paroquiais e comunitárias. Além de atuar na defesa da criança e adolescente contra abuso e violência sexual na Amazônia brasileira. Objetiva, ainda, o fortalecimento de uma economia popular solidária, bem como a defesa dos territórios tradicionais, ribeirinhos ou quilombolas. Para isso, são fornecidos treinamentos aos agentes voluntários, para execução de cada eixo missionário da Cáritas.

Em Abaetetuba, à frente da Cáritas está a assistente social Antônia Botelho, que atua nos movimentos sociais a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), desde a década de 1980. Em entrevista, explicou que hoje os desafios do movimento social local residem em compreender a conjuntura política, social e econômica do período que atualmente vivenciado. Desde sua experiência, a entrevistada elaborou argumentos e pontos de vista que convergem para os debates sobre as restrições das políticas públicas:

Desde os meus 25 anos estou envolvida na CEB`s, tudo que se tem hoje nas ilhas de Abaetetuba, foi através de muita luta, iniciada em 1986. O povo das ilhas sempre foi invisibilizado, se sobrou cadeira manda pra ilhas, sobrou quadro escolar manda pra ilhas, sempre brigamos por Direitos não só como povo, mas como território, a riqueza que se tem para abastecer a cidade vem das ilhas ou da estrada, porque a cidade não produz nada. Os desafios de hoje são a política pública pela metade, trazer para a luta os mais antigos, evitar a cooptação de lideranças, porque se deixam cooptar com muita facilidade, considero grandiosa a juventude, porque tem um grande potencial, nesse alargar da consciência, tentam acompanhar com mais rapidez a conjuntura, como a instalação dos grandes projetos na região. (Antônia Botelho, Secretária executiva da Cáritas, Dom Ângelo Frosi, 19/10/21).

Esta configuração de movimento social se caracteriza pelo entendimento de Gohn (2003, p. 13), que conceitua:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até pressões indiretas. Na atualidade os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizando-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso exercitam o que Habermas denominou de agir comunicativo.

Em sua narrativa, expõe a invisibilização e vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas, bem como a necessidade da presença do Estado como agente de implementação de políticas públicas nas Ilhas de Abaetetuba. Em termos de saúde, a entrevistada afirma que

são 24 postos de saúde distribuídos na região das ilhas em Abaetetuba, dos quais um médico faz atendimento uma vez por mês; não há escola ou sala de aula da rede estadual de ensino, mas uma parceria não institucional estabelecida sem convênio oficial assinado entre os entes estadual e municipal.

Para o funcionamento das salas, dos alunos de ensino médio, por exemplo, são cedidos espaços nas escolas do município. Em algumas situações, os alunos são atendidos nos corredores da escola municipal. Com relação à segurança pública não há nenhum posto policial nas 72 unidades insulares de Abaetetuba. A Figura 26 e 27 apresentam a unidade básica de saúde e a escola municipal da Ilha Capim:

Figura 26 – Posto de Unidade Básica de Saúde da Ilha Capim.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Figura 27 – Escola de Ensino Fundamental da Ilha Capim.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Nesse sentido, por mais que necessite de maior eficiência e atenção do Estado, no âmbito de serviços públicos, as comunidades ribeirinhas de Abaetetuba não precisam da instalação de um empreendimento portuário dessa magnitude. Antônia Botelho, em sua avaliação, ressalta o que realmente falta:

Políticas para ampliar e escoar a produção local, do pequeno agricultor, do pescador, formação e fortalecimento de cooperativas, porque não precisam de empresa para gerar empregos, porque empresa não considera vida, cultura. Por isso dizemos Fora Cargill, fora grandes empresas, que só querem destruir, não só a natureza, mas a vida humana, estamos vendo um Brasil que está sofrendo, em total desequilíbrio, um Brasil que hora pegou fogo, que hora secou e inundou, ao longo dos anos a Amazônia vem sendo saqueada e depredada. (Antônia Botelho, secretária executiva da Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi CNPJ: 26769113/0001-40 Dom Ângelo Frosi 19/10/21).

Em sua campanha missionária na região de 2021, a Cáritas cita o lema que faz parte da mensagem levada para as comunidades ribeirinhas, fato bastante pertinente para a situação vivenciada pelos povos tradicionais:

“Defender a vida é uma missão, vamos amazonizar”. Em suas palavras, amazonizar significa respeitar a cultura, as multífaces presentes, na Amazônia os vários territórios, os vários povos que a Amazônia tem de viver de acordo com o que a nossa ancestralidade deixou. (Antônia Botelho, secretária executiva da Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi CNPJ: 26769113/0001-40 Dom Ângelo Frosi 19/10/21).

É neste contexto que entram os princípios do “viver bem”, conceito em construção sob diferentes confluências, que vão desde as promovidas a partir da reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais. Assim, infere-se o que Escobar (2000) chama de questão do “conhecimento local”; especialmente o conhecimento dos sistemas naturais tem sido abordado nos últimos anos de várias perspectivas (cognitivo, epistemológico, etnobiológico e antropológico) e em conexão com uma variedade de tópicos, de taxonomias primitivas e conservação da biodiversidade, a políticas e movimentos de territorialidade social.

O “viver bem”, na perspectiva de Escobar (2000), resgata a ideia de uma vida boa, de bem-estar em um sentido mais amplo, transcendendo as limitações do consumo material, resgatando os aspectos emocionais e espirituais. Esta dimensão se expressa em sublinhar a “plenitude de vida” e na austeridade e na recusa de viver “melhor” às custas dos outros.

O movimento social local tem fundamentação de natureza cultural e ecológica. Estes não são movimentos para o desenvolvimento ou satisfação apenas de necessidades, ou de melhorias econômicas e materiais, são movimentos originados nas raízes culturais e ecológicas do território. Para eles, o direito de existir é uma questão cultural, política e ecológica. A Figura 28 caracteriza uma prática religiosa tradicional da Ilha Capim.

Figura 28 – Procissão de Santo Antônio padroeiro da Ilha Capim.



Fonte: Acervo da Comunidade Ilha do Capim (2021).

Neste sentido, relata Antônia Botelho, da Cáritas Abaetetuba:

Hoje você vai há uma comunidade quilombola e a benzedeira está lá timidamente '[...] amazonizar é permitir que ela continue seu trabalho com o uso de ervas, suas rezas, para tratar e curar as pessoas. Amazonizar é a luta pela Amazônia e a defesa da floresta, dos lagos não envenenados, da defesa das nascentes preservadas, dos ribeirinhos e quilombolas vivendo a partir de seus modos de vida. (Antônia Botelho, secretária executiva da Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi CNPJ: 26769113/0001-40 Dom Ângelo Frosi 19/10/21).

Tarrow (1994) afirma que o movimento social é formado por pessoas comuns, algumas vezes encorajadas por líderes que respondem às mudanças trazidas por novas oportunidades políticas, quando contam com aliados e revelam a vulnerabilidade de seus oponentes. São desafios coletivos, construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processo de interação que inclui as elites, os oponentes e as autoridades, que assim define:

O ciclo de protestos não se apresenta somente sob o controle de uma organização ou movimento, ao contrário, o que se tem é a aparência de ações espontâneas, destacando também as oportunidades políticas, que são construídas ações coletivas por meio de repertórios conhecidos de disputa, e pela criação de inovações ao redor de suas margens. Dependem também da mídia para se comunicar com seus aliados e inimigos para inovar repertórios que utilizam para atingir um público mais amplo (GOHN, 2014, p. 97, 99).

Com efeito, as mudanças estruturais influenciam diretamente o alcance das oportunidades políticas, pois as estruturas de oportunidades políticas podem alterar o formato das estratégias de ação, repertório e estruturas de mobilização, com a possibilidade de repercussão sobre as ideologias dos movimentos sociais. Em decorrência, a dinâmica dos movimentos sociais tende a se apresentar em “ciclos de reivindicações e protestos”, apresentando-se na fase de intensificação e posterior enfraquecimento e confronto com o sistema social quando as ações coletivas obtêm êxito (TARROW, 1999).

De acordo com a Tabela 1, observa-se como o Movimento Social local está desenvolvendo suas ações:

Tabela 1 – Mapeamento das estratégias de Ação coletiva do Movimento Social local - (2018 a 2021).

Aspecto Analisado	VARIÁVEIS ANALISADAS	Fonte de Informação
<ul style="list-style-type: none"> -Institucionalização do Movimento Social local a partir da formação dos Projetos de assentamento agroextrativistas. - Estrutura, organização e Mobilizações. - Atos de repercussão com efeitos midiáticos. - Ciclo de reivindicações, (Grito das Águas) protestos e demandas do movimento social local. - Alcance, limitações das ações e rupturas do movimento social no enfrentamento ao projeto TUP Abaetetuba. 	<ul style="list-style-type: none"> - As potencialidades de associação do movimento social local com as Instituições de apoio: MORIVA, CPT, Cáritas, STTRA e FASE. - Ações Judiciais movidas pela Defensoria Pública do Estado, Núcleo de defesa dos Direitos Humanos (NDDH) e Ministério Público Estadual. -Protocolos de consulta construídos pelas comunidades. - Possíveis avanços jurídicos em processos judiciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa documental e de campo, em documentos que surgem a partir das ações do movimento social local, para manutenção de Direitos. Dossiês e Cartas com denúncias. - Dados da pesquisa de campo entrevistas com os atores-chave, ribeirinhos, lideranças do movimento social local, lideranças das instituições de apoio. - Documentos de Processos e Portarias Judiciais, Leis, Decretos, Mapas do PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia), Mapas oficiais de Instituições, como: Prefeitura Municipal de Abaetetuba e EIA/RIMA-Ambientare. - Discursos dos entrevistados e líderes do movimento social sobre as mobilizações e demais ações.

Fonte: Elaboração do autor (2022).

A Cargill Agrícola S.A. age com apoio do governo municipal e estadual submisso à lógica do mercado e promove o que Dardot e Laval (2016) identificam como: “A mercadorização (*commodification*), o peso cada vez maior das grandes empresas (*corporatization*) e pressão da lógica proprietária (*propertization*) vão de par e não conhecem limites políticos ou morais.”. Em uma luta de resistência, surge o movimento social local

contra a apropriação desses recursos, que contesta e enfrenta, com suas estratégias em escala local, o poder econômico em escala global, a Cargill.

A contribuição de Leff (2007) infere que há uma contradição na racionalidade ambiental, que significa um conjunto de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas que dão sentido e organizam os processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos que ultrapassam leis derivadas da estrutura de um modo de produção.

Portanto, existem duas lógicas opostas em rota de colisão: a racionalidade ambiental (ribeirinhos) e a capitalista (Cargill). Leff (2009) afirma que existe a ambientalização das lutas sociais, onde as populações, com seus saberes locais, afirmam seus direitos à cultura e ao território e reivindicam seu bem viver, como fazem os indígenas e camponeses do altiplano Boliviano e do Equador.

Leff (2009) proporciona a reflexão sobre o surgimento da ecologia política, que se configura em novas identidades coletivas, onde as populações indígenas, seringueiros, castanheiros, pescadores, mulheres quebradeiras de babaçu e ribeirinhos, se territorializam, reinventando integralmente o contexto sociocultural que habitam.

O processo de construção do TUP Abaetetuba vai impactar progressiva e profundamente esse modo de vida que já existia no lugar. Efeitos negativos, como na manutenção da vida através da pesca, já ocorrem pela redução de peixes na Baía do Capim, com a operação das barcaças com grãos no canal de navegação entre as ilhas Xingu e Capim. Leff (2009) esclarece que os direitos culturais à natureza se traduzem em movimentos sociais de reapropriação da natureza, em processos de resistência fundados nos princípios de sustentabilidade.

Para Almeida (2004) o movimento social se define como uma nova estratégia do discurso, ao designar os sujeitos da ação, o uso cotidiano e difuso destes termos, acompanha a politização das realidades locais: os agentes sociais se erigem em sujeitos da ação ao adotarem como designação coletiva as denominações pelas quais se autodefinem e são representados na vida cotidiana. Eles funcionam através de redes de organizações. A Figura 29 mostra aspecto da 4ª mobilização de ação coletiva, chamado Grito das Águas, que se tornou parte da agenda de lutas do movimento social local contra a poluição e a degradação ambiental:

Figura 29 – Rio Guajará de Beja, local de manifestação contra a degradação ambiental.



Fonte: Arquivo Cáritas Rainha da Paz (2019).

O modo de vida histórico das populações afetadas pela circulação e operação das barcaças com grãos, no canal de navegação entre as Ilhas Xingu e Capim, está sendo alterado por completo, especialmente a navegação e a pesca na região; isto implica em uma redução da principal fonte de alimento dessas comunidades ribeirinhas tradicionais, por isso essas ações têm uma continuidade. O Grito das Águas se transformou em ato contínuo, fazendo parte do repertório de mobilização; foi interrompido pela Pandemia de Covid-19, realizado sempre em áreas próximas aos grandes projetos minero-metalúrgicos; e agora na Ilha Xingu, devido ao projeto TUP Abaetetuba. Logo, infere-se que:

É razoavelmente claro que, frequentemente, o sucesso da resistência de facto é diretamente proporcional à conformidade simbólica com que é dissimulada. A insubordinação ostensiva provocará, em praticamente qualquer contexto, uma resposta mais rápida e feroz do que uma insubordinação que pode ser tão penetrante, mas nunca se aventure a contestar as definições formais de hierarquia e poder. Para a maioria das classes subalternas que, de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu status, essa forma de resistência foi a única opção (SCOTT, 2011, p. 223).

A Figura 30 caracteriza a estratégia de resistência, através do manifesto do movimento social local:

Figura 30 – Praia do Areia PAE Santo Afonso, faixa do movimento social local.



Fonte: Dossiê manifesto Baixo Tocantins (2018).

Portanto, este efeito negativo afeta todos e contribui para a formação de uma identidade coletiva, que se define como nos artigos I e II, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: são grupos culturais diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Pelas lentes dos Novos Movimentos Sociais, os sistemas político-institucionais exercem influência sobre as possibilidades da ação coletiva, pois das oportunidades políticas específicas que conduzem, dependerá o tipo de movimento social que pode surgir em dado momento. Entretanto, o alcance das oportunidades políticas tem gradações diferenciadas, posto que depende da capacidade de organização dos movimentos sociais na interação com outros atores envolvidos do conflito, bem como fixar e manter o ritmo e os resultados (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999). A Figura 31 sugere a mobilização coletiva do movimento social local:

Figura 31 – Manifestação contra a instalação de dispositivo de flutuação para atracação de barcaças com grãos, Baía do Capim.



Fonte: Acervo da ilha Capim (2021).

Uma importante contribuição ao movimento social local está na cooperação técnica e educacional com Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Com mais de 60 anos atuando na Amazônia, defendendo a sustentabilidade e defesa do território, colabora com a valorização e o reconhecimento de práticas e formas de vida de populações tradicionais extrativistas, de agricultoras e agricultores, quilombolas, indígenas e pescadores. Nesse sentido, o sociólogo e secretário adjunto da FASE, João Gomes, ao referir-se ao apoio às comunidades tradicionais do PAE Santo Antônio e Santo Afonso, relata:

A FASE contribui na assessoria e formação da agricultura familiar, nos centros de trabalhadores rurais, para formação e aprimoramento dos sistemas produtivos, de manejos de açazais, roça sem queima, por fim de sistemas agroflorestais e implantação de sistemas de agroecologia. Mas recentemente inclui também assessoria na formação e implantação das Resex, APA (Área de proteção Ambiental) e dos PAE's. A FASE tem 04 eixos de atuação junto a essas comunidades: 1º Defesa do território das populações tradicionais, 2º Perspectiva Multiescalar, 3º Campo Democrático, 4º Parcerias com as Universidades. (JOÃO GOMES, Secretário adjunto da FASE, 16/11/21).

Nesse contexto, a FASE apoia sistematicamente as comunidades e povos tradicionais, sendo reconhecida por sua contribuição em matéria de formação e informação em eventos diversos. A partir de sua exposição, João Gomes explica que, com a expansão do agronegócio e dos grandes projetos de mineração, estas populações e seus territórios se tornaram alvo da ambição destes empreendimentos.

Então, a FASE atua na “conscientização” e defesa do território, levando conhecimento e palestras sobre o assunto. Uma outra questão é a mobilização das comunidades no sentido de compreender que podem ser protagonistas de ação política a nível local, acompanhando o Plano Diretor de seu município, as Leis Municipais e a criação de Zonas de Proteção, porque são relações de poder que se estabelecem e é preciso atuar nessa frente de luta por sistemas de educação que valorizem as comunidades tradicionais.

Um outro aspecto que se soma à atuação da FASE é o Campo Democrático, no qual se torna um eixo fundamental de estabelecer os princípios do bem viver, baseado na agroecologia, na igualdade de relação de gênero e economia sustentável, superando as narrativas do discurso do progresso do desenvolvimento. Pode adiantar-se que se estabelece uma disputa de narrativas. As comunidades tradicionais não se restringem e espelham no discurso de que estão passando fome, seus estudos se baseiam na estatística com base no salário-mínimo. Sabemos que na safra do açaí, a renda deles é muito maior do que um salário-mínimo.

No que se considera como apoio de formação técnica, a FASE tem um programa de assistência técnica rural na área de produção de mel e ração animal artesanal. A atuação política da FASE direciona-se na frente de orientação crítica de defesa do território. A assessoria da FASE realiza cursos a partir da Convenção da OIT, nº 169, desde que sejam convidados a partir de solicitação através de uma ata de reunião, solicitando o curso pela FASE.

O curso sobre a defesa do território tem suas linhas iniciais a partir de uma reunião com os interessados, na qual são feitas questões: Quem são vocês? Quanto tempo moram aqui? Quem são seus antepassados? Como é a economia? Como é feita a governança do território?

Estas questões são chamadas de Linha do tempo. Depois são levantadas questões para construir mapa de ameaças, de potencialidades e oficinas sobre a Convenção 169. O protocolo de consulta é muito importante, porque é determina o consentimento ou não para a instalação de empreendimento.

Há, também, o foco no protagonismo da juventude, porque eles se tornam alvos dos empreendimentos, a partir do discurso do desenvolvimento prometido pelas empresas. João Gomes identifica dois grandes desafios para a defesa das populações tradicionais, que têm relação com as disputas de narrativas, porque há a construção de uma falácia que condiciona o progresso econômico à instalação de um grande empreendimento, o TUP Abaetetuba. A

missão de desconstruir essa narrativa é fundamental para contrapor este processo. Desta maneira, os desafios da FASE são:

Imaginário do desenvolvimento, discurso muito presente que é imposto baseado no progresso, da legalidade do mercado, que pode proporcionar o sucesso individual. Exemplo da cartilha que a Cargill usa para promover o TUP- Abaetetuba. Somado ao discurso de lideranças de igrejas evangélicas, baseada na teologia da prosperidade. O outro desafio é a articulação em rede, as comunidades e populações tradicionais tem dificuldade, de perceber que seu território, faz parte da região amazônica, de maior amplitude, e que por exemplo sua região conforma uma Hidrovia importante para uma mega empresa, que está articulada com o Estado. (João Gomes, secretário adjunto da FASE, 16/11/2021).

O confronto de narrativas sobre o desenvolvimento tem novos instrumentos, novas estratégias de luta. A rádio Conceição FM 106.1 MHz, de propriedade da Igreja Católica, abriu espaço para um programa de divulgação do projeto TUP Abaetetuba, chamado de “Se liga Abaeté”, da Cargill Agrícola S.A., com a missão de “diálogo social”. Nele, a diretora de comunicação Eliane Uchoa, da Cargill, esclarece todas as dúvidas e divulga canais informativos na internet e da cartilha “Navega Abaeté”, para a comunidade ter conhecimento sobre o TUP Abaetetuba.

Com base neste fato, a rádio Conceição recebeu muitas críticas sobre a iniciativa, porém em seus argumentos considera ser uma empresa, com CNPJ próprio, de comunicação, necessita de recursos para pagar suas despesas, seu departamento administrativo, energia elétrica e licenças com a Anatel.

Neste programa de rádio promoveu um novo campo de luta através de disputas de narrativas. Esse contexto é contraditório porque a Igreja Católica, por meio da Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi, presentes nas Ilhas de Abaetetuba, Paróquia das Ilhas e Pastoral da Criança, fazem o enfrentamento dos grandes empreendimentos na região.

Em resposta contrária a esse cenário, a FASE também tem um programa que vai ao ar nos sábados, pela manhã, sobre os impactos do porto da Cargill Agrícola e a Hidrovia Tocantins-Araguaia. O objetivo é elaborar a explicação dos efeitos socioambientais dos grandes empreendimentos na Amazônia e em Abaetetuba, sendo transmitido pelo programa “Tipiti”, na mesma Rádio Conceição FM 106.1.

Neste sentido, são explicadas as consequências socioambientais em curso na cidade de Santarém (PA), da ação da Cargill Agrícola S.A., que se faz presente com seu terminal portuário. Também em linguagem regional, faz a contraposição de discursos, desconstruindo as falácias da multinacional, de que vai gerar empregos e trazer o desenvolvimento. A Figura

32 identifica uma divulgação contida em revista distribuída nas ilhas pretendidas para a construção do TUP Abaetetuba:

Figura 32 – Divulgação do Programa de Rádio para explicar o TUP Abaetetuba.

Edição nº019
12 de novembro de 2021

Terminal de Abaetetuba

Olá pessoal!

Manter o diálogo com você e com os demais moradores de Abaetetuba é muito importante para a Cargill e foi pensando em nos comunicar cada vez mais, que lançaremos no dia 15 de novembro, próxima segunda-feira, o programa *Se Liga Abaeté*. Veiculado nas Rádios Conceição FM e Guarany FM, esse novo canal de comunicação está cheio de informação sobre o Terminal que a empresa pretende instalar na região.



Dinâmico e alegre como o povo paraense, o programa vai esclarecer dúvidas e toda semana terá um tema diferente para manter você bem informado.

Cargill

Fonte: Cargill (2022).

Para Thompson (1990) a mídia de massa moderna não nega a possibilidade de um pensamento crítico; na verdade ela revela muitas fontes de informações às quais antes não seria possível o acesso. No entanto, a mídia está intimamente ligada ao impacto das ideologias na sociedade, considerando que estão relacionadas à influência das ideias sobre as convicções e ações das pessoas; bem como ao poder simbólico, à maneira como as ideias são aproveitadas para esconder, justificar ou legitimar os interesses de grupos dominantes na ordem social. A Figura 33 identifica a propaganda com ideário “progressista” voltado a construir um discurso de geração de empregos para a população abaetetubense:

Figura 33 – Identifica a falácia do discurso “desenvolvimentista da Cargill Agrícola S.A.”.

Terminal de Abaetetuba Edição nº016
15 de outubro de 2021

Mito

A empresa vai trazer muitos funcionários de fora de Abaetetuba e por isso vai construir alojamentos como os que existem em Barcarena.

Verdade

A Cargill tem como princípio contribuir para o desenvolvimento e prosperidade da comunidade onde se instala. Em Abaetetuba, não será diferente. A empresa dará preferência à contratação da mão-de-local, além de contribuir para a capacitação dos profissionais abaetetubenses. Assim, não será necessária a construção de alojamentos e a maioria dos funcionários deverá ser da região.

Fonte: Cargill (2022).

A partir da perspectiva teórica de Escobar (2000), Diegues (2007), Acserald, Campello e Bezerra (2009), Leff (2009), Almeida (2011), Marin (2015), Dardot e Laval (2017), desenvolvimento não é o proposto por grandes empresas que destroem o meio ambiente e expulsam povos e comunidades tradicionais de seus territórios. Frisam que desenvolvimento assegura seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça, coleta, pesca e agricultura; baseados nos princípios do “bem viver”, sua identidade, seu território, autonomia política e sua própria visão de desenvolvimento devem ser assegurados. A questão reside no potencial de resistência à expansão do agronegócio e à devastação ambiental, nas estratégias de defesa de recursos hídricos e florestais que poderão colocar condicionantes e

limites às agroestratégias. Este é passo fundamental para a promoção dos direitos fundamentais de acesso aos “bens comuns”.

O Sr. Elias Kempner, representante dos Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Abaetetuba (STR), fez um relato sobre o apoio institucional e de sua história de vivência política à frente do STR:

Desde 1980 sou militante do movimento sindical, a função do STR, é lutar pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizando e se articulando com a sociedade civil. Temos duas realidades no município, os trabalhadores da terra firme e os de várzea. O que existe é uma diversidade da forma de trabalho, o STR tem o mesmo interesse de defender as categorias. Nas ilhas temos os PAE's, que ajudamos a criar em 2003, junto com o INCRA, CPT e a SPU, e estamos articulados com a CPT, fomos até o Ministério Público, em várias reuniões, e estamos acompanhando todo o processo, alertando sobre cooptação de lideranças, distribuição de cesta básicas, e outros atrativos oferecidos pela empresa. Sabemos que tem pessoas apoiando o projeto nas ilhas, e se o projeto for implementado vai ocorrer o fim da pesca, vão expulsar as famílias, estamos articulando formas de resistência. (Elias Kempner, STR, 25/11/21).

A partir do relato de Elias Kempner, identificam-se alguns desafios e perspectivas para o movimento social local. A liderança ressalta sua preocupação sobre o desmonte das políticas públicas e dos objetivos institucionais de órgãos, como a SPU, que demoravam a conceder a titulação coletiva das terras e agora têm celeridade no processo para favorecer a Cargill Agrícola S.A. A Brick Logística, de acordo com o sindicalista, resulta do poder econômico da empresa e se constitui um fator bastante forte que se torna desvantagem na luta contra a instalação do TUP Abaetetuba:

Desde que criamos os PAE's também criamos o PU, Plano de uso, onde tem as regras sobre o que deve ser feito, ou não, e uma das regras principais é que se tiver uma empresa querendo entrar no território, a comunidade deve ser ouvida e discutida com os assentados. Baseado nesse item, é que o Incra não concedeu permissão para a implementar o TUP- Abaetetuba. É preciso fazer a consulta prévia livre e informada, o Estado deve fazer, e não a empresa. O primeiro passo é fazer a consulta para a comunidade. (Elias Kempner, STR, 25/11/21).

No entanto, Elias Kempner enfatiza que o movimento social local está vulnerável ao poder econômico da empresa. Ressaltou que já existem lideranças cooptadas apoiando o projeto TUP Abaetetuba. Na sua avaliação, o processo Judicial contra a empresa é demorado, conta com o poder econômico e já possui título de aforamento emitido pela SPU, além de título de propriedade emitido pela prefeitura municipal de Abaetetuba.

Um ponto forte da empresa é seu poder econômico, que em função disso, as coisas demoram, eles já tem título de aforamento da SPU e Prefeitura, que é ilegal em áreas da União estamos na Justiça contra isso, estamos organizando e articulando a resistência com o pessoal de Itupiranga, a respeito da questão da Hidrovia Araguaia-Tocantins, para evitar que sai por lá esta hidrovia, porque se sair lá, fica difícil impedir aqui. O Incra tem por meio do seu setor jurídico, a proibição de instalação do TUP- Abaetetuba. O Kleber Menezes (Brick Logística) através de informações privilegiadas, compra a área do terreno e logo em seguida já tem o título de propriedade, a associação ainda não tem, porque está em tramitação, a SPU porém, já emitiu parecer favorável ao projeto. Outra questão é o atual governo que permite invasão de terras das populações indígenas, populações tradicionais, os órgãos de governo são decisivos no processo, estamos navegando em mares turbulentos. (Elias Kempner, STR, 25/11/21).

Na narrativa, Elias Kempner frisa que o governo Bolsonaro tem promovido o desmonte das políticas públicas de regularização fundiária, de direitos a programas sociais, de reforma agrária, que nos governos Lula e Dilma Rousseff foram implementados como os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE). Ocorre um movimento contrário às conquistas democráticas, cortes no orçamento de diversos órgãos de fiscalização e de regularização fundiária. Em suas palavras, o que está em curso é um retrocesso institucional. Leff reflete sobre o sentido das lutas sociais, e a luta por direitos, nessa linha, contribui para reforçar os argumentos desta pesquisa:

Hoje as lutas sociais e a construção dos novos direitos se debatem no terreno de uma epistemologia política. São lutas para fazer valer conceitos- de povo, autonomia, território que deverão demarcar não só o espaço do ser e da propriedade da terra, mas toda uma racionalidade que há de se traduzir em leis e normas, em procedimentos legais e em regras judiciais. As palavras adquirem novos significados que mobilizam a sociedade e que não encontram uma fácil codificação dentro dos ordenamentos jurídicos (LEFF, 2015, p. 35).

O líder da Comissão Pastoral da Terra Região Guajarina, o Sr. Romildes Assunção Telles⁸ – Presidente do Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos afins das Ilhas de Abaetetuba, conhecido como (Ró) e apontado como responsável pelo protagonismo dos Movimentos Sociais em Abaetetuba – fez o relato das lutas sociais e ações empreendidas, nas quais menciona o seu protagonismo:

Na época do governo José Sarney, em Abaetetuba, não tínhamos nada, fomos até Brasília, em 1982, ficamos mais de um mês fazendo reuniões com o então secretário do governo na época Marco Maciel. E fomos conseguindo recursos para construção do Hospital Municipal, criamos a Associação de Moradores das Ilhas. Em 1995 entrei para a Comissão Pastoral da Terra, e desde lá trabalho a questão fundiária, e também na época um projeto de criação de peixes em cativeiro, piscicultura, chamado Lago da Esperança. Minha atuação era na região de Moju, Barcarena, Concordia do

⁸ Através de sua mobilização, atuou ativamente, desde a década de 1980, pela regularização fundiária nas Ilhas de Abaetetuba, juntamente com outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Pará e Abaetetuba. Em 1999, fizemos um trabalho de revitalização dos Povos Quilombolas, com apoio do STR e da Igreja, na pessoa do Padre Adolfo. Descobri que também era remanescente de Quilombo, meus avós eram do Marajó, de uma localidade chamada “Palheta”, que fugiram de um engenho para Abaetetuba, e se estabeleceram no Rio Açacu. (Romildes Assunção Telles, CPT- Guajarina, 25/11/21).

A longa trajetória de luta política social do Sr. Telles, que sempre esteve na linha de frente do movimento social, proporcionou um avanço significativo para a garantia legal de propriedade, de concessão de créditos para a agricultura familiar, concessão de título coletivo através da Política Pública de Terras e a institucionalização, nas Ilhas de Abaetetuba, do chamado Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), conquistas marcantes em sua vivência política à frente do movimento:

Iniciamos uma outra luta, a criação de uma política pública voltada para os ribeirinhos e Quilombolas, com a ajuda do MST, Ufpa, Uepa, CNBB, Cáritas, CNI, CPT, CUT, Fetagri, criou-se o Fórum do Nordeste paraense região Guajarina. A partir daí conseguimos fortalecer o potencial da reforma agrária. O MST dizia: nós queremos a reforma agrária para as Ilhas, porque vocês não diferentes de nós da terra firme. Foi aí que a luta acirrou. Ocupamos o Incra, Iterpa, SPU, e ficamos insistindo fazendo reuniões entre 80 a 100 pessoas. Em 2004 foi encaminhado para Brasília a regularização fundiária, passamos um mês até conseguir o resultado, e como luta conseguimos a Institucionalização do PAE, na Ilha Tabatinga e Campopema. Em 2006 estávamos com 20 projeto criados e tem uma avalanche de créditos para fomento de agricultura familiar, o povo mudou de vida. Vieram projetos de Habitação, saúde educação. (Romildes Assunção Telles, CPT- Guajarina, 25/11/21).

A percepção a respeito das estratégias e desafios do movimento social local destaca que o TUP Abaetetuba o reconhece como ameaça e adversário poderoso, em função do poder econômico da empresa e de seus apoiadores, como o Estado, o Município e a União. O senhor Telles ressalta que o movimento social está enfraquecido, porém não está morto, pois:

Hoje vejo como negativo na nossa luta a fragmentação política, tem nos enfraquecido tem o grupo do fulano, tem o grupo do ciclano, porque há uma disputa por quem tem mais poder e isto enfraquece a luta, o outro é isolamento político da Igreja, porque antes eles davam a formação política para o povo, hoje o padre que é formado não tem crítica, não luta pelo social, parece um robô, que está num gabinete com ar condicionado, carro, é um burguês, o padre não encara mais a luta da terra, o social, temos uma igreja baseada apenas no ritual. Um outro desafio é o apoio da União, do Município que temos a prefeita contra nós, os vereadores, através da SPU, que já concedeu título de posse da área a Cargill. (Romildes Assunção Telles, CPT- Guajarina, 25/11/21).

A questão que se configura são os efeitos do poder econômico, não só pela presença da multinacional na região, mas pelo maior domínio de setores conservadores na Igreja

Católica, que tem promovido uma mudança de postura com relação às lutas sociais. Em um momento, a Associação Cáritas Diocesana Dom Ângelo Frosi apoia a luta do movimento social, em outro se aproxima dos interesses da empresa, apoiando culturalmente o projeto TUP Abaetetuba, concedendo espaço em programa de rádio à Cargill Agrícola S.A. Em sua avaliação, o Sr. Telles aponta os possíveis caminhos para uma estratégia de desenvolvimento e alternativas para geração de renda:

As potencialidades do cooperativismo, da industrialização do açaí, do ecoturismo, resgate de trabalhos artesanais, da cerâmica, agricultura familiar, da conscientização ambiental, do respeito ao período do defeso, utilizar material de pesca permitido pela lei, porque desenvolvimento é com a floresta em pé, temos muitas potencialidades, o cacau, o açaí. Então o fortalecimento da luta no Assentamento é o principal desafio, e sem ninguém mexer nada da natureza, para destruir o que temos. (Romildes Assunção Telles, CPT- Guajarina, 25/11/21).

Em seu relato, também expõe a grave vulnerabilidade e pobreza que muitos ribeirinhos estão sofrendo com a redução das políticas públicas, que deixaram de ser aplicadas na região das Ilhas. O corte de programas sociais, como Bolsa família, Bolsa verde (renda complementar p.a aos ribeirinhos) e Mais Educação (Projetos Sociais nas Escolas das Ilhas de Abaetetuba) e suspensão de linhas de crédito para agricultura familiar, nos governos Lula e Dilma Rousseff, implicou apenas na dependência da renda de extração do Açaí, considerando que é uma cultura sazonal, por período de seis meses do ano na região e, após o término da safra, tem-se o período do defeso da pesca, fato identificado pelo EIA/RIMA, Cargill Agrícola S.A., afirmando que seria uma justificativa para a instalação do TUP Abaetetuba:

Por outro lado onde se encontram as comunidades ribeirinhas inseridas na Área diretamente afetada-AID, do empreendimento, observa-se um espaço rural extrativista, que se caracteriza por um isolamento relativo, onde as interações sociais, a relação entre os lugares e as transformações obedecem há um ritmo mais lento, tendo em vista que essas localidades são fundadas e permanecem da hidrografia para inúmeras atividades, como o transporte de pessoas e mercadorias, caracterizando-se por uma outra temporalidade(tempo lento) que se contrasta com a modernidade (tempo mais acelerado), influenciado pelas novas tecnologias de telecomunicações de TI. (AMBIENTARE, 2017, p. 467)

A estratégia da Cargill Agrícola S.A. em invisibilizar as comunidades ribeirinhas diretamente e indiretamente afetadas pelo seu empreendimento, fez com que negasse, também, o reconhecimento da “autoridade de fala” desses agentes sociais, as reivindicações de direitos como povos e comunidades tradicionais.

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que os reconhece como “povos e comunidades tradicionais”, não foram ouvidas pelo processo legal de consulta prévia livre e

informada, como determina a convenção internacional 169, da OIT, a respeito do projeto TUP Abaetetuba. Não se trata apenas de uma consulta técnica, mas de um documento construído pelas comunidades sobre qual decisão adotar a respeito do empreendimento e se permitem ou não a instalação. No relato de uma liderança do movimento social local, observa-se como ocorrem as ações da Cargill Agrícola S.A. na articulação de seus interesses:

Eles marcam audiência pública, quem fala é quem tá na mesa, eles p.am as despesas da viagem, e na audiência, aparecem pessoas que não são da nossa localidade, votam no final, assim como foi para aprovar o novo plano diretor do município, que prevê uma área portuária para o PAE Santo Antônio, sem discussão com a comunidade. Mas o que acontece, nosso povo está tendo dificuldade de se apoderar, ele está enxergando que o Estado e o município devem lutar por ele, só que estão atrelados, e nós que moramos aqui, é que devemos ficar ciente, nós é por nós, e alguns parceiros que pela ética vão somar forças, devemos ter cuidado, com nossos diagnósticos, e devido a pandemia, ainda não fizemos nosso protocolo de consulta, mas tem gente fazendo reunião isolado com a gestão municipal e a empresa, na comunidade. (A. N. A. C., Pescador, Liderança do PAE Santo Antônio II, 26/01/2021).

Neste sentido, esse processo é revestido por um discurso “desenvolvimentista” fundamentado pelas questões econômicas globais e nacionais, e a percepção dos afetados é omitida, visto que não será voltada à convergência dos objetivos mercantilistas da empresa, assim:

O ponto essencial da pesquisa era a maneira pela qual se modificaram, no fim do século XVIII e início do XIX, as formas de enunciação do discurso, a análise, então, havia-se voltado menos para a formação dos sistemas conceituais, ou para a das escolhas teóricas, do que para o status, o lugar institucional, a situação e os modos de inserção do sujeito falante. (FOUCAULT, p.72). Essa instância compreende também o regime e os processos de apropriação do discurso: pois, em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos; nas sociedades burguesas que conhecemos desde o século XVI, o discurso econômico jamais foi um discurso comum (não mais que o discurso médico, ou o discurso literário, ainda que de outro modo) (FOUCAULT, 2008, p. 75).

As comunidades que já realizaram seus protocolos de consulta foram Bom Remédio, comunidade remanescente de Quilombo em 06/2019 e a comunidade de Pirocaba em 02/2018. As comunidades da Ilha Xingu e Capim ainda estão em andamento; devido à Pandemia de Covid-19 não poderiam realizar suas assembleias.

A Defensoria Pública do Estado, Núcleo de Defesa de Direitos Humanos (NDDH) entrou com Ação de Tutela provisória cautelar de caráter antecedente, nº 0800766-

13.2018.8.14.0070, de natureza para potencial litígio coletivo pela posse de extensão de terra localizada em área da PAE Santo Afonso, área de instalação do TUP Abaetetuba.

As comunidades que sofrerão influência direta da instalação e operação deste Terminal, são compostas por seis comunidades que moram na ilha onde está o empreendimento: Igarapé Areia, Ilha do Capim, Quilombo Nossa Senhora do Bom Remédio, Nossa Senhora de Fátima Santo Afonso e Igarapé São José (Igarapé São José, Igarapé Vilar e Igarapé Moju), onde estão presentes aproximadamente 723 famílias. Consta da Ação de Tutela Provisória os objetivos precípuos da ação:

A presente ação, visa garantir o direito fundamental à consulta prévia, livre e informada das comunidades quilombolas e tradicionais do município de Abaetetuba, previsto no decreto 5051/2004, o qual ratificou a convenção 169 da OIT, direito como será visto alhures já reconhecido pelo poder legislativo e executivo, porém mesmo com declarações formais, atos administrativos, pareceres de órgãos federais, pareceres de órgãos estaduais, decisões judiciais, pareceres da fundação cultural palmares, às rés vem infringindo o direito fundamental à consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais, todas as vezes que um ato administrativo ou um projeto legislativo possa afetar o modo de vida das comunidades, devendo à consulta ser realizada de acordo com as formas por eles estabelecidas (PARÁ, 2018).

As instituições que promovem a defesa das populações tradicionais, como Ministério Público do Estado (MPE) e Defensoria Pública do Estado do Pará (NDDH), atuam conjuntamente no sentido de defesa das comunidades, argumentando que o TUP Abaetetuba irá promover impactos socioambientais para:

1.033 famílias quilombolas que utilizam a baía do rio capim, bem como 7.261 famílias dos projetos de assentamento extrativistas que compõem a área de influência do empreendimento, que pode vir a totalizar cerca de 40 mil pessoas que residem na área do empreendimento e que fazem uso para sua sobrevivência da baía do rio capim, e segundo o estudo de impacto se utilizam da baía do rio capim como sua fonte de sobrevivência (PARÁ, 2018).

O Brasil é signatário de várias delas, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, assinada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 19/06/2002, por meio do Decreto Legislativo nº 142/2002 e promulgada pelo Decreto nº 5051, de 19/04/ 2004.

Essa Convenção representa o principal tratado em matéria de direitos dos povos tradicionais, seja no aspecto social, cultural e nas determinações socioambientais, possuindo efeito vinculante sobre o ordenamento jurídico brasileiro. É, portanto, tratado internacional de

direitos humanos, motivo pelo qual goza de status materialmente constitucional, em razão do seu conteúdo normativo.

O marco temporal de incorporação da Convenção 169 é posterior à Constituição da República de 1988 e antecedente a Emenda Constitucional nº 45/2004. Em função do momento de sua incorporação ao direito brasileiro, combinado com a natureza da matéria regulada pelo instrumento, verifica-se que a Convenção 169 é norma materialmente constitucional.

O direito à consulta, conforme estabelecido na Convenção 169, merece relevo na temática aqui enfrentada (projeto de construção do TUP Abaetetuba) e a sua efetivação pelo poder público torna-se obrigatória. Trata-se de condição para a segurança das comunidades e livre exercício dos direitos humanos e fundamentais dos povos quilombolas e demais comunidades tradicionais, cujo modo de vida inerente aos territórios passa a ser ameaçado pelo TUP Abaetetuba.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) possui vasta jurisprudência de casos de violação do direito humano à consulta prévia na América Latina. O Brasil é parte da Convenção Americana de Direitos Humanos e reconheceu a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos (COIDH). Vale dizer que o país está vinculado às normas presentes nos documentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e na jurisprudência da COIDH, conforme se verifica pelo art. 1º do decreto nº 4.463/2002:

Art. 1º É reconhecida como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969, de acordo com art. 62 da citada Convenção, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998 (BRASIL, 2020).

A lide jurídica que se trava a partir de então, só foi possível devido à articulação do movimento social local, com as instituições de apoio, como a Cáritas, CPT Guajarina, MORIVA, STR e FASE, que questionou a tramitação do processo de licenciamento ambiental antes que fossem realizadas as consultas prévias livres e informada como determina a Convenção Internacional 169 da OIT. A ação civil pública está fundamentada em argumentações sobre os efeitos da construção do TUP Abaetetuba sobre as populações tradicionais ali presentes.

Portanto, é exigido que o Estado respeite e garanta o que determina a Convenção Internacional 169, possibilitando que as comunidades sejam ouvidas em suas decisões e

respeitadas, no sentido de consentir ou não a permissão de construção de um empreendimento dessa magnitude. E que os resultados desta consulta impliquem em poder de consentir ou vetar a permissão para dar andamento à concretização do empreendimento TUP Abaetetuba.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre as estratégias de ação do movimento social local, tendo como protagonistas os integrantes do PAE Santo Antônio e Santo Afonso contra a instalação do complexo portuário da Cargill Agrícola S.A., constatou que a empresa se “reveste de boas práticas ambientais”, através do EIA/RIMA (2018), e no slogan de “nutrir o mundo de modo seguro, responsável e sustentável”.

Porém, a empresa conduz procedimentos repletos de contradições e irregularidades, ao promover audiências públicas antes da construção dos protocolos de consulta prévia livre e informada junto às comunidades afetadas; verifica-se o desrespeito aos direitos das populações tradicionais de construir seus protocolos de consulta, na área afetada, pelo empreendimento, como determina a legislação da convenção Internacional da OIT 169.

Os procedimentos adotados pela Cargill Agrícola S.A., que vão desde a aquisição por meios escusos da área, em 2016, onde a terceirizada Brick Logística adquiriu o terreno pretendido com o objetivo, primeiramente, de exploração da monocultura de açaí e depois a construção do complexo industrial portuário do TUP Abaetetuba, até promover um processo de grilagem da área, com fins de ocultar os verdadeiros interesses do empreendimento.

As tentativas de legalização do terreno pretendido para construção do TUP Abaetetuba, desde o registro em Cartório Cível do imóvel, em 2016, no qual a solicitação de desmembramento da área protocolada junto ao INCRA sendo indeferida, se caracterizaram por ações irregulares, visto que se trata de uma área pertencente a projetos agroextrativistas de assentamento, porém ainda em tramitação deste ato administrativo, junto à SPU.

A empresa utiliza de meios arbitrários, construindo, inclusive, uma cerca de delimitação da área que legalmente não é sua propriedade, impondo um controle opressivo e violento sobre o terreno pretendido para construção do TUP Abaetetuba, já considerando a área como propriedade particular. A partir de então, realizou forte investida em reunir com as populações tradicionais, com o objetivo de formalizar audiências públicas, junto com a SEMAS, sobre o complexo portuário, sem a presença das entidades de apoio, como Cáritas, CPT-Guajarina, MORIVA, STTRA e FASE.

A empresa promoveu audiências com a Câmara de Vereadores do município de Abaetetuba para expor as vantagens econômicas do complexo portuário para o município e buscou conquistar apoio da maioria dos integrantes do poder legislativo municipal. Quanto ao poder executivo municipal, se mostra decidido em permitir a construção do TUP Abaetetuba, atitude que promoveu a alteração do Plano Diretor de 2016 para dar sustentação legal ao

empreendimento. Ainda, pretende ampliar o perímetro urbano do município para a região das ilhas, especificamente: Xingu e Capim, de maneira a abranger a área de interesse para construção do TUP Abaetetuba.

O movimento social local, a partir da articulação com as demais instituições de apoio: Cáritas, CPT Guajarina, STTRA, MORIVA e FASE, se tornaram uma potente força de resistência às ações praticadas pela Cargill Agrícola S.A., somadas ao Poder Judiciário: Ministério Público do Estado e Defensoria Pública do Estado (NDDH). Diante do cenário que se desencadeia, está em curso uma luta judicial que pode decidir o futuro das populações tradicionais, sua permanência no território e a continuidade de seus modos de vida.

A Cargill Agrícola S.A., através do EIA/RIMA (2018), invisibiliza e inferioriza as comunidades tradicionais presentes no PAE Santo Antônio e Santo Afonso, seus modos de vida, sua cultura entrelaçada com os rios, a pesca, a navegação e a gestão dos recursos que o território oferece para esses grupos sociais. As propostas da empresa, de que haverá compensações quando da operação do complexo portuário, em termos de empregos e renda ao município, promovem em escala avançada a cooptação de lideranças, mas também ameaças e coerção para aqueles que oferecem algum tipo de resistência.

A exemplo do que ocorreu em Santarém, quando da construção do Porto da Cargill, segundo estudo da ONG, Terra de Direitos (06/2021), tem-se observado deficiências na composição da equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA; falta de autonomia da equipe técnica responsável pelo EIA/RIMA em relação à empresa interessada; ausência de estudos antropológicos; análises com ausência ou insuficiência de bases metodológicas; falhas metodológicas no desenho do estudo; erros deliberados na delimitação das áreas de influência direta e indireta; fragilidades nos diagnósticos de uso e ocupação dos solos; e omissões quanto aos processos de organização social das áreas de influência. Observa-se que este cenário se repete na região das ilhas territórios do PAE Santo Afonso e Santo Antônio II.

A não realização de consulta prévia e informada a povos e comunidades tradicionais; frágeis análises de questões ambientais; diagnósticos elaborados predominantemente com dados secundários; falta de integração dos dados referentes aos estudos específicos; deficiências na redação do texto do EIA/RIMA; invisibilização de povos e comunidades tradicionais; texto com perspectivas subjetivas e ideológicas questionáveis; RIMA com informações inverídicas, dados distorcidos e omitidos, prosseguem nesta lógica de uma série de irregularidades presentes no EIA/RIMA (2018), da Cargill Agrícola.

Os grandes projetos na Amazônia minero-metalúrgicos e do agronegócio, e agora de infraestrutura portuária, são verdadeiros destruidores dos recursos naturais, produzindo

devastação e poluição socioambiental, expulsando as populações tradicionais presentes em seus territórios, que são os verdadeiros donos dessas terras. A Amazônia não é só recursos, florestas e rios, mas um mundo de cheiros, movimentos, sons e vida, principalmente daqueles que, ao longo de gerações, têm preservado e reproduzido modos de vida específicos neste universo. A categoria identitária do ribeirinho é assumida nas mobilizações políticas que têm por bandeira o território, os sistemas de uso comum e a autonomia para decidir o desenvolvimento que lhes convêm.

Em tempos do Brasil colonial, ocorreu uma revolta popular no Pará conhecida como a Cabanagem (1835) na qual negros, mestiços, índios e pequenos agricultores se revoltaram contra o sistema político da época, a opressão, exploração e extrema miséria da maioria dos subalternizados. Hoje temos um cenário de luta, com outras motivações, estratégias, atores sociais e políticos, armas institucionais e não institucionais, mas o espírito de luta, a determinação e a garra são as mesmas de um passado histórico herdado da Cabanagem, que inspira os atores do movimento social local, extrativistas, pescadores, açaicultores, artesãos, marítimos e demais ribeirinhos que vão até as últimas consequências pelo direito de permanecer em seus territórios tradicionais.

A floresta Amazônica não é só um aglomerado de árvores e rios infindáveis. É uma natureza rica em vida, cheiros, sons, movimentos, é um lugar de vivência, morada e sustento de populações que possuem um modo de vida específico e moldado à cultura dos rios e da floresta, do povo das águas chamado de ribeirinhos.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar o tema de estudo, mas de acompanhar e refletir as estratégias adotadas pelo movimento social local, que se ergue contra uma empresa do porte da Cargill Agrícola S.A., como única possibilidade de garantir seus direitos sobre o território e, por esse meio, de controle sobre sua própria história e presente no qual seus modos de vida ainda tenham luta pela frente: o futuro.

REFERÊNCIAS

- ABAETETUBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 018, de 2021**. Dispõe sobre a demarcação e ampliação do perímetro urbano no município de Abaetetuba, e dá outras providências. Abaetetuba, 24 ago. 2021.
- ABAETETUBA. Cartório do 1º Ofício Notas. **Registro de Imóveis**: 03 de junho de 2003. Abaetetuba, 2003.
- ABAETETUBA. Prefeitura Municipal. Lei nº 222, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor participativo de Abaetetuba. **Diário Oficial do Município do Estado do Pará**, Belém, 10 out. 2006.
- ABAETETUBA. Prefeitura Municipal. Lei nº 486/2016, de 21 de dezembro de 2016. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Estado do Pará**, Belém, 21 dez. 2016.
- ACEVEDO MARIN, R. E.; ACEVEDO, R. B. O. Danos sociais e ambientais pela exploração mineral em Barcarena. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E.; NOVAES, J. S. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA, 2015. p. 139-173.
- ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C. A. M.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres, “castanhais do povo”, faxinais de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B.; ACEVEDO MARIN, R. E. Campanha de (Des)territorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. *In*: BOLLE, W.; CASTRO, E.; WEJMELKA, M. (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo (como a maior floresta do mundo pode determinar os rumos do planeta e a sobrevivência da espécie humana). São Paulo: Globo, 2010. p. 141-159.
- ALMEIDA, A. W. B.; ACEVEDO MARIN, R. E.; MARTINS, C. C. (coord.). **Boletim Cartografia da Cartografia Social**: uma síntese das experiências: Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins. Manaus: UEA, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3u0LyMU>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ALMEIDA, A. W. B.; ACEVEDO MARIN, R. E.; MARTINS, C. C. (coord.). **Mapa**: Conflitos Socioambientais e ameaças aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais da Ilha Xingu. Manaus: UEA Edições, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3A4nIDN>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- ALMEIDA, A. W. B. Atualização Agônica a trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia. *In*: LACERDA, P.M. (org.). **Mobilização social na Amazônia**: a ‘luta’ por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

ALMEIDA, A. W. B. A reconfiguração das agroestratégias novo capítulo da guerra ecológica. *In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). Terras e territórios na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas.* Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, A. W. B. Inconclusión no significa paralización. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEGAPROJETOS, ATOS DE ESTADO, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2., 2020, Cali. Anais [...].* Cali: Programa Editorial Universidade Autónoma de Occidente, 2020.

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas.** Manaus: UEA; PNCSA, 2019.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004. Disponível em: doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9. Acesso em: 19 jun. 2020.

AMBIENTARE. **Relatório de Impacto Ambiental:** Terminal de Uso Privado - TUP Abaetetuba - Cargill Agrícola S.A. Abaetetuba: Ambientare Soluções em Meio Ambiente, out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ylXpHW>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AMBIENTARE. **Relatório de Impacto Ambiental:** Terminal de Uso Privado - TUP Abaetetuba - Cargill Agrícola S.A. Abaetetuba: Ambientare Soluções em Meio Ambiente, out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ygQ4cS>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARATO, A.; COHEN, J. **Civil society and political theory.** Cambridge: The Mit Press, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 13. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2MmFyJQ>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002.** Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade, em consonância com o art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3NETQkV>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3OHpRcM>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.** Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3nn0TE0>. Acesso em: 4 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.815 de 5 de junho de 2013**. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3QRoKZZ>. Acesso em: 4 jan. 2019.

CARGILL. **O mais novo projeto da Cargill no Brasil**. [S. l.], 2022. Disponível em: www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba. Acesso em: 17 fev. 2022.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2).

CASTRO, E. Belém de Águas e de portos ação do Estado e modernização na superfície. *In*: CASTRO, E. (org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: Cejup, 2006. p. 34-38.

COSTA, A. C.; OLIVEIRA, I. C.; RAVENA, N. Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: [dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.2.24880](https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.2.24880). Acesso em: 24 maio 2021.

COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas, territórios e mercado de terras na Amazônia *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011. p. 323-340.

COUTO, C. No Arco Norte, Bertolini movimentará 1,3 milhões de toneladas de soja para grandes tradings. **Estadão**. São Paulo, 12 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3A9KeLD>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CPT. Memória e revitalização identitária. *In*: CONGRESSO DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS DAS ILHAS DE ABAETETUBA, 2006, Abaetetuba. **Anais [...]**. Abaetetuba: CPT Região Guajarina, 2006.

DALL'AGNOL A. A saga da soja no Brasil e no Mundo. **Agrolink**, [s. l.], 23 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Opy71p>. Acesso em: 2 fev. 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, P. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, P. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA, 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3ynT1Z0>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalization o posdesarrollo. *In*: RECASENS, A. V. (ed.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 169-216.

FERES, Y. *et al.* (coord.). **Cargill no Brasil**: relatório anual 2014. São Paulo: CARGILL, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3ynDUif>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FERREIRA, V. A. *et al.* Os fatores de repercussão da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, p. 173-188, 2016.

FRIEDMANN, J. Life Space and economic space: contradictions in regional development. *In*: FRIEDMANN, J. **Life Space and Economic Space**: third World Planning in Perspective. Taylor and Francis. Kindle, 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GAYOSO, S. M. C. A Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do baixo Amazonas no Pará. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011.

GOHN, M. G.; BRINGEL, M. **Movimentos sociais na era global**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007.

GONÇALVES, O. D.; RODRIGUES, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 15, n. 1, p. 80-103, 2019.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Cidades e Estados**: Abaetetuba. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HTL6Ge>. Acesso em: 20 jun. 2020.

IBGE. **CNAE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3bAq1Vf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INCRA. **O Incra**. Brasília, DF, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yoKvt2>. Acesso em: 16 fev. 2022.

ÍTEGRA das respostas da Cargill e da Bertolini. **Repórter Brasil**. São Paulo. 29 abr. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3u2PyN2>. Acesso em: 16 fev. 2022.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**, Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, C. C. Por que terras e Territórios? *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011.

MARTINS, R. O. M. Complexo de mineração em Barcarena e a violência de Estado contra as comunidades tradicionais. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E.; NOVAES, J. S. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA, 2015.

MCADAM, D.; McCARTHY, J.; ZALD, M. **Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Traducción de Sandra Chaparro. Madrid: Istmo, 1999.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. To map contentious politics. **Mobilization: An International Quarterly**, Chapel Hill, v. 1, n. 1, p. 17-34, 1996.

MELUCCI, A. **Challenging Codes: collective action in the information age**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1996.

MENEZES, C. C. Reservas extrativistas no Amazonas: gênese, metamorfoses e efeitos sociais. *In*: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2011.

MESQUITA, B. A. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura, **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 1079-1097, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3yoz5Fx>. Acesso em: 18 jun. 2020.

NOVAES, J. S. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à Hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. *In*: ACEVEDO MARIN, R. E.; NOVAES, J. S. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA, 2015. p. 173-203.

OFFE, C. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Sistema, 1988.

OLSON, M. **The Logic of collective Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília, DF: OIT, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3xXih71>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO TERRA DE DIREITOS. **Cargill e violação de direitos no Tapajós**. Santarém: OTD, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3OByPs6>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PAE SANTO AFONSO *et al.* **Carta Pública de informação sobre irregularidades fundiárias praticadas pela Cargill Agrícola, S.A. e as afetações de terras tradicionalmente ocupadas no Município de Abaetetuba, Estado do Pará**. Abaetetuba, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3QUuemA>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PARÁ. Ministério Público do Estado. **Análise do estado da qualidade da água de consumo dos moradores do município de Barcarena**: parecer técnico: 2015. Barcarena: Promotoria de Justiça, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/39ZJcXZ>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PARÁ. Ministério Público do Estado. **Portaria nº 002/2020**. MP/4º PJA 4ª Promotoria de Justiça em Abaetetuba. Abaetetuba: MPPA, 13 out. 2021a.

PARÁ. Ministério Público do Estado. **Recomendação de nº 14/2021**. 4ª Promotora de Justiça Auxiliar. 8ª Promotora de Justiça Agrária de Castanhal (1ª Região). Abaetetuba: MPPA, 25 nov. 2021b.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Histórico**. Belém: SEMAS, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3OHwYIB>. Acesso em: 17 fev. 2022.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. Vara Agrária da Região de Castanhal. **Ação Civil Pública nº 0800766-13.2018.8.14.0070**. Abaetetuba, 26 mar. 2018.

POJO, E. C.; ELIAS, L. G. D. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do Rio Baixo Itacuruçá-Abaetetuba, PA. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 22, n. 2, p. 49-72, 2018.

PUTY, C. A. C. B. Agricultura empresarial mecanizada. *In*: VENTURIERI, A. (ed.) **Zoneamento Ecológico Econômico da área de influência da Rodovia da BR-163 (Cuiabá-Santarém)**: gestão territorial: v. 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007. p. 229-252.

RECASENS, A. V. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. *In*: RECASENS, A. V. (ed.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-54.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTOS, M. A. D. S. Newton e a explicação das marés. **Brasil Escola**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3OuXXRM>. Acesso em: 5 mar. 2022.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record 174, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 8. ed. São Paulo: Record, 2005.

SCOTT, J. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Era, 2004.

SILVA, R. G. C. Amazônia Globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins**, Aubervilliers, v. 23, 2015. Disponível em: confins.revues.org/9949. Acesso em: 20 nov. 2018.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPU. **Sobre**. Brasília, DF: SPU, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3bxjbjl>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TARROW, S. G. **Power in movement**: social movements, collective action, and politics. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1994. (Cambridge studies in comparative politics).

THOMPSON, J. B. **Ideology and modern Culture**: critical social theory in the era of mass communication. Stanford: Stanford University Press, 1990.

TILLY, L. A.; TILLY, C. (ed.). **Class conflict and collective action**. Beverly Hills: Sage Publications, 1981. (New approaches to social science history; 1).

TILLY, C.; McADAM, D.; TARROW, S. The map contentious. *In*: SCOTT, A.; NASH, K. (ed.). **New critical writings in political sociology**: v. 1: mobilization. London: Routledge, 1996. p. 17-34.

TOURAINÉ, A. **Le voix et le regard**. Paris: Seuil, 1978. (Sociologie permanente; 1).

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Campinas: UNICAMP, 1989.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade Empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010. (Textos Clássicos de Filosofia).